

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**Os Territórios da Teoria:
As Disciplinas de Introdução e Teoria da História nas Graduações do Rio De
Janeiro**

Carolini Pereira Santana

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OS TERRITÓRIOS DA TEORIA:
AS DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO E TEORIA DA HISTÓRIA NAS
GRADUAÇÕES DO RIO DE JANEIRO**

CAROLINI PEREIRA SANTANA

Sob a Orientação da Professora
Maria da Glória de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Julho de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S231t Santana, Carolini, 1994-
Os Territórios da Teoria: as disciplinas de
Introdução e Teoria da História nas graduações do Rio de
Janeiro / Carolini Santana. - Seropédica, 2021.
123 f.

Orientadora: Maria da Glória de Oliveira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, História, 2021.

1. Teoria da História. 2. Introdução à História. 3.
Currículo. I. Oliveira, Maria da Glória de, 1961-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 964 / 2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.065544/2021-82

Seropédica-RJ, 09 de setembro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINI PEREIRA SANTANA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRA, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 15 de julho de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professora Doutora MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA - orientadora - UFRRJ
Professora Doutora REBECA GONTIJO TEIXEIRA - UFRRJ
Professora Doutora ARYANA LIMA COSTA - UERN
Professora Doutora ANA CAROLINA PEREIRA SANTANA - UFBA

(Assinado digitalmente em 09/09/2021 11:40)
MARIA DA GLORIA DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1544166

(Assinado digitalmente em 09/09/2021 11:27)
REBECA GONTIJO TEIXEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1734363

(Assinado digitalmente em 09/09/2021 09:37)
ARYANA LIMA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 045.007.424-25

(Assinado digitalmente em 09/09/2021 10:28)
ANA CAROLINA BARBOSA PEREIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 938.436.151-87

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **964**, ano:
2021, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/09/2021** e o código de verificação: **ed8636af55**

À memória de Carlos Pereira.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a todas as alunas e alunos, professoras e professores que lutam pela sobrevivência do ensino público e dos programas de permanência e financiamento à educação. Em um período de governo autoritário, retrógrado e anticientífico, a resistência é essencial para a manutenção de escolas e universidades públicas. Se não existissem bolsas de mestrado, ainda que modestas, não teria podido ingressar em um programa de pós-graduação.

Agradeço a minha orientadora Maria da Glória de Oliveira por sua prontidão e sabedoria durante todo o processo de pesquisa. Também agradeço às professoras Rebeca Gontijo, Ana Carolina Pereira e Aryana Costa que integraram minha banca e me fizeram repensar e melhorar meu trabalho. Foi uma honra ter o apoio de pesquisadoras tão qualificadas e atenciosas.

Sou grata aos professores e professoras de Teoria da História das universidades do Rio de Janeiro que gentilmente responderam ao questionário e disponibilizaram o material usado no terceiro capítulo desta dissertação.

Sou infinitamente privilegiada por ter conhecido Letícia Pumar, a partir de suas aulas de “História e Imagem” foi criado o Grupo Entremeios (www.entre-meios.webnode.com), lugar em que pude debater assuntos para além da minha pesquisa e desenvolver meu senso crítico e artístico. Meus colegas do grupo também foram essenciais para afastar a solidão em um período de isolamento social e de crise política e sanitária. Nunca poderei expressar minha gratidão à Geovana, Letícia, Marília e Zé! Obrigada, Entremeios!

Gostaria de agradecer também aos meus amigos exteriores à academia, Lucas, Igor e Tainá Helena, pelo tremendo apoio e por me lembrarem que existe mundo fora do mestrado. Sem o senso de humor e companhia de vocês, mesmo que à distância, não teria conseguido. Vocês acreditaram em mim e comemoraram cada pequena vitória, vocês são incríveis!

Agradeço à minha mãe Carla Maria. Toda mãe solteira precisa renunciar de parte de sua vida para dar aos seus filhos, foi esse sacrifício que me permitiu chegar até aqui. Tudo o que faço hoje é para retribuir sua extraordinária dedicação. Obrigada por ter me doado uma parte de você, mãe! Também digo obrigada ao meu irmão André Lucas, por suas brincadeiras e companhia calorosa durante o isolamento, por termos crescido juntos e por compartilharmos a mesma história.

Finalmente, agradeço ao Renan por seu apoio e carinho. Seu companheirismo foi essencial nesta fase de minha jornada acadêmica, sem sua paciência, incentivo e cuidado este trabalho teria sido mais difícil e muito menos aprazível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

“Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar o futuro.”

Manoel Luiz Salgado Guimarães

RESUMO

SANTANA, Carolini. **Os territórios da teoria: as disciplinas de Introdução e Teoria da História nos cursos de graduação do Rio de Janeiro**. Seropédica. 2021. 135p Dissertação (Mestrado Profissional em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

O presente trabalho pretende investigar como as disciplinas de Introdução e Teoria da História são delimitadas nas universidades fluminenses. Acreditamos que conhecer como as professoras e professores pensam o ensino teórico é fundamental para entendermos as diferentes concepções sobre o conhecimento que constituem os cursos de graduação em história. Para tanto, o trabalho divide-se em três partes: a primeira tem o intuito de historicizar as discussões sobre a implementação da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos na década de 1960, principalmente através dos *Anais do 1º Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Estudo da História*; a segunda parte consistiu no levantamento e análise de revistas, simpósios temáticos e manuais dedicados à Introdução e Teoria da História e, por fim, foram investigados os conteúdos programáticos e referências bibliográficas obrigatórias estabelecidas nas atuais ementas e programas de Teoria da História nas universidades do Rio de Janeiro. Com isso, pretendemos evidenciar os consensos e disputas presentes na delimitação dos territórios desta subárea voltada para as reflexões em torno da construção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Teoria da História; Introdução à História; Currículo.

ABSTRACT

SANTANA, Carolini. **The territories of theory: the disciplines of Introduction and Theory of History in undergraduate courses in Rio de Janeiro**. Seropédica. 2021. 135p. Dissertation (Master's degree in History). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

This research intends to investigate how the disciplines of Introduction to Historical Studies and Theory of History are delimited in Rio de Janeiro universities. We believe that knowing how professors think about theoretical teaching is essential to comprehend the different conceptions of knowledge that constitute the undergraduate courses in History. To this end, the dissertation is divided into three parts: the first intended to historicize the discussions on the implementation of the Introduction to Historical Studies discipline in the 1960s, mainly through the *Annals of the 1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História*; the second part consisted of surveying magazines and manuals dedicated to Introduction and Theory of History; and, finally, the syllabus and mandatory bibliographical references established in the current descriptions and programs of Theory of History at the universities of Rio de Janeiro were investigated. With this, we intend to highlight the consensus and disputes present in the construction of historical knowledge.

Key words: Theory of History; Curriculum; Undergraduate Courses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: AQUI SE FAZ TEORIA?	11
1.1 – O <i>I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior</i> e os debates sobre o currículo	11
1.2 – O currículo mínimo e a implementação de Introdução aos Estudos Históricos nos cursos superiores	25
1.3 – O <i>1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História</i> : os problemas e possibilidades de uma nova disciplina.....	30
1.3.1 – Os programas de Introdução aos Estudos Históricos	44
CAPÍTULO 2: O TERRITÓRIO EM EXPANSÃO	48
2.1 – O território consolidado	48
2.2 – A historiografia em revista.....	52
2.3 – O território delimitado.....	57
2.4 – O manual para a consolidação de um campo de estudos.....	61
CAPÍTULO 3: O TERRITÓRIO DOS ESPECIALISTAS	72
3.1 – A Teoria canônica	77
3.2 – As teorias em movimento.....	94
3.3 – Teoria para quem?.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	122

INTRODUÇÃO

Os primeiros cursos de história foram inaugurados tardiamente no Brasil, se comparados aos contextos europeu e norte-americano. Até os anos 1930, as pesquisas na área eram desenvolvidas pelos intelectuais associados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi no interior dessa agremiação que, paulatinamente, estudar e escrever sobre o passado nacional se tornou um ofício a ser desempenhado por especialistas.¹ No entanto, mesmo que não representassem propriamente uma ruptura com o conhecimento produzido no IHGB, a partir das universidades emergiu um novo *ethos* do historiador, ligado à defesa da epistemologia científica e a ampliação das fontes, de metodologias e das interpretações históricas.²

No Rio de Janeiro, o primeiro curso universitário de história e geografia foi organizado na Universidade do Distrito Federal. A UDF, criada em 1935 pelo prefeito Pedro Ernesto, tinha como objetivo a formação de um grupo de intelectuais brasileiros. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, o quadro disciplinar da instituição atribuía grande peso às disciplinas pedagógicas e à formação de professores secundários.³ No entanto, os docentes do período tinham a preocupação em formar alunos para além do magistério, capacitando-os também para o trabalho de pesquisa baseada em métodos e teorias.

O golpe varguista e o interesse do novo governo em centralizar e controlar a educação encerrou a curta trajetória da UDF e, em seu lugar, foi criada a Universidade do Brasil (UB). A partir daí, foram adotadas novas concepções de trabalho e o curso de história foi integrado à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi).⁴ A FNFfi estabeleceu uma cisão mais radical entre ensino e pesquisa, funcionando “mais como uma Escola Normal do que como um centro de cultura científica”.⁵

¹ FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 19.

² *Ibidem*, p. 33.

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

⁴ BRASIL. Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, RJ, 6 abr. 1939, Seção 1.

⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes, op. cit., p. 42.

O descontentamento em relação ao modelo de educação instaurado despertou progressivamente em alunos e professores o anseio de adequar os cursos ao cenário internacional de estudos históricos. Tantas reivindicações fizeram dos anos de 1950 e 1960 um período de intensos debates sobre o currículo de história e a modernização das universidades públicas.⁶

Nesse contexto, foram organizados o *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* (1962) e o *1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História* (1968), eventos que tiveram o objetivo de definir os parâmetros que norteariam o novo currículo do curso. Seus anais, mesmo editados “a partir de operações da memória que incluem lembrar e também esquecer, construir silêncios em torno das vozes dissidentes e dissonantes”, são um importante parâmetro para entendermos a organização do trabalho historiográfico brasileiro.⁷ Essas publicações nos fornecem informações importantes sobre os problemas e disputas envolvidas nos processos de institucionalização do campo científico. Podemos também considerá-las um prelúdio das escolhas que definiram o direcionamento das disciplinas teóricas na segunda metade do século XX, pois os eventos objetivavam nortear as escolhas dos docentes e, com o tempo, servirem como unificadores das propostas curriculares.

Dito isso, é importante salientar que, nesta dissertação, traçaremos o caminho percorrido até a inserção das disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História nas faculdades do Rio de Janeiro. Iniciaremos esta pesquisa, no entanto, com um recorte mais expandido, nos debruçaremos sobre os anais desses dois eventos nacionais para responder duas questões principais: qual o espaço concedido às disciplinas teóricas durante as discussões travadas nos simpósios? Qual conteúdo era consideração indispensável para a formação dos estudantes de graduação nos anos 1960?

Em um segundo momento, ainda com um olhar abrangente, abordaremos manuais de história, obras que tinham o objetivo de mapear os problemas e procedimentos gerais da área. A intenção dessas publicações era apresentar as linguagens e códigos do trabalho de historiador e, de certa forma, suprir o déficit educacional encontrado nas universidades. Muitas vezes, os manuais adquiriam a feição de manifestos ou cartas de princípios, pois evidenciavam os

⁶ CAMARGO JÚNIOR, M. C. V. Questões sobre a “profissionalização da história”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). *Historiografia e Escrita da História*, v. 8, n. 15, p. 70-87, ago. 2016. p. 75.

⁷ NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961): currículo e formação de professores. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, n. 1, p. 286-304, jan./abr. 2017. p. 12.

“debates e conflitos atinentes ao estabelecimento de certas regras pretendidas como regras certas por movimentos, tendências filosóficas ou correntes políticas”.⁸ Testemunhas da historicidade da disciplina, eles tiveram grande importância no estabelecimento dos debates teóricos e metodológicos relacionados ao ofício do historiador.⁹

Finalmente, na última etapa, com um recorte direcionado às faculdades fluminenses, faremos um levantamento dos currículos de Teoria da História e disciplinas afins nos cursos do Rio de Janeiro. Serão analisados dados referentes aos anos de 2016 a 2020 das universidades públicas da região metropolitana do estado, são elas: UFRJ, UFRRJ, UFF, UERJ, UNIRIO e PUC-Rio. A última, uma instituição privada, foi inserida na lista dada sua posição significativa dentro dos debates da área, assim como na formação dos cursos superiores de história. A análise da grade curricular, com as disciplinas oferecidas e a carga horária atribuída a cada uma pode ser uma metodologia elucidativa para compreendermos o modelo de curso e as opções teóricas praticadas nas universidades.

A amplitude temporal das fontes escolhidas para esta pesquisa poderá evidenciar as transformações no âmbito acadêmico que possibilitaram que os últimos vinte anos fossem marcados pela consolidação da Teoria da História como campo de estudo legítimo entre os historiadores brasileiros. Esse processo fica evidente na criação de programas de pós-graduação, de eventos acadêmicos, de revistas especializadas e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) em 2009.¹⁰ Hoje, mesmo que ainda existam fronteiras que separam o “historiador de ofício” do historiador que reflete sobre a epistemologia, poucos são os cursos que não apresentam ao menos uma disciplina dedicada à teoria. Logo, podemos contabilizar o conteúdo, autores e vieses teóricos apresentado aos alunos atualmente.

⁸ ERNANI FILHO, João. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 179-190, mai./ago. 2017. p. 180.

⁹ Entre as obras introdutórias que desempenharam e desempenham importante função na propagação das reflexões teóricas, podemos citar: RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: teoria e método*. São Paulo: Brasiliense, 1949; GLÉNISSE, J. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1961; ESPOSEL, José Pedro. *Introdução estudo da História*. Rio de Janeiro: Lidador, 1973; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976; BORGES, Vavy P. *O que é História*. 15ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980; CARDOSO, Ciro F. S. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo; MAUAD, Ana Maria. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; BARROS, José de Assunção. *Teoria da História*. 5 volumes. Petrópolis: Vozes, 2011; PETERSEN, Sílvia R.; LOVATO, Bárbara H. *Introdução ao Estudo da História*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

¹⁰ ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica, Guimarães; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 196.

Assim, a proposta deste trabalho consiste em afirmar o caráter dinâmico do fazer histórico e do ensinar a história, traduzido através do aspecto material das ementas e programas elaborados pelas instituições de ensino. A presente pesquisa expressa a preocupação de problematizar o conhecimento, reconhecendo seus limites, proposições, tendências e interesses. No mais, almejamos contribuir com o cenário ainda incipiente de trabalhos direcionados a entender as complexas relações entre disciplinas acadêmicas, corpo docente/discentes, demandas científicas e contexto social.

O livro *Questões de teoria e metodologia da história* reúne textos apresentados no evento de mesmo nome realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1999, e pode nos servir como demonstrativo das reflexões em pauta nos simpósios dedicados à teoria no início dos anos 2000.¹¹ É importante salientar que a mudança do milênio foi um período crucial para inserção da reflexão teórica nos currículos, nas pesquisas e na historiografia brasileiras. O evento da UFRGS ocorreu durante a “crise” desencadeada pela virada linguística, período delineado pela abertura a novos vieses teóricos e questionamento das grandes estruturas e da razão histórica.

Na obra, acreditamos ser importante apresentar a perspectiva de duas docentes: Ieda Gutfreind e Sílvia Regina Ferraz Petersen. As autoras propunham, mesmo com perspectivas diferentes, discussões acerca dos conteúdos básicos para o ensino de Teoria, dos critérios definidores de leituras fundamentais, da postura do professor e a interdisciplinaridade, tomando como referência as suas próprias experiências docentes.

Ieda Gutfreind, professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), propunha em seu texto que o currículo de Teoria deveria estar pautado na reflexão.¹² O aluno não necessitaria apenas absorver o conteúdo, mas ter condições de refletir criticamente sobre ele. Segundo ela, seria importante situar os historiadores no tempo e espaço, reafirmando a necessidade da constante reescrita da história por conta das mudanças epistemológicas trazidas com o passar do tempo e estimular discussões sobre a produção atual de conhecimento histórico. Deste modo, a autora apontou três grandes eixos para o ensino de Teoria:

¹¹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

¹² GUTFREIND, Ieda. Ensino de Teoria e Metodologia nos cursos de História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000. p. 99-104.

[...] o do conhecer (fundamentação epistemológica), o do conhecimento histórico produzido (historiografia) e da conjuntura histórica contemporânea (globalização; modernidade versus pós-modernidade). Com eles não busc[a] informar, trazer soluções, mas sim apontar possíveis saídas.¹³

Gutfreind também sugeria que a leitura dos textos fosse precedida de comentários sobre o livro e seu autor. O exercício teórico deveria, então, preceder o conteúdo. Para desenvolver a capacidade intelectual das alunas e alunos, a teoria histórica deveria ser relacionada às outras disciplinas do curso. A preocupação primordial, para a autora, deveria estar mais na reflexão crítica do que no conhecimento de conteúdos históricos.

Por sua vez, Sílvia Regina Ferraz Petersen, professora da UFRGS, considerava que os inúmeros problemas elencados ao se ensinar Teoria da História não deveriam ser vistos como intransponíveis.¹⁴ Petersen apontava que o principal objetivo das aulas de Teoria seria situar o estudante naquele momento de crise paradigmática pela qual passava a história como disciplina durante os anos 1990. Assim, a autora se propôs a elaborar aulas que fariam o aluno refletir sobre a cientificidade do conhecimento histórico e a crítica a essa perspectiva. Quanto à escolha da bibliografia, mesmo em meio à intermináveis produções, o professor deveria manter em vista os conteúdos prioritários do programa. As alunas e alunos precisariam aprender a percorrer criticamente o mar de publicações, pois essa habilidade era primordial para a formação do profissional qualificado.

Mesmo com todas as dificuldades e questionamentos acerca da escolha do conteúdo e a formulação de um bom programa de Teoria da História, Sílvia Petersen não considerava que a elaboração de um livro didático para a matéria fosse a solução.¹⁵ Essa metodologia de ensino, que supostamente beneficiaria os professores, traria consigo muitos prejuízos. Diante disso, Petersen defendia como alternativa para os cursos de graduação:

[...] desenvolver programas que proporcionem uma visão extensiva e não monográfica ou verticalizada das diferentes tendências teórico-metodológicas da produção do conhecimento histórico, abarcando tanto as que se

¹³ *Ibidem*, p. 102.

¹⁴ PETERSEN, Sílvia Regina. Teoria e Metodologia da História: experiências no ensino de graduação. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000. p. 105-117.

¹⁵ Em 2013, 14 anos após o evento, Petersen publicou um manual de introdução direcionado ao estudante de História, com o objetivo de apresentá-los as principais características e tendências do campo, seus aspectos teóricos e metodológicos, assim como as leituras fundamentais para sua formação. PETERSEN, Sílvia; LOVATO, Barbara. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição das Autoras, 2013.

constituíram no bojo da epistemologia racionalista como as que questionam – em diferentes medidas – esta epistemologia.¹⁶

Para Petersen, seria fundamental que as aulas de Teoria da História tornassem o aluno capaz de transitar de forma autônoma pelos conteúdos propostos. Por isso, os programas formulados pela autora tinham o “propósito de trabalhar tantos conteúdos teóricos, o lado erudito da disciplina, como o de exercitar a reflexão crítica do aluno, para que possa se apropriar com sucesso de outros conteúdos ou textos que não integram o programa.”¹⁷ Desse modo, ela poderia alcançar seus objetivos de formar alunas e alunos aptos para formular e reconhecer problemas, ler textos teóricos, refletir sobre seu trabalho e perceber sua condição de iniciante aos estudos históricos.

Dentro das proposições de Sílvia Regina Petersen, caberia ao professor fazer exposições formais apenas na apresentação e conclusão de unidade e antes da leitura dos textos. No mais, as alunas e alunos deveriam ser livres para transitar entre os textos, expor opiniões e fazer autocorreções. Essa seria a forma mais satisfatória para o aprendizado de conteúdos tão complexos, segundo a autora.

Em Astor Antônio Diehl também podemos obter um panorama sobre as propostas de ensino teórico no início dos anos 2000.¹⁸ Em seu livro “Teorias da História: uma proposta de estudos”, o autor faz sugestões esquematizadas e objetivas para o curso de Teoria da História. Diehl, assim como Petersen, entendia que as aulas de Teoria deveriam rondar as crises do paradigma historiográfico. A “crise da razão” não seria um problema, mas uma oportunidade de se refletir sobre os fundamentos da história como disciplina. O estudo das teorias da história seria, segundo Diehl, o único meio de superarmos os constantes questionamentos sobre a legitimidade e função do trabalho histórico. Dessa forma, para o professor da Universidade de Passo Fundo, a problemática norteadora dos estudos de Teoria da História seria analisar os seus limites e possibilidades como ciência.

Diehl formula programas que separam a Teoria da História em I e II. No decorrer da primeira parte, o aluno “estuda o paradigma da ciência e os sistemas teóricos de fundamentação e de constituição da possibilidade científica da história na análise das especificidades na produção dos conhecimentos históricos”.¹⁹ Nesse momento, seriam discutidos a plausibilidade

¹⁶ Ibidem, p. 114

¹⁷ Ibidem, p. 115.

¹⁸ DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da História: uma proposta de estudos*. Passo Fundo: UPF, 2004.

¹⁹ Ibidem, p. 35.

histórica no Iluminismo, limites teóricos modernos, crise do historicismo e, finalmente, a crise da razão histórica. A segunda sessão de estudos seria focada nas reflexões sobre “os limites e as possibilidades do paradigma da ciência e os sistemas teóricos no movimento dos Annales e seus desdobramentos”.²⁰ Aqui, a proposta seria compreender os deslocamentos estruturais pós-modernos e refletir sobre a possibilidade de uma ciência histórica.

Atualmente, observa-se uma mudança no tom dos debates. Se antes a preocupação estava na elaboração de um currículo eficiente e que englobasse os aspectos práticos, as reflexões e problemas de uma disciplina científica, hoje as discussões produzidas por professores e pesquisadores da área se encontram cada vez mais na descentralização teórica e na ampliação da agenda de temas, principalmente para englobar a diversificação social, racial e de gênero do corpo discente.

Mais recentemente, Valdei Araujo, professor da Universidade Federal de Ouro Preto, preocupado com as novas demandas educacionais, argumenta que é urgente a necessidade de modernização do currículo e abertura de espaços nas aulas de Teoria da História para outras vozes e problemas.²¹ Com argumento semelhante, Julio Benvoglio pontua a urgência de renovar o currículo de história, que ainda estaria preso aos parâmetros do século XX.²² Segundo o professor da Universidade Federal do Espírito Santo, as modificações ocorridas nas ementas do curso partem de ordens externas e ficam presas ao foro interno dos diferentes departamentos, longe de debates e reflexões sobre o assunto. Nesse sentido, nota-se que ainda há uma série de entraves para discutir e modificar disciplinas e currículos tradicionais. Assim, mesmo sem haver regras de padronização de ementas, conteúdos e nomenclaturas, “a força do tradicionalismo” os manteve praticamente inalterado nas últimas décadas.²³

A recente necessidade de adaptação e modificação dos programas talvez tenha origem, segundo Ana Carolina Pereira, nos questionamentos trazidos por um novo perfil discente que ingressou nas universidades a partir dos programas e políticas afirmativas e que não se identificou com os modelos curriculares estabelecidos.²⁴ Compreende-se que, na atual conjuntura, os professores ainda não conseguem lidar com a diversidade e, muitas vezes,

²⁰ Ibidem, p. 85.

²¹ ARAUJO, Valdei. Apontamentos acerca de um programa para o ensino de Teoria da História de uma perspectiva subalterna. In: *Academia.edu*. Disponível em: <<https://www.academia.edu/37233352>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

²² BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. In: *Café História*. Publicado em 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

²³ Ibidem.

²⁴ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr./jun. 2018.

elaboram programas voltados para um grupo homogêneo de alunos (homens, brancos, classe média e com amplo acesso à cultura). Dessa forma, os programas acabam por reforçar as desigualdades ainda tão presentes na sociedade.

Ana Carolina Pereira problematiza o eurocentrismo teórico quase unânime nos programas de Teoria da História. Partindo das perspectivas decoloniais e das epistemologias subalternas, a professora da Universidade Federal da Bahia reconhece a existência de um *a priori* epistêmico que regula a prática teórica no Brasil, definindo os debates, a experiência em sala de aula, a concessão de recursos de permanência em grupos de estudo e as publicações em revistas especializadas. Esse processo de padronização epistêmica daria origem a uma “dependência acadêmica” das teorias europeias que somente seria superada com o combate ao eurocentrismo curricular e ao universalismo europeu. Assim romperíamos com o hábito de “produzir dados e consumir modelos teóricos”.²⁵

Pedro Caldas, professor da UNIRIO, também atenta para o fato de não rompermos com a tendência da historiografia brasileira de importar conceitos majoritariamente estrangeiros. Esse hábito, segundo Caldas, estaria relacionado com a posição de segundo plano em que a Teoria da História ainda é colocada tanto na formação dos graduandos, quanto entre os professores pertencentes a outras áreas da história. Para o autor:

Temos o péssimo costume de separar teoria e prática histórica, reflexão especulativa e pesquisa, e só lembramos da teoria da história quando somos obrigados a colocar algum item referente à teoria em projetos de pesquisa que será cobrado pela banca avaliadora. Tratada como apêndice, a teoria é pouco mais do que um adorno pesado – como se pensar no que se faz fosse um incômodo tão grande ao historiador que causaria uma dor semelhante àquela sentida em um músculo sedentário e raramente usado.²⁶

Desenvolver uma pesquisa no campo da história dos cursos superiores é uma tarefa complexa, pois, como afirmam Rebeca Gontijo e Fábio Franzini, esse é um estudo que se encontra na interseção entre história da educação, história política, história intelectual e a história da ciência.²⁷ Os autores apoiam-se em Michel de Certeau quando reiteram que investigar a formação dos cursos de história corresponde a analisar o “lugar social a partir do

²⁵ Ibidem, p. 96.

²⁶ CALDAS, Pedro. A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 1-5, jan./mar. 2008.

²⁷ GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Apresentação. *História e Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 10-14, dez. 2013.

qual a história é escrita, reescrita ou não escrita”, visto que é através desse lugar que são definidas as regras e impossibilidades de produção, divulgação e formação acadêmica.²⁸ Neste sentido, no curso de história:

o ofício se ensina, se pratica, se elabora e se redefine; é a partir dele que se estabelece e se legitima, não sem lutas, o que e como é possível pensar, investigar, escrever sobre o passado; é em torno dele, enfim, que se delineiam as regras que presidem a fabricação do conhecimento histórico. Pode-se dizer, assim, que os cursos de história assumiram papel central no processo de definição da identidade do historiador, além, é claro, no próprio processo de produção e desenvolvimento de uma historiografia que podemos chamar moderna.²⁹

Conforme anuncia o historiador francês, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (...) é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delimitam uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”.³⁰ Assim, o lugar social funciona permitindo e interditando determinado conhecimento histórico como a metodologia, as fontes e os interesses do ofício.³¹

A conceituação de currículo desenvolvida por Ivor Goodson demonstra que o estudo do conteúdo programático das universidades não está limitado à descrição das estrutura do conhecimento no passado, mas deve ser entendido a partir das influências sociais que reverberam até as práticas de ensino.³² Embora tenha sido idealizado para ser interpretado como artefato “natural”, o currículo é concebido a partir de exclusões e permissões de acordo com interesses específicos, portanto deve ser analisado com olhar crítico. Para Goodson, os currículos se configuram como discursos que “tendem a legitimar certos grupos e tendências em desfavor de outros. Nesse sentido, ele deve ser visto como parte de jogos de interesses que definem o trabalho acadêmico e os processos de legitimação de diversas correntes científicas”.³³ Assim, os modelos de ensino funcionariam, de certa forma, para marginalizar e impossibilitar alternativas.

²⁸ Ibidem, p. 14.

²⁹ Ibidem, p. 11.

³⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 47.

³¹ Ibidem, p. 50-51.

³² GOODSON, Ivor F. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

³³ Ibidem, p. 14.

Para entendermos as dinâmicas que envolvem a fabricação dos currículos, devemos nos atentar aos fatores e personagens que trabalharam para sua legitimação.³⁴ O programa direcionado à sala de aula não é um conteúdo fixo ou imutável, seu conteúdo passa por constante modificações, uma vez que está relacionado aos conflitos entre as diferentes tradições e concepções sobre a História. O conhecimento é um artefato histórico e social passível de mudanças. Essa dinâmica explica o fato de os professores de história do ensino superior terem permanecido afastados do processo de elaboração dos currículos até a segunda metade do século XX, quando finalmente sentiram a necessidade de inserir novos debates e abordagem históricas que atendessem suas demandas.³⁵

Assim, propomos com este trabalho entender como as disciplinas de Teoria e Introdução à História são delimitadas nos cursos superiores do Rio de Janeiro. A partir disso, acreditamos que será possível compreender as diferentes concepções de história que caracterizam os cursos e suas conexões com as demandas sociais, evidenciando consensos, tensões e disputas na construção das práticas de produção do conhecimento. É importante salientarmos que esta dissertação tem como foco as universidades fluminenses, menos por acreditarmos que elas estão no centro do debate nacional e mais pelas limitações impostas a uma pesquisa de mestrado. É essencial que outros levantamentos sejam feitos para que tenhamos um panorama do ensino de Teoria e História da Historiografia no Brasil. Mesmo restrito, este trabalho tem o objetivo de contribuir para um maior entendimento acerca do processo de delimitação da disciplina de Teoria, esperamos com ele evidenciar as dinâmicas presentes no processo de formação e de existência de um campo científico.

³⁴ NASCIMENTO, Thiago. O primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.16, n.1, p. 286-304, jan./abr. 2017. p. 292.

³⁵ *Ibidem*, p. 292.

CAPÍTULO 1: AQUI SE FAZ TEORIA?

1.1 – O I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior e os debates sobre o currículo

Atualmente, concentram-se nas universidades as pesquisas históricas feitas no Brasil, porém, no início dos anos 1960, a estrutura dos cursos da área ainda estava organizada para a formação de professores para o magistério secundário e normal. As faculdades, mesmo em progressiva proliferação no período, permaneciam desordenadas e isoladas; muitas eram as insatisfações de seus professores: faltavam recursos, os programas eram antiquados e, principalmente, impunha-se o problema da inflexibilidade das cátedras.³⁶ A rigidez e atraso dos cursos, em comparação ao modelo de ensino histórico adotado no exterior, culminaram em intensos debates acerca das carências e inadequação dos programas.³⁷

Nesse cenário, a implementação das disciplinas teóricas nos currículos era um campo de batalha marcado por longos e inconclusivos debates. Segundo Francisco Falcon, os anos 1960 foram caracterizados pelo “entrecruzamento de vários dualismos quanto às formas de entender a História do Brasil: teórico-interpretativo, historiográfico e o acadêmico”, que dificultavam a conformidade entre as ideias e expectativas sobre o curso.³⁸ Portanto, seguirmos os debates desse período é crucial para entendermos o processo de organização e elaboração das disciplinas introdutórias e teóricas nas grades dos cursos.

O crescente tensionamento entre as diferentes formas de fazer e entender a história fez dos congressos espaços de reivindicações, circulação de ideias, troca de experiências e aproximação e atrito entre os historiadores. O registro desses encontros, publicados em forma

³⁶ LINHARES, Maria Yedda. O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 166-167.

³⁷ NASCIMENTO, Thiago. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 265-304, jul./dez. 2013. p. 237.

³⁸ FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 20.

de anais, nos fornecem um bom panorama dos questionamentos e embates que nortearam o processo de institucionalização do conhecimento histórico.

O *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* (SPHES) é comumente lembrado como marco da fundação da APUH (Associação dos Professores Universitários de História), no entanto, o evento teve como proposta inicial a elaboração de um currículo mínimo para o curso nesse período de acirrada disputa intelectual. A jornada acadêmica ocorreu entre os dias 15 e 20 de outubro de 1961, foi promovida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília e compreendeu 7 sessões de estudo. Embora os anais de evento sejam organizados através de operações de seleção que eventualmente escondem divergências e apaziguam disputas, ainda podemos considerá-los, quando em conjunto com outras fontes, um ótimo instrumento para entendermos quais eram os parâmetros que guiariam o processo de profissionalização da história.

O temário do I SPHES foi disposto, conforme evidenciado na tabela abaixo (Quadro 1), a partir da distribuição temática que vigorava na maioria das universidades (História Antiga e Medieval, História Moderna e História Contemporânea, História da América, História do Brasil, etc.). Sob responsabilidade de um relator, as sessões objetivavam debater e, eventualmente, definir o conteúdo programático mais adequado para os cursos de história.³⁹ A ênfase estava na apresentação de formas científicas de planejamento e implementação do currículo, no entanto, havia divergência em relação ao que exatamente seria científico.⁴⁰

Quadro 1

I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior: temário de evento

	SESSÃO	RESPONSÁVEL
TEMA 1	História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira.	Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula
TEMA 2	História Moderna e História Contemporânea: problemas que suscita o seu ensino numa só Cadeira.	Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira França

³⁹ Temário. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 27.

⁴⁰ FALCON, op. cit., p. 25.

TEMA 3	O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação.	Profa. Dra. Alice Piffer Cannabrava
TEMA 4	Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo da História.	Prof. Dr. Eremildo Luiz Vianna
TEMA 5	O lugar das disciplinas pedagógicas do Curso de História.	Profa. Dra. Maria Yedda L. Linhares
TEMA 6	A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História no Brasil.	Prof. Dr. Carl Valeer Frans Laga
TEMA 7	Reestruturação do currículo.	Profa. Dra. Olga Pantaleão

Fonte: Anais do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*⁴¹

Ao pretenderem modificar os currículos de história, a primeira barreira enfrentada pelos professores era o controle exercido pelas instituições federais. Toda a deliberação sobre o ensino deveria passar pelo crivo do governo antes de ser sancionada. As mudanças na grade curricular dependiam, assim, mais de decretos-lei do que do planejamento pensado pelos professores.⁴² Naquele momento, no início dos anos 1960, os docentes trabalhavam a partir do decreto nº 1.190, de 1939, que unificava o funcionamento e a organização de todas as Faculdades de Filosofia do país e padronizava os programas que vigorariam em seus cursos.⁴³

Embora a lei federal não proibisse o acréscimo de disciplinas, a precariedade material vivenciada pelos cursos das Faculdade de Filosofia acabava por “restringir a instituição ao cumprimento do mínimo previsto pela legislação”.⁴⁴ O cenário de restrição burocrática e escassez no repasse de recursos para revistas científicas e bibliotecas tornava qualquer tentativa em acompanhar as renovações teóricas e metodológicas que ocorriam no exterior muito difíceis. A autonomia universitária apenas foi assegurada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

⁴¹ SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 27.

⁴² ROIZ, Diego da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007. p. 78.

⁴³ BRASIL. Lei Federal n. 1.190/1.939 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 6 abr. 1939. Seção 1. p. 7929.

⁴⁴ RODRIGUES, Mara. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 5, n. 11, p. 122-139, abr. 2013. p. 132.

aprovada em dezembro de 1961, entretanto, segundo Maria de Lurdes Fávero, a liberdade “administrativa, financeira, didática e disciplinar, outorgada à Universidade, não chegou a ser implementada, não passa[ndo] muitas vezes de uma ilusão”.⁴⁵

Análises que abordam a importância do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* no contexto de embates e transformações do cenário historiográfico brasileiro apontam, notadamente, a conformidade dos participantes do simpósio para a elaboração de um novo currículo e demarcação dos novos campos de trabalho do historiador.⁴⁶ No entanto, o relato de Francisco Falcon pode nos desvelar uma perspectiva diferente. No artigo “Memória e História. A fundação da ANPUH”, o professor discorre sobre os inúmeros conflitos entre participantes e membros da organização do evento.⁴⁷

O texto em questão situa-se no limiar entre uma análise histórica e um relato memorialístico, pois o autor se propõe a trabalhar com os anais do *I Simpósio* enquanto relembra os acontecimentos vividos para além do exposto na publicação. Falcon foi um dos docentes convidados para organizar os relatórios sobre as modificações curriculares que seriam apresentados nas sessões do evento. No entanto, os conteúdos debatidos pelos grupos de trabalho foram desconsiderados e, no fim, apenas o texto elaborado pelo “líder” da sessão foi usado em cada mesa. Por esse motivo, Falcon define as conferências que se seguiram como “uma disputa entre relator e os demais participantes, inclusive os membros do seu respectivo grupo de trabalho”, em que era impossível alcançarem um denominador comum.⁴⁸

Houve, ainda segundo o autor, um grande impasse entre os professores advindos das universidades do Rio de Janeiro, grupo do qual ele fazia parte, e a comissão organizadora. Enquanto os primeiros buscavam ampliar o debate para assuntos que consideravam mais emergenciais como a reforma universitária, os segundos objetivavam limitá-lo aos currículos. Falcon define a postura da maioria presente no evento como reformista e conservadora, não apenas pela discrepância quanto às questões acadêmicas, mas pelo viés apolítico que tentavam impor. Havia uma preocupação por parte dos organizadores de que a extrapolação do tema proposto desencadearia perturbações político-ideológicas. Consequentemente, foi imposto um

⁴⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006.

⁴⁶ GUIMARÃES, Lúcia. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos (org.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 30.

⁴⁷ FALCON, Francisco. Memória e História. A fundação da Anpuh. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 04.

controle rigoroso sobre o tempo e a fala dos participantes que impossibilitou qualquer discussão mais ampla.⁴⁹

Maria Clara Constantino, ao tecer considerações sobre sua participação no evento, no entanto, atribui a desavença entre a “maioria reformista” de São Paulo e os participantes do Rio de Janeiro apenas ao antagonismo das orientações históricas das quais os docentes eram adeptos. Segundo a autora, entre os fluminenses, prevalecia o desejo de integração entre a história e as ciências sociais, enquanto nos paulistas impunha-se um pensamento mais “tradicional”, no qual a história deveria emancipar-se das outras ciências. Para Constantino, professora de Introdução aos Estudos Históricos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília/SP, a postura dos participantes vindos do Rio de Janeiro acabaria por sacrificar a própria história.⁵⁰

Nessa disputa entre os chamados “conservadores” e “modernos”, os participantes no evento coincidiam em apenas um assunto: a disciplina de Introdução aos Estudos da História (doravante IEH) deveria ser ministrada no primeiro ano do curso, enquanto Teoria da História seria ofertada nos últimos períodos da formação superior, pois trataria de assuntos mais complexos e que demandariam certa experiência dos alunos. Contudo, havia um imenso desacordo na definição dos conteúdos que comporiam o quadro curricular dessas disciplinas. O debate sobre Filosofia da História também provocou grandes divergências, o próprio limite entre Teoria e Filosofia da História parecia ser uma questão que, por si só, causava confusões.

Quanto à pertinência de incluir reflexões filosóficas no currículo, alguns professores advogavam que filosofia era assunto para matérias optativas, enquanto outros, como Eduardo França, julgavam ser impossível o ensino de Teoria ou Historiografia sem conhecimentos filosóficos prévios.⁵¹ De forma geral, prevaleceu entre os participantes a ideia de que para alcançar os alunos, os professores deveriam abrir mão de discussões mais complexas, teóricas,

⁴⁹ Essas regras estão estabelecidas no Título II, Artigo 2º do Simpósio, no qual a organização do evento determina que os pedidos de esclarecimento direcionados ao relator seriam aceitos apenas se fossem relacionados aos assuntos apresentados no relatório. Qualquer assunto que fosse considerado aquém do exposto não seria aceito. Os interessados em participar deveriam entregar na secretaria do evento por escrito o conteúdo de sua intervenção, que não poderia ultrapassar os 10 minutos.

⁵⁰ CONSTANTINO, Maria Clara T. Teoria da História ou Teorias da História... A propósito do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. *Revista de História da USP*, São Paulo, v. 24, n. 50, p. 417-422, abr./jun. 1962.

⁵¹ SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 156.

delegando essa tarefa para a filosofia.⁵² Nesse sentido, a história era entendida prioritariamente como um trabalho prático.

A marcada presença dos Annales na historiografia brasileira, na formação de professores e inauguração de cursos de história, segundo Estevão de Rezende Martins, “causou uma espécie de rejeição ao esforço epistemológico”.⁵³ No entanto, não foi apenas a presença francesa que possivelmente afastou a historiografia brasileira das reflexões teóricas, pois o “marxismo também reforçou a atitude de autodispensa do exame teórico, dada a suposição de que a filosofia marxista da História ter resolvido desta a origem, o desenvolvimento e o sentido”.⁵⁴

O historiador Carlos Barros define a historiografia brasileira do século XX a partir de três eixos. Os dois primeiros estão relacionados aos embates entre as correntes marxista e dos Annales e o terceiro, muitas vezes oculto e intrínseco aos dois paradigmas, é a permanência do componente positivista que enfatiza a crítica das fontes, mas despreza o trabalho teórico:

o reconhecimento subjetivo do paradigma dos historiadores do século XX tropeça em dois problemas: a relativa rivalidade das duas grandes escolas historiográficas – Annales e historiografia marxista – que conseguiram combater com êxito a história tradicional, e a perspectiva de um terceiro componente positivista, nem sempre admitindo, que se manifesta no caráter empírico que continuou a impregnar o ofício de historiador, misturando-se o que esse terceiro componente tem de positivo (crítica e uso de fontes) com o que ele possui de negativo (desprezo pela reflexão e pela teoria).⁵⁵

Havia, no entanto, exceções à regra. O curso da USP, mesmo profundamente marcado pelos professores e correntes historiográficas francesas, sempre esteve na dianteira nos estudos teóricos.⁵⁶ Nos anos 1950-1960, na *Revista de História*, vinculada à instituição, “difícilmente não se encontra ao menos um artigo que pode ser considerado teórico ou historiográfico por número, coisa que contrasta bastante com uma pretensa tradição pragmática, de uma certa resistência à teoria e à auto-reflexão por parte dos historiadores”.⁵⁷ Embora a iniciativa da USP

⁵² CONSTANTINO, Maria Clara T., op. cit., p. 420.

⁵³ MARTINS, E. C. R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, n. 42, p. 197-217, 2011. p. 13.

⁵⁴ MARTINS, E. C. R., op. cit., p. 13.

⁵⁵ BARROS, Carlos apud FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 54-55.

⁵⁶ RODRIGUES, José Honório. O Ensino Superior da História e a Reforma Universitária. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 29.

⁵⁷ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 108.

fosse um movimento isolado dentro do contexto geral de desvalorização dos debates epistêmicos, ela nos mostra que atribuir o desprestígio das reflexões teóricas unicamente à recepção dos *Annales* é insuficiente, pois desconsidera a autonomia dos historiadores brasileiros.

O conceito de verdade híbrida subversiva desenvolvida por Homi Bhabha pode nos ajudar a entender a construção do pensamento histórico brasileiro através do contato com os intelectuais e teorias estrangeiras.⁵⁸ Muito de nossa cultura histórica foi considerada mera imitação dos moldes europeus. Entretanto, essa presumida repetição não se limita à cópia dos pressupostos teóricos, pois o choque das diferentes experiências históricas dá origem a algo novo, uma realidade singular ligada às demandas do próprio país.⁵⁹ Assim, não podemos considerar que a construção do pensamento histórico no Brasil cumpre um papel meramente passivo.

Ao retomarmos os anais do I SPHES, podemos perceber que as maiores discordâncias sobre a formação dos programas de História estão na sétima sessão de estudos intitulada “Reestruturação do currículo”.⁶⁰ Sob a responsabilidade de Olga Pantaleão⁶¹, a exposição tornou-se um espaço no qual os professores puderam propor novos modelos curriculares. Após a apresentação da professora, que também sugeriu um programa para as faculdades de História, os participantes puderam divulgar modelos de currículo em vigência em suas instituições ou apresentar propostas que consideravam mais pertinentes à realidade do país. Essa foi a sessão em que mais houve espaço para as discussões.

Pantaleão iniciou sua exposição lamentando a inaptidão das universidades em formarem pesquisadores e professores de História. Para resolver o problema, seria essencial desenvolver um projeto de programa que oferecesse uma educação integrada entre o magistério e a pesquisa. A boa educação implicaria na organização de cursos gerais nos quais os alunos se habituassem

⁵⁸ BHABHA, Homi. Da mímica e do homem. A ambivalência do discurso colonial. In: _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 184.

⁵⁹ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique, op. cit., p. 15.

⁶⁰ PANTALEÃO, Olga. Reestruturação do currículo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 217-282.

⁶¹ Olga Pantaleão (1917-?) formou-se em Geografia e História pela FFCL da USP e tornou-se professora de História Moderna e Contemporânea na Unesp de Marília, instituição que ajudou a fundar. Assim como Alice Canabrava, foi uma das primeiras mulheres a concluírem o curso de Geografia e História no país, em 1938, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). LIBLIK, Carmem. Gênero e sentimentos nas trajetórias profissionais e de vida de historiadoras brasileiras, 1939–1972. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2013, *Anais...* Maringá: UEM, 2013.

com a evolução da história e de seus conceitos básicos. A finalidade, segundo a professora, deveria ser o desenvolvimento da ciência histórica brasileira.

Olga Pantaleão defendia, também, a organização de um primeiro ano de curso unicamente direcionado aos ensinamentos introdutórios. Essa configuração poderia solucionar dois problemas da educação brasileira: as múltiplas carências do ensino secundário, que levava às universidades alunos mal preparados e a necessidade de familiarização do corpo discente às metodologias e reflexões históricas. Assim, a primeira etapa do curso seria orientada para amenizar o *déficit* educacional advindo do colegial⁶², bem como para proporcionar o contato inicial entre os alunos e as técnicas da história.

No entanto, independentemente do currículo que tomasse forma, Pantaleão era irredutível quanto à importância de se estabelecer uma historiografia regida pela epistemologia europeia. A redatora também defendia o fim das cátedras isoladas e a flexibilização e autonomia na organização do currículo que “deveria ser feito pelos próprios professores dos cursos, pela própria faculdade e não por leis estaduais ou federais, nem sempre preparadas por gente realmente especializada ou dotada de prática de ensino na matéria”.⁶³ Aos órgãos oficiais, portanto, caberia apenas registrar as formulações das universidades.

O currículo pensado por Pantaleão (Quadro 2) foi disposto em um curso de quatro anos. O primeiro seria dedicado às matérias introdutórias; o segundo às teorias, às técnicas de trabalho e às “matérias constantes”; e o último ano ao desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso. As ditas “matérias constantes” seriam formadas por: História Geral, História da América, História do Brasil, História Regional, Matérias Auxiliares⁶⁴ e Matérias Complementares⁶⁵. Entre as Matérias Auxiliares, a professora defendia a criação de disciplinas que priorizassem o ensino da crítica histórica e a aplicação de exercícios práticos; a professora também sugeriu que Teoria da História deveria ser ofertada no terceiro ano do curso.

⁶² Termo equivalente ao que hoje conhecemos como ensino médio.

⁶³ PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 236.

⁶⁴ Aquelas que ligadas imediatamente à história ajudam a estudar o documento e a situar o fato histórico. PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 243.

⁶⁵ Matérias complementares eram aquelas que teriam existência própria, independentes da história, mas que ajudariam a compreensão do fato histórico. PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 243-245.

Quadro 2
Currículo defendido por Olga Pantaleão

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
-Matérias introdutórias	- Matérias constantes do currículo - Treinamento nas técnicas do trabalho histórico	- Matérias constantes do currículo - Teoria da História - Disciplina optativa - Didática.	- Desenvolvimento dos trabalhos de conclusão - Didática.

Fonte: Anais do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*⁶⁶

Após a exposição de Pantaleão se sucedeu um acalorado debate, no qual os docentes propuseram outras estruturas de currículo para o curso. O professor Guy de Hollanda, por exemplo, mesmo desgostoso da postura do *I Simpósio* em tentar definir um currículo básico às universidades, decidiu expor o que para ele seria um programa ideal.⁶⁷ O curso para Hollanda, conforme demonstrado no quadro abaixo (Quadro 3), seria dividido em três partes. A primeira dedicada ao ensino básico (3 anos), a segunda à pós-graduação (2 anos) e a terceira aos estudos sobre didática (1 ano). A formação poderia seguir três direcionamentos, de acordo com decisão tomada pelo estudante: o primeiro dedicado à História Antiga, o segundo à História Medieval e o terceiro à História Moderna e Contemporânea, História da América e História do Brasil. Independente da direção escolhida pelo aluno, a disciplina de Introdução Metodológica à História seria ministrada no primeiro ano da fase básica e Teorias da História na primeira etapa da pós-graduação.

Quadro 3
Currículo defendido por Guy de Hollanda

ENSINO BÁSICO		
1º DIREÇÃO: HISTÓRIA ANTIGA	2º DIREÇÃO: HISTÓRIA MEDIEVAL	3º DIREÇÃO: HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORANEA, HISTÓRIA DA AMÉRICA E DO BRASIL.

⁶⁶ PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 237-245, grifo nosso.

⁶⁷ PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 250-254.

Primeira série		
<p>1. Introdução metodológica à História.</p> <p>2. História Antiga: curso introdutório.</p> <p>3. Latim ou Grego</p>	<p>1. Introdução metodológica à História.</p> <p>2. História Medieval: curso introdutório.</p> <p>3. Latim.</p> <p>4. Língua românica, germânica ou eslava</p>	<p>1. Introdução Metodológica à História.</p> <p>2. Cursos introdutórios de História Moderna e Contemporânea, do Brasil e da América.</p>
Segunda Série		
<p>1. Latim ou Grego.</p> <p>2. História Greco-Romana</p> <p>3. Arte Clássica.</p>	<p>1. Latim Medieval.</p> <p>2. Literatura correspondente à língua estudada na primeira série.</p> <p>3. Arte Medieval.</p>	<p>1. História Moderna ou da América ou do Brasil Colonial</p> <p>2. Uma ciência social à escolha do aluno.</p> <p>3. História da Arte, Literatura, Filosofia ou História das Ideias</p>
Terceira Série		
<p>1. Latim ou Grego.</p> <p>2. Literatura Latina ou</p> <p>3. História Greco-Romana (curso monográfico).</p>	<p>1. Literatura Latina Medieval.</p> <p>2. Literatura</p> <p>3. História Medieval</p>	<p>1. Curso monográfico de História Contemporânea, da América ou do Brasil Independente.</p> <p>2. Uma ciência social à escolha do aluno.</p> <p>3. História da Arte, Literatura, Filosofia ou História das Ideias</p>
PÓS-GRADUAÇÃO		

<p>Primeira Série:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Paleografia Greco-Romana 2. Especialização em do campo dos estudos clássicos. <p>3. Teorias da História.</p> <p>Segunda Série:</p> <p>Seminários para a preparação da tese de doutoramento.</p>	<p>Primeira Série:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Paleografia latina medieval 2. Especialização no campo dos estudos medievais. <p>3. Teorias da História.</p> <p>Segunda Série:</p> <p>Seminários para preparação da tese de doutoramento.</p>	<p>Primeira Série:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Paleografia Ibérica, séculos XV e XVIII. 2. Especialização no campo dos estudos modernos, americanos e brasileiros. <p>3. Teorias da História.</p> <p>Segunda Série:</p> <p>Seminários para preparação da tese de doutoramento.</p>
DIDÁTICA		
<p>No curso pedagógico, além das matérias pedagógicas o aluno estudaria fundamentos de História Medieval, Moderna e Contemporânea, História da América e do Brasil, que não vira no curso básico. este estudo se faria em função do curso secundário e seria articulado com a prática de ensino.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da Educação. 2. Psicologia da Adolescência e da Aprendizagem. 3. Didática da História e Prática de Ensino. 		

Fonte: Anais do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*⁶⁸

Tal como Guy de Hollanda, outros professores também se mostraram contrários às sugestões de Pantaleão e afirmaram que prefeririam manter o currículo já estabelecido em suas instituições. Fernando Sgarbi Lima não se sentiu satisfeito com a prioridade dada pela professora à História da Arte e à Geografia dentro das matérias auxiliares e complementares. Lima afirmou categoricamente que o projeto proposto por Pantaleão também fracassaria em formar professores e especialistas na área.

Outro incômodo apresentado pelos participantes durante os debates foi a falta de ênfase dada pela professora à História do Brasil e da América. Francisco Falcon contestou a ausência

⁶⁸ PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 250-254, grifo nosso.

de discussões sobre os problemas das cátedras e da especialização dos professores e Eduardo d'Oliveira França criticou a preferência de Pantaleão em não romper com a tradição das cadeiras e da periodização convencional. Embora a autora tenha se posicionado no início de sua exposição contra as cátedras isoladas, a mesma não aprofundou o assunto no decorrer de sua fala. Falcon também se opôs à visão de “formação única” para especialistas e professores de história idealizada por Olga, e propôs a criação de grupos de estudo voltados à cultura e história afro-asiática.⁶⁹

Padre Carlos Weiss, por sua vez, sugeriu um currículo diferente daquele proposto pela relatora. O programa organizado por Weiss, evidenciado no quadro abaixo (Quadro 4), era composto por matérias direcionadas às teorias e técnicas históricas nos quatro anos de curso: Introdução à Filosofia no primeiro ano, Metodologia no segundo e terceiro e Teorias da História no último ano da graduação. Porém, assim como nas sugestões de currículo anteriores, a proposição de Weiss não veio acompanhada de maior detalhamento sobre o conteúdo a ser oferecido nas disciplinas teóricas.

Quadro 4

Currículo defendido por Padre Carlos Weiss

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
- História Antiga	- História do Brasil	- História da América	- Curso monográfico
- História Medieval	- História Moderna	- História	escolhido pelo aluno
- Introdução à	- Metodologia	Contemporânea	- Teorias da
Filosofia	- Disciplina auxiliar	- Metodologia	História
- Disciplina auxiliar		- Disciplina auxiliar	- Disciplina auxiliar

Fonte: Anais do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*⁷⁰

A maior parte dos entraves à fala de Pantaleão se relacionava à sua proposta de currículo para o curso, por isso, diferente das outras sessões, a exposição foi seguida de um longo debate no qual os docentes sugeriram programas diferentes daquele organizado pela relatora. Ao fim da palestra, mesmo com os inúmeros argumentos que colocavam em dúvida ou, até mesmo, invalidaram sua fala, as propostas de Olga Pantaleão foram usadas nos postulados de

⁶⁹ PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 258.

⁷⁰ PANTALEÃO, Olga, op. cit., p. 259-261, grifo nosso.

encerramento do evento. O texto formulado na “Moção 24” e na “Conclusão 3” definiram que os currículos de história não deveriam seguir um plano uniforme, mas que se estabelecessem de acordo com as demandas locais, conforme manifestado pela professora em sua polêmica exposição.⁷¹ Assim, seriam adotadas diferentes orientações para o ensino de história de acordo com os interesses de cada faculdade, mesmo que naquele período, como dito anteriormente, os cursos se limitassem ao ensino do conteúdo básico definido pela legislação.

Pudemos observar enquanto analisávamos os anais do I SPHES, a carência de discussões sobre a formação teórica nos programas do curso. Segundo a professora Maria Clara Constantino, o debate sobre as disciplinas teóricas foi diluído entre uma dezena de outros assuntos considerados mais importantes naquele momento.⁷² Mesmo que fosse unânime entre os professores a necessidade de inclusão de IEH no currículo, quase nenhuma reflexão foi tomada quanto ao conteúdo que integraria a disciplina. Sobressaía a ideia de que Introdução aos Estudos Históricos não poderia oferecer mais que um panorama das questões metodológicas. Por estar localizada no primeiro ano do curso, não caberia à disciplina estabelecer debates complexos sobre os problemas críticos e epistemológicos do conhecimento histórico.⁷³ A preocupação de Constantino durante o evento era que a ausência de uma introdução filosófica na formação dos alunos perpetuaria a tradição brasileira de formar historiadores estritamente empiristas.

Mais uma vez divergente à Maria Clara Constantino, Francisco Falcon assinala que a inserção da pesquisa nos cursos de história também não foi suficientemente debatida no *I Simpósio*. Segundo o autor, a pertinência e natureza do trabalho com fontes históricas só foi considerada por poucos participantes. No momento de realização do evento, “vivia-se ainda em sua plenitude a época do ensino de História enquanto repetição ou acumulação de conteúdos informativos, transmissão de conhecimentos já existentes”.⁷⁴ A pesquisa ainda era uma iniciativa desempenhada fora das universidades por raros afortunados, estimulá-la entre os

⁷¹ Moções e Conclusões. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. Anais... São Paulo: ANPUH, 1962. p. 385-305.

⁷² CONSTANTINO, Maria Clara T, op. cit., p. 417.

⁷³ Ibidem, p. 417-422.

⁷⁴ FALCON, Francisco. Memória e História. A fundação da ANPUH. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011. p. 14.

alunos de graduação, conforme afirmou Eremildo Viana, era considerado por muitos como “jogar dinheiro fora”.⁷⁵

Segundo Aryana Costa, em artigo sobre a formação do profissional de história, a ausência das disciplinas teóricas e metodológicas nas graduações indicava que essa era uma discussão considerada desnecessária nos cursos.⁷⁶ Não haveria motivo para a iniciação à pesquisa, cabia aos formandos conhecerem apenas os meandros que os permitissem transmitir o conteúdo aos alunos. Até hoje, segundo as entrevistas realizadas pela autora, o magistério é entendido como uma atividade desconectada da atividade de historiador.⁷⁷ Assim, o impulso que a pesquisa científica alcançou entre 1935 e 1945, graças aos cursos da USP e da UDF, levou a uma grande frustração na década de 50, momento no qual a produção teórica e metodológica foi definitivamente deixada de lado nas novas Faculdades de Filosofia.

Ainda que o I SPHES tenha sido organizado para que fossem debatidos e redefinidos os currículos de história, nenhuma solução quanto aos impasses sobre o conteúdo e objetivos das disciplinas teóricas foi alcançada. As moções aprovadas refletiram consensos já existentes no início do evento, como a importância de implementação das disciplinas introdutórias. Embora a “Moção 22” e a “Conclusão 6” pareçam apresentar um grande avanço para o impasse referido anteriormente - uma vez que recomendava, de modo categórico, que as Faculdades de Filosofia instituíssem cursos obrigatórios de Introdução Metodológica da História ou Introdução aos Estudos Históricos e Teorias da História - concordamos com Camargo Jr. ao afirmar que, mesmo aprovada, “a moção 22 não resolvia as contradições sobre os conteúdos que deveriam compor sua ementa”.⁷⁸

Para Falcon, o evento propôs uma reforma conservadora, na qual apenas os defensores das cátedras foram ouvidos. A característica mais marcante do simpósio, segundo o autor, foi a falta de espaço para debate, o que foi evidenciado pelo fato de apenas o parecer de Olga Pantaleão ter sido levado em conta na conclusão do evento. Tornou-se claro que a intenção era formular um currículo genérico que se adequasse ao incerto cenário político de reformas educacionais em andamento e os muitos questionamentos levantados permaneceram sem

⁷⁵ VIANA, Eremildo. Matérias complementares e auxiliares o alargamento do horizonte no estudo da História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. Anais... São Paulo: ANPUH, 1962. p. 157.

⁷⁶ COSTA, Aryana Lima. O papel dos cursos de Graduação em História: uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. *Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 9-27, jan./jun. 2010. p. 11.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 23.

⁷⁸ CAMARGO JÚNIOR, M. C. V., *op. cit.*, p. 82-83.

respostas.⁷⁹ O *I Simpósio* serviu, majoritariamente, para definir as diretrizes que conduziriam a ANPUH nos anos seguintes, já a tarefa de elaborar um novo currículo ficou sob responsabilidade do recém criado Conselho Federal de Educação.

Podemos observar que as orientações apresentadas ao final do evento estão direcionadas à valorização da pesquisa e da prática histórica em detrimento das reflexões teóricas. Essa tendência pode ser observada nas conclusões 22, 23 e 24, nas quais se propõe que “os alunos de História devem receber, durante o curso, treinamento no campo da técnica de trabalho do historiador”.⁸⁰ Não existiu, entretanto, tópico que definisse o conteúdo e espaço direcionados ao programa das disciplinas teóricas.

O caráter eminentemente conservador do I SPHES possibilitou que as recomendações propostas fossem assimiladas nos anos seguintes pelas principais faculdades do país.⁸¹ Os subsequentes *III, IV e V Simpósios* de Professores de História do Ensino Superior, ocorridos em 1965, 1967 e 1968, representaram a concretização da prática histórica. Em seus anais, foi reservado espaço privilegiado para a apresentação de resultados e das experiências desenvolvidas dentro das universidades com o uso de documentos históricos. Nesses casos apresentados nos encontros, a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos se configurava como a iniciação prática dos estudantes ao trabalho histórico. Assim, as aulas teóricas, seguindo a lógica recomendada no *I Simpósio* de Marília, eram adiadas para os períodos mais adiantados da graduação que, na maior parte das vezes, não chegavam.

1.2 – O currículo mínimo e a implementação de Introdução aos Estudos Históricos nos cursos superiores

Entre os participantes do *II Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*, ocorrido na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 1962, já era sabido que o Ministério da Educação e Cultura estava desenvolvendo um currículo mínimo para os cursos superiores de história.⁸² Os professores, então, decidiram se

⁷⁹ FALCON, Francisco, op. cit., p. 17.

⁸⁰ Moções e Conclusões. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 303.

⁸¹ GUIMARÃES, Lúcia. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos (org.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 31.

⁸² SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 2., 1962, Paraná. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962.

anteciparem à legislação para definir “um currículo que melhor correspondesse ao conceito de ‘mínimo’”.⁸³ Formado por apenas seis disciplinas, conforme aparece abaixo (Quadro 5), o programa planejado no II SPHES permitia às universidades a possibilidade de complementá-lo de acordo com as demandas e interesses internos; a moção foi assinada por 10 professores no dia 31 de outubro de 1962.⁸⁴

Quadro 5

Currículo mínimo estabelecido no II Simpósio de Professores de História do Ensino Superior

DISCIPLINAS
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução aos Estudos Históricos • História Antiga • História Medieval • História Moderna • História Contemporânea • História do Brasil • História da América

Fonte: Anais do *II Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*⁸⁵

Um ano antes do simpósio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4024/61) foi sancionada com a intenção de conferir às universidades autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar.⁸⁶ A promulgação dessa lei garantiu aos professores o direito de organizarem o conteúdo programático de suas disciplinas de acordo com os interesses locais de cada faculdade. Mesmo que hoje saibamos que, muitas vezes, essa era uma garantia ilusória, a legislação representou um grande avanço para o período, pois pela primeira vez foi certificada a autonomia e liberdade do ensino universitário em nível nacional.⁸⁷

⁸³ SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 2., 1962, Paraná. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 25.

⁸⁴ A moção nº 2 do *II Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* foi assinada por Olga Pantaleão, Jeanne Berrance de Castro, José Roberto do Amaral Lapa, Fernando Sgarbi Lima, Hugo Weiss, Uacury R. de Assis Bastos, Nilo Garcia, Maria Clara Constantino, Raul de Andrada e Silva e Carl Laga.

⁸⁵ SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 2., 1962, Paraná. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 25.

⁸⁶ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024) sancionada em 20/12/1961 definiu no Art. 70 que o currículo mínimo para o Ensino Superior seria fixado pelo Conselho Federal da Educação (CFE).

⁸⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes, op. cit., p. 28.

Essa mesma legislação, no entanto, também atribuiu ao Conselho Federal de Educação (CFE) a tarefa de elaborar um novo programa para as faculdades brasileiras. No ano seguinte à LDBEN, em dezembro 1962, o conselheiro Newton Sucupira⁸⁸ finalmente estabeleceu as bases do ensino superior do curso de história através da Parecer nº 377, que fixou as disciplinas que comporiam seu currículo mínimo. O documento assinado por Sucupira, Roberto Accioli⁸⁹, Clóvis Salgado⁹⁰ e Josué Montello⁹¹ perdurou por 39 anos e só foi alterado com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001.⁹²

Quadro 6

Currículo mínimo estabelecido pelo Parecer nº 377/62

DISCIPLINAS
<ul style="list-style-type: none"> • História Antiga • História Medieval • História Moderna • História Contemporânea • História da América • História do Brasil • Introdução ao Estudo da História

Fonte: Parecer nº 377/62⁹³

⁸⁸ Newton Sucupira (1920-2007) foi professor emérito da UFRJ e filósofo. Seu trabalho no Conselho Federal de Educação tornou possível a expansão da pós-graduação no Brasil. BOMENY, Helena. Um personagem e suas histórias. *Ciência e Cultura*, v. 66, n.4, p. 38-43, 2014.

⁸⁹ Roberto Accioli (1910-1999) era advogado formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi professor de História Geral e do Brasil no Colégio Pedro II. No período em que o parecer 377/62 foi assinado, era membro efetivo do Conselho Federal de Educação. ROBERTO Bandeira Accioli. In: *Memória IBGE*. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20956-roberto-bandeira-accioli.html>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁹⁰ Clóvis Salgado (1906-1978) era político, desempenhou os cargos de governador de Minas Gerais e Ministro da Educação e Cultura. Após o golpe civil-militar se alinhou aos ditadores e assumiu posição de destaque no partido ARENA. CLÓVIS Salgado. In: *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Clovis_Salgado>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁹¹ Josué de Sousa Montello (1917-2006) foi um jornalista, professor, teatrólogo e escritor brasileiro. Trabalhou como diretor da Biblioteca Nacional, do Museu da República, do Serviço Nacional de Teatro e do Museu Histórico Nacional. FEITOSA, Márcia. Autores, Josué de Sousa Montello. In: *Página Paisagens Luso Brasileiras em Movimento*. Disponível em: <<http://www.paginasmovimento.com.br/biografia-josue-montello.html>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁹² NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 265-304, jul./dez. 2013. p. 302.

⁹³ BRASIL. Parecer n. 377 de 14 de dezembro de 1962. Estabelece o currículo mínimo para os cursos superiores de História. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 21 dez. 1962. p. 3.

O currículo definido pelo órgão federal e aquele apresentado no *II Simpósio* são idênticos. Até mesmo a recomendação apresentada no evento de separar as disciplinas de História Moderna e Contemporânea foi realizada no parecer.⁹⁴ No entanto, não acreditamos que a proposta curricular desenvolvida pelos professores tenha diretamente influenciado a decisão do conselho. A semelhança entre os dois currículos se deu, pois essas foram proposições que já haviam sido feitas desde a reforma de 1955⁹⁵, que separou os cursos de Geografia e História⁹⁶; e já tinham sido implementadas nas instituições mais próximas dos centros de decisão do país, como na USP⁹⁷, na URGs⁹⁸, na FNF⁹⁹ e na PUC-Rio¹⁰⁰.

O embasamento teórico usado como justificativa para o documento de Sucupira demonstra, como era comum no período, sintonia com as principais tendências historiográficas dos Annales. Em sua primeira página, o parecer assinado pelo relator se posiciona contrário à ideia de história *événementielle*, ou seja, a “história política, num simples relato dos grandes acontecimentos”, em alternativa, o fenômeno histórico deveria ser ensinado como “a objetivação do espírito humano no tempo”.¹⁰¹ Nesta perspectiva, o conhecimento apenas seria alcançado em sua totalidade caso fossem ofertadas disciplinas que possibilitassem a compreensão de variadas áreas do saber e que permitissem o domínio sobre a metodologia de pesquisa histórica. Como demonstrado abaixo (Quadro 7), as sugestões de matérias complementares ampliariam a formação das alunas e alunos a diversas áreas das ciências humanas.

Quadro 7

Disciplinas Culturais Complementares sugeridas no Parecer nº 377/62

DISCIPLINAS
<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia • Antropologia Cultural

⁹⁴ SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 2., 1962, Paraná. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962. p. 26.

⁹⁵ A reforma de 1955 que dispôs sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia foi decretada pela lei nº 2.594 de 8 de setembro de 1955.

⁹⁶ ROIZ, Diego da Silva, op. cit., p. 90.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 90.

⁹⁸ RODRIGUES, Mara, op. cit., p. 133.

⁹⁹ Entrevista com Francisco Falcon. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 271-310.

¹⁰⁰ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique, op. cit., p. 158-159.

¹⁰¹ BRASIL. Parecer n. 377 de 14 de dezembro de 1962. Estabelece o currículo mínimo para os cursos superiores de História. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 21 dez. 1962. p. 1.

- História das Ideias Políticas e Culturais
- História econômica (geral e do Brasil)
- História da arte
- Literatura Brasileira
- História da Filosofia
- Geografia (geohistória)
- Filosofia da Cultura
- Civilização Ibérica

Fonte: Parecer nº 377/62¹⁰²

O parecer dividiu as disciplinas em três blocos: (1) “As matérias históricas propriamente ditas”, aquelas ensinadas sob nomenclatura convencional e que abrangeriam períodos temporais e territoriais já definidos; (2) as chamadas disciplinas culturais de complementação (Quadro 7), ponto variável do currículo, definido de acordo com os interesses e necessidades de cada instituição e voltadas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade; e (3) as disciplinas direcionadas para o método histórico, em nível introdutório. Para decidir quais seriam as “matérias históricas”, foi verificado pela comissão o “acordo generalizado sobre as sugestões de currículo recebidas para indicar as disciplinas tradicionais”.¹⁰³ No entanto, na contramão das crescentes reivindicações ressonantes do período, o objetivo do curso superior em história continuou sendo a formação de profissionais para o magistério.

O currículo mínimo manteve o direcionamento de Introdução aos Estudos Históricos ao aprendizado do método, a disciplina abrangeria a conceituação, a investigação metódica e a crítica do documento.¹⁰⁴ Mesmo direcionado à formação de professores, era importante que o currículo das graduações compreendesse o ensino da metodologia e das técnicas de manejo das fontes históricas. Não seria possível, segundo os relatores, formar um bom docente sem os conhecimentos básicos sobre as competências técnicas da profissão, o que representava um certo avanço para o período ainda dominado pela desvalorização da pesquisa. Somente se possível, caso sobrassem tempo, recursos e existissem professores disponíveis, a disciplina de

¹⁰² BRASIL. Parecer n. 377 de 14 de dezembro de 1962. Estabelece o currículo mínimo para os cursos superiores de História. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 21 dez. 1962. p. 3.

¹⁰³ Ibidem, p. 2.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 2.

IEH adentraria assuntos mais teóricos, como o problema da objetividade do saber histórico, lógica, epistemologia, etc.

Dessa forma, o CFE e os professores no evento da ANPUH não apresentaram nenhum conteúdo inovador. Os docentes no simpósio organizaram um plano que poderia ser facilmente encaixado nos cursos dispersos pelo país. A implementação do currículo mínimo, inclusive, fez com que algumas faculdades abolissem disciplinas teóricas e metodológicas para o cumprimento das especificações federais.¹⁰⁵

1.3 – O 1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História: os problemas e possibilidades de uma nova disciplina

Baseados nas propostas dos *Annales*¹⁰⁶ e da historiografia marxista¹⁰⁷, que direcionavam a história para a pesquisa do social, os primeiros simpósios da APUH foram palco de debates que buscavam instaurar a metodologia e a crítica histórica nos cursos.¹⁰⁸ A primazia pela

¹⁰⁵ Segundo Miguel Schaff, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho – PR, a aplicação do currículo mínimo fez com que fossem cortadas disciplinas teóricas e metodológicas de sua instituição para o cumprimento do programa estabelecido pela legislação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, 5., 1969, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1971. p. 531.

¹⁰⁶ A recepção da historiografia dos *Annales* no Brasil relaciona-se às missões francesas que participaram da criação do curso de geografia e história da USP na década de 1930, contexto em que se destaca a passagem de Fernand Braudel por aquela instituição. ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais da historiografia brasileira: Leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012; GOMES, Tiago de Melo. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.443-459, jul./dez. 2006. Para uma discussão sobre a efetiva incorporação dos pressupostos dos *Annales* na produção historiográfica da fase inicial do curso de História da USP, ver COSTA, Aryana L. A Escola uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. *Revista Brasileira de História*, vol. 40, n. 85, 2020.

¹⁰⁷ No Brasil, a presença da perspectiva marxista na produção historiográfica pôde ser sentida a partir da década de 1930; seu predomínio nos debates e nos cursos de história durou até os anos 1980, quando passou a disputar espaço com a micro-história, a Nova História Cultural, que questionou o estruturalismo e trouxe uma nova demanda de estudos mais focados nos sujeitos e na importância da linguagem, dos discursos e das representações. A pesquisa histórica de viés marxista no Brasil se desenvolveu em torno de temas como as heranças coloniais, a escravidão, o comércio atlântico, a “revolução burguesa” brasileira, o movimento operário e a formação da classe trabalhadora. Cabe destacar a obra de Caio Prado Jr., publicada nos anos 1940, como importante matriz dessa historiografia cujo eixo central consistiu na tentativa de adequar os princípios do materialismo histórico à compreensão da formação histórica e da realidade brasileira. BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*, vol.3 - Os paradigmas revolucionários. Petrópolis: Editora Vozes, 2011; JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira? *Crítica Histórica*, Maceió, v. 11, n. 21, p. 366-395, jul. 2020.

¹⁰⁸ CAMARGO JÚNIOR, M. C. V. Questões sobre a “profissionalização da história”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). *Historiografia e Escrita da História*, v. 8, n. 15, p. 70-87, ago. 2016.

metodologia inspirada nos moldes franceses, como podemos ver, foi a base para os planos de ensino de IEH.¹⁰⁹ Essa nova preocupação teórico-prática culminou no *1ª Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História* (EBIEH), evento no qual já podem ser observadas referências recorrentes ao método quantitativo e ao livro do francês Jean Glénisson.¹¹⁰

Os anais do 1ª EBIEH são um grande inventário das discussões travadas entre os professores de Introdução aos Estudos da História. Sua convocação objetivou a troca de experiências docentes, o confronto entre as metodologias de pesquisa e, principalmente, buscou expor os principais problemas e desafios em lecionar essa recém implementada disciplina. De certa forma, o *1º Encontro* se configurou como uma continuação mais direcionada e profunda dos debates sobre currículo travados já no *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*, em 1962.

O evento ocorreu em Nova Friburgo, município da Região Serrana do Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 13 de julho de 1968. Organizado pela APUH e pelo departamento de História da UFF, contou com representantes de 9 estados brasileiros, 37 universidades e 4 professores estrangeiros, num total de 98 participantes.¹¹¹ Embora dispusesse, majoritariamente, de membros vindos das Regiões Sudeste e Sul, o encontro pretendia ser a primeira oportunidade de troca de experiências e debate sobre os programas entre professores, sendo “o início de nova e longa caminhada para a afirmação do pensamento nacional também neste ramo do saber humano”.¹¹²

A jornada acadêmica compreendeu a conferência de abertura, com palestra de José Honório Rodrigues, oito sessões de estudo e a mesa solene de encerramento. Se atentarmos ao quadro 8, poderemos observar os seis temas debatidos durante o encontro: os problemas da nova disciplina; seu valor na fundamentação da ciência histórica; sua relação com as técnicas auxiliares; a pertinência como ensinamento introdutório; a interdisciplinaridade; e a adequação do seu currículo. A escolha desses temas está relacionada ao objetivo do evento de estimular a discussão sobre os programas, a divulgação de dados técnicos e a definição de um embasamento teórico para a Introdução aos Estudos Históricos.

¹⁰⁹ FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 23.

¹¹¹ 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 3.

¹¹² ESPOSEL, J. P. P. Nota Prévia. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 3.

Quadro 8

1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História: temário de evento

Tema 1	Problemas de Introdução ao Estudo da História
Tema 2	A Introdução ao Estudo da História como teoria do conhecimento histórico
Tema 2	Introdução ao Estudo da História e as técnicas auxiliares do historiador
Tema 4	Valor propedêutico da história da historiografia e sua colocação entre os temas de Introdução ao Estudo da História
Tema 5	Relação da História com outros ramos do conhecimento
Tema 6	O programa de introdução ao Estudo da História e sua colocação no currículo de História

Fonte: Anais do 1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História¹¹³

Conforme o regimento do evento, cada sessão seria aberta pelo presidente, procedida da exposição principal do relator, contendo os “pontos fundamentais do trabalho”, em seguida a mesa recolhia as interações “breves e concisas” dos associados e, finalmente, haveria um curto tempo para as respostas e conclusões do trabalho.¹¹⁴ Ponderações que fugissem ao tema, no entanto, não seriam aceitas. O conteúdo publicado nos anais foi constituído pelo material usado pelo apresentador nas exposições e pela transcrição dos debates travados entre o relator e os participantes da mesa. Na publicação, as sessões são precedidas por resumos em português, inglês, francês e alemão.

Quadro 9

1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História: sessões de estudo

	SESSÃO DE ESTUDO	RESPONSÁVEL
1º Sessão	A Introdução ao Estudo da História como Teoria do Conhecimento Histórico: seu valor de fundamentação da ciência histórica. Os temas da epistemologia da História	Professora Maria Clara Constantino

¹¹³ Temário. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 9.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 6-7.

2º Sessão	A Introdução ao Estudo da História e as técnicas auxiliares do historiador	Professora Cecília Maria Westphalen
3º Sessão	Sobre os problemas de Introdução ao Estudo da História	Mesa Redonda
4º Sessão	Valor propedêutico da História da Historiografia e sua colocação entre os temas de Introdução ao Estudo da História La experiencia del Uruguay en materia de introducción a los estudios históricos	Prof. Odilon N. de Matos Prof. Carlos M. Rama
5º Sessão	<i>Atratégie et Histoire;</i>	Prof. Frédéric Mauro
6º Sessão	Mythos e Logos na Antiguidade Clássica; Desenvolvimento da doutrina da História Econômica, com especial referência na Alemanha	Prof. Joseph J. Van Prof. Georg W. E. Thomas
7º Sessão	A História e a Sociologia; A História e a Filosofia	Prof. Ruy Galvão Coelho Prof. Victorino F. Sanson
8º Sessão	Sobre os programas de introdução ao Estudo da História	Mesa Redonda
9º Sessão	Conclusões do Encontro	Mesa de Encerramento

Fonte: Anais do 1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História¹¹⁵

A sessão solene de abertura teve José Honório Rodrigues como palestrante.¹¹⁶ Em grande momento de sua carreira, na qual parte foi dedicada à inserção de disciplinas teóricas nos currículos das universidades brasileiras de história, Rodrigues discursou em tom crítico à estrutura universitária da época, principalmente por conta da organização das cátedras.¹¹⁷ Sua fala representa um período de mudança e crescente profissionalização universitária. Almejava-

¹¹⁵ Sessões de Estudo. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 11-12.

¹¹⁶ RODRIGUES, José Honório. O Ensino Superior da História e a Reforma Universitária. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 15-32.

¹¹⁷ FREIXO, Andre de Lemos. Corpo e alma: história e tradição no pensamento de José Honório Rodrigues. *RIHGB*, n. 461, p. 329-354, out./dez. 2013.

se a modernização não somente da estrutura existente no ensino superior, mas dos intelectuais inseridos nela, para tanto, era necessário formar um novo grupo de profissionais.

O historiador fez da abertura do evento uma oportunidade para sustentar seu posicionamento contra o que chamava de “fraude universitária” da cátedra vitalícia, que acarretava uma profunda “desilusão com os cursos e currículos”.¹¹⁸ As novas faculdades inauguradas em décadas anteriores já nasciam velhas, formadas por professores nomeados mais por influência política do que por mérito acadêmico. Contudo, a nova geração que adentrava a universidade tinha ímpeto pela mudança, era para essa nova geração que Honório Rodrigues discursava naquele encontro.

Após uma temporada visitando as universidades norte-americanas, o autor defrontou-se com as diferenças entre os processos de contratação e permanência do corpo docente brasileiro e estadunidense. Segundo ele, enquanto no Brasil vigorava a rigidez, posto que um professor era “dono” de uma cadeira engessada, os programas (e professores) de lá eram atualizados constantemente. O personalismo tão difundido por aqui acabava por privilegiar as relações de simpatia e amizade em detrimento da impessoalidade necessárias para a contratação de indivíduos capacitados. Honório Rodrigues admirava o modelo norte-americano de pesquisa no qual os professores sofriam com o corte de verbas e desprestígio caso não contribuíssem intelectualmente com suas disciplinas.¹¹⁹ Em comparação, 95% dos catedráticos brasileiros não desenvolviam nenhuma pesquisa científica.¹²⁰

No Brasil, faltaria uma avaliação meritocrática das carreiras docentes, com a qual os professores seriam condecorados de acordo com suas contribuições intelectuais e não por seus laços fraternos. Até ser estabelecida uma mudança real no ensino superior de história, os cursos seriam dominados pelos “mediócras” e pelo “antiquarismo”, pois o “que adianta que as Faculdades mudem de nome, e que os professores de história, por exemplo, passem a chamar-se de cientistas sociais, quando nunca foram sequer historiadores?”.¹²¹ Os catedráticos eram, para o autor, o grande empecilho para a modernização dos cursos. Logo, o ímpeto pela mudança não partiria da universidade ou dos professores, uma vez que eram parte do sistema, a mudança viria dos alunos insatisfeitos com a estrutura vigente.¹²²

¹¹⁸ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 19.

¹¹⁹ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 22.

¹²⁰ Ibidem, p. 23.

¹²¹ Ibidem, p. 24-25.

¹²² Ibidem, p. 19.

As enfáticas acusações contra o modelo universitário, segundo Andre Freixo, serviam para legitimar a perspectiva defendida por José Honório Rodrigues, segundo a qual precisaríamos formar pesquisadores desvinculados do nosso passado colonial e retrógrado.¹²³ Para superarmos a “historiografia colonial, patriota e grandiloquente”, o historiador propunha uma formação baseada na “pesquisa e nos modernos procedimentos metodológicos da ciência histórica alemã”.¹²⁴ Essa história renovada e científica deveria ser pautada em reflexões e pesquisas que ultrapassassem o “conservadorismo” e o “amadorismo”.

Mesmo que tivesse como inspiração modelos de universidades e teóricos estrangeiros, José Honório acreditava ser crucial desenvolver uma teoria e metodologia brasileiras. A aderência às tendências internacionais não significava a perda de autonomia de pensamento dos historiadores, pois a metodologia de pesquisa no Brasil deveria seguir as demandas dos pesquisadores no trato da documentação própria do país. Por isso, o autor advogava pela importância de professores estrangeiros oferecerem disciplinas como “História da França” ou “História do Império Britânico”, mas acreditava ser de extrema importância que os encarregados das disciplinas teóricas e metodológicas fossem brasileiros familiarizados com o estudo de temas e fontes daqui.¹²⁵

Ao abordar os currículos, em seu discurso na abertura do evento, José Honório Rodrigues os classificou como um “escândalo pedagógico” que “ofende a consciência histórica”.¹²⁶ Não faria sentido, para o autor, repetir as noções de ensino secundarista nos cursos superiores. Deixar uma disciplina ao encargo de um único professor acarretava o “domínio de um tipo de história conservadora, tradicionalista, saudosista, como a tentativa de colonização da juventude brasileira, iniciada no curso primário, mantida no secundário e vitoriosa no superior”.¹²⁷

Os problemas mais graves relacionados ao currículo seriam sanados, para Honório Rodrigues, em três etapas: a primeira dizia respeito à flexibilização e ao aumento da oferta de cursos e programas; o segundo ponto era tirar a história do isolamento acadêmico e relacioná-la com outras áreas das ciências sociais; e, finalmente, o que para o autor era o aspecto mais

¹²³ FREIXO, Andre de Lemos. Corpo e alma: história e tradição no pensamento de José Honório Rodrigues. *RIHGB*, n. 461, p. 329-354, out./dez. 2013.

¹²⁴ FREIXO, Andre de Lemos. Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 143-172, dez. 2011. p. 146.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 28.

¹²⁶ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 25.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 26.

importante a ser modificado, se instauraria o fim das cátedras e a diversificação do quadro docente.

Rodrigues conclui que a universidade estabelecida nesses moldes retrógrados e desconectados da sociedade só fazia servir aos interesses daqueles “detentores do poder”. Portanto, a reforma universitária, o assunto mais debatido naquele período, deveria questionar os privilégios das elites políticas e acadêmicas, caso contrário, o ensino superior de história continuaria com “cursos, na maior parte, idiotas, o ensino ultrapassado, o sistema de cátedra medieval e os exames pertencentes, no mínimo, ao século XIX”.¹²⁸ A intenção de José Honório Rodrigues era instaurar uma nova memória disciplinar através da extinção da historiografia colonial e constituição de uma moderna tradição da qual ele próprio faria parte.¹²⁹

A reforma universitária defendida por Rodrigues foi implementada pelo regime militar cinco meses após o evento, em novembro de 1968. Com cara de modernização, pois decretou o fim das cátedras e institucionalizou a pós-graduação, a legislação promoveu, na verdade, um ideal educacional antiquado para o período. Intelectuais em consonância com os militares passaram a ocupar cargos importantes nas universidades e fizeram uso da coerção para impor uma única forma de ensino e de organização nas instituições superiores.¹³⁰ Em momentos como esse, no qual um regime conservador precisa promover a inovação institucional e cultural para apaziguar o descontentamento sobre o governo, as reformas não representam uma solução real dos problemas correntes.¹³¹

No Rio de Janeiro, os anos da ditadura marcaram um período de declínio na qualidade dos cursos.¹³² Antes da reforma universitária ser efetivamente instaurada pelo regime militar, os professores a idealizavam como uma possibilidade de estabelecer mudanças efetivas nas graduações. Essa esperança é transparecida em diversas falas durante o *1ª Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História*.

¹²⁸ Ibidem, p. 30-31.

¹²⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.º 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005. p. 32.; GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos (org.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 277-290.

¹³⁰ PEREIRA, Ludmila Gama. A construção do saber histórico e projeto social: Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA – ANPUH-Rio, 8., 2008, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. p. 4-9.

¹³¹ FÁVERO, Maria de Lourdes, op. cit., p. 33.

¹³² FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 257.

A primeira sessão de estudos do EBIEH, intitulada “A Introdução ao Estudo da História como Teoria do Conhecimento Histórico” e apresentada por Maria Clara Rezende Teixeira Constantino¹³³, propôs debater a separação das dimensões pragmáticas e teóricas do trabalho histórico.¹³⁴ Para a professora, não faria sentido sobrepor o sentido prático da profissão à reflexão filosófica, pois caberia à teoria pôr em evidência as características fundamentais da história. Limitar o trabalho histórico ao seu sentido mais prático teria relegado a historiografia brasileira a pouca ou nenhuma reflexão.

Em sua fala, a autora estabelece uma divisão entre teoria e prática histórica, em que a primeira (teoria) precederia a segunda (prática), uma vez que seria a responsável pela reflexão epistemológica e definidora dos limites da historiografia. Maria Clara Constantino se baseava em autores alemães como Johann Gustav Droysen, Theodor Mommsen, Wilhelm Dilthey e Wilhelm Windelband, que diferentemente dos franceses, afirmam que a filosofia é o fundamento das ciências humanas. A disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, então, deveria ser atrelada à reflexão filosófica como forma de apontamento dos problemas do campo, de sua cientificidade e limites. Ademais, deveria ser o modelo de reflexão epistemológico europeu a nortear a modernização do trabalho teórico do historiador brasileiro. Portanto, o ensino IEH não faria sentido se não estivesse relacionado à filosofia.

A pauta da sétima sessão do evento, organizada pelo professor Victorino Félix Sanson¹³⁵ e denominada “Filosofia e História”, se assemelhava ao trabalho de Maria Clara Constantino, pois também propunha a aproximação da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos ao campo filosófico.¹³⁶ Assim como Constantino, Victorino Sanson acreditava que o estatuto

¹³³ Nascida em Portugal e formada em Filosofia, Maria Clara Rezende Teixeira Constantino (1929 - ?) era professora de Introdução ao Estudo da História e Filosofia da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos (SP), cargo que já havia ocupado em 1963 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP). CAMARGO JÚNIOR, M. C. V. Questões sobre a “profissionalização da história”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). *Historiografia e Escrita da História*, v. 8, n. 15, p. 70-87, ago. 2016.

¹³⁴ CONSTANTINO, Maria Clara Rezende Teixeira. A Introdução ao Estudo da História como Teoria do Conhecimento Histórico: seu valor de fundamentação da ciência histórica. Os temas da epistemologia da História. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 33-60.

¹³⁵ Victorino Félix Sanson (1924 – 2005) era filósofo e pesquisador de história da filosofia antiga, trabalhou como professor na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de Caxias do Sul. ROSANO, Pedro. Conheça a Coleção Especial de Victorino Félix Sanson. In: *Blog do Sistema de Bibliotecas da UCS*. Publicado em 7 out. 2017. Disponível em: <<https://bibliotecaucs.wordpress.com/2017/10/07/conheca-a-colecao-especial-victorino-felix-sanson/>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

¹³⁶ SANSON, Victorino Félix. Filosofia e História. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 201-214.

científico da história era dependente do pensamento filosófico. Caberia à disciplina de IEH a tarefa de aproximar a história da filosofia promovendo assim o “estudo da natureza da investigação histórica”. A filosofia teria, segundo Sanson, muito a ensinar à história, elevaria seu *status* científico e promoveria a reflexão teórica. No entanto, diferentemente de Constantino, que buscava estimular o pensamento filosófico a partir da história, Victorino Sanson propunha transformar a disciplina em um curso introdutório de filosofia.

Na abertura dos debates da sessão, o professor propôs três questões, a primeira relacionada à pertinência da filosofia no curso superior de história, a segunda sobre a formação do professor de IEH (um filósofo ou um historiador?) e, por último, indagou qual seria a posição ideal da disciplina na grade curricular. Os debatedores, no entanto, não se mostraram inclinados à proposta de aproximação entre história e filosofia. Eles reafirmaram a importância do pensamento teórico para a formação de um bom professor e pesquisador, contudo, a maioria foi cética quanto à intenção de Sanson em transformar a disciplina em um curso filosófico. Quando novamente perguntado sobre a formação necessária do professor de IEH, Sanson admitiu que o melhor seria que fosse ministrado por um filósofo; já para os presentes, tamanha aproximação acabaria por prejudicar as duas áreas de conhecimento.¹³⁷

Publicado junto ao Apêndice II nos anais do evento, o programa da Universidade Federal Fluminense de Introdução aos Estudos da História, ministrado por Victorino Sanson, torna evidente as pretensões curriculares do professor.¹³⁸ A primeira parte do curso da UFF era denominada “Propedêutica da História” e se direcionava à reflexão teórica, aos estudos sobre o conceito de história e à evolução historiográfica através dos séculos. Na segunda parte do curso, chamada “Metodologia da História”, seriam debatidos heurística, crítica histórica e síntese. Por fim, era abordado as “ciências auxiliares”.

Esse último conteúdo foi tema da exposição de Cecília Maria Westphalen.¹³⁹ Intitulada “A Introdução ao Estudo da História e as Técnicas Auxiliares do Historiador”, a sessão de

¹³⁷ Ibidem, p. 2011-214.

¹³⁸ Apêndice II. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 317-318.

¹³⁹ Cecília Maria Westphalen (1927-2004) era formada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, onde tornou-se professora catedrática de História Moderna e Contemporânea em 1957. Posteriormente passou à docência de Introdução ao Estudo da História quando a disciplina foi institucionalizada em 1961 na UFPR. MACHADO, Daiane Vaiz. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2016.

estudos percorreu, basicamente, sobre a modernização dos cursos de história.¹⁴⁰ Para Cecília Westphalen, a renovação da profissão partiria da estruturação de disciplinas direcionadas a formar alunos aptos ao trabalho de pesquisa. O trabalho com as técnicas auxiliares proporcionaria a integração da história às dinâmicas da cientificidade contemporânea, pois “essa aparelhagem técnica conferiria credibilidade ao trabalho do historiador perante as demais ciências”.¹⁴¹

A disposição de IEH deveria ter como objetivo principal propagar o método científico entre os historiadores em formação. A disciplina necessitaria possuir um caráter eminentemente prático no qual seriam desenvolvidos trabalhos de catalogação de obras históricas e contato constante com fontes primárias, no qual os alunos teriam acesso diário à pesquisa nos departamentos. Assim, Introdução aos Estudos Históricos era a disciplina mais apropriada para estimular a renovação metodológica, pois além de promover a inserção das universidades no debate global, também permitiria a aplicação de novas metodologias, a renovação conceitual e o diálogo com outras áreas das ciências sociais.

De acordo com Daiane Machado, Westphalen teve Fernand Braudel como importante inspiração para a formação de seu pensamento histórico. Segundo Machado, a maior parte dos argumentos usados pela autora no evento são oriundos de seu contato com o artigo “História e Ciências Sociais: a longa duração”, do historiador francês.¹⁴² Romper com a historiografia positivista e promover a renovação da história era postura inspirada no que era considerado história científica pelos franceses da segunda geração dos *Annales*.¹⁴³ Dessa forma, “alcançar uma verdade objetiva do passado era um valor fundamental na sua prática como pesquisadora e professora”.¹⁴⁴ O alargamento do conceito de documento histórico promovido pelo movimento historiográfico francês exigia treinamento, assim, a IEH deveria introduzir e preparar os estudantes nas novas técnicas historiográficas.

O programa de Introdução à História da UFPR, apresentado por Cecília Westphalen, comprova seu ideal em defesa da renovação e fortalecimento da cientificidade histórica no

¹⁴⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria. A Introdução ao Estudo da História e as Técnicas Auxiliares do Historiador. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 61-92.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 72.

¹⁴² MACHADO, Daiane Vaiz. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2016, p. 115.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 115.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 119.

Brasil.¹⁴⁵ A primeira parte do curso ministrado pela professora era dedicado aos estudos teóricos, ao trato das diferentes fontes, ao método histórico e às técnicas operacionais (observação, técnicas auxiliares e método quantitativo). A segunda parte do curso, de caráter mais prático, era dividida em seis seminários focados no treinamento para o dia a dia do historiador, como a interpretação de textos, crítica de fontes, análise bibliográficas e historiografia. Na terceira e última parte do curso, as alunas e alunos eram iniciados ao trabalho de campo no arquivo do Paraná.

Mesmo recebendo muitas críticas durante os debates que se seguiram, as sugestões de Cecília Westphalen foram usadas como conclusões oficiais do evento.¹⁴⁶ A ideia era desenvolver um plano de ação executado em comunhão entre discentes e docentes. Assim, como aparece nas propostas do encontro, a disciplina deveria fornecer bases metodológicas para a formação histórica, promover a renovação e ter flexibilidade para a formulação de um currículo de acordo com as demandas de cada departamento; também precisaria estar associada à História do Brasil e ter caráter eminentemente prático. Mesmo que fosse ministrada no primeiro ano, o treinamento deveria prosseguir e englobar outras cadeiras, principalmente a de História do Brasil.

Odilon Nogueira de Matos analisou o “Valor propedêutico da História da Historiografia e sua colocação entre os temas de Introdução aos Estudos Históricos”, na quarta sessão de estudos.¹⁴⁷ Matos iniciou sua exposição fazendo um grande retorno aos pais fundadores da história com o objetivo de demonstrar a “evolução” do conceito em uma longa teleologia que culminou na historiografia daquele período, cada grande mudança historiográfica seria marcada pelo nascimento de um novo “representante”, de Tucídides a José Honório Rodrigues.¹⁴⁸

Ao tratar dos problemas da disciplina, Odilon Matos reafirmou a importância de se estudar as nuances da historiografia e propôs o debate em torno de três problemas: o primeiro é a posição de IEH na grade curricular, o segundo a interdisciplinaridade e o último a “pouca evolução” da historiografia brasileira.¹⁴⁹ Lecionar Introdução aos Estudos Históricos no

¹⁴⁵ Apêndice II. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 328-329.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 219-221.

¹⁴⁷ MATOS, Odilon Nogueira. Valor propedêutico da História da Historiografia e sua colocação entre os temas de Introdução aos Estudos Históricos. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 97-122.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 103-108.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 114.

primeiro semestre do curso, segundo o professor, traria como empecilho a inexperiência e falta de conhecimento dos alunos. Durante os debates que se seguiram, as questões propostas por Matos não foram aprofundadas.

Ainda sobre as sugestões para o ensino de Introdução aos Estudos Históricos, há de se notar o relato de Carlos M. Rama.¹⁵⁰ Professor de Teoria da História da Universidade Montevideu, Rama nos apresenta um panorama sobre “A experiência do Uruguai em matéria de Introdução ao Estudo da História”.¹⁵¹ Nos anos 1960, a universidade ofertava quatro disciplinas teóricas, eram elas: Teoria e Metodologia da História (anteriormente chamada de Introdução aos Estudos Históricos), Ciências Auxiliares, História da Historiografia e Filosofia da História.

Teoria e Metodologia da História ocupava a grade no primeiro ano de curso, com três horas semanais. A disciplina era dividida em três partes, a primeira direcionada ao desenvolvimento do conceito de história e da profissão do historiador; a segunda, mais extensa, trabalhava com debates teóricos e tratava da lógica científica e epistemologia; e, finalmente, a última parte era dedicada ao aspecto metodológico e investigativo do trabalho histórico. Ciências Auxiliares visava o trabalho prático do aluno, o contato com arquivos, bibliotecas e museus; História da Historiografia percorria “los historiadores del pasado”; por fim, Filosofia da História, se ocupava em promover o aspecto filosófico do pensamento histórico.¹⁵² No final de cada semestre, o estudante apresentaria um trabalho monográfico no qual deveria demonstrar domínio sobre as técnicas e conceitos centrais da história.

Ao concluir a exposição, Carlos Rama apresentou sete orientações baseadas nos vinte anos de experiência adquiridas no ensino das disciplinas teóricas no Uruguai: (1) os meios de ensinar no ensino básico não devem ser repetidos na universidade; (2) teoria supõe a união entre história e filosofia; (3) por conta da amplitude dos debates, as disciplinas teóricas deveriam ser distribuídas por toda a grade do curso; (4) introdução no primeiro ano da graduação; (5) Filosofia da História como disciplina obrigatória; (6) disciplinas teóricas devem ser

¹⁵⁰ Carlos Manuel Rama (1921-1982) tinha formação em história e sociologia. Foi catedrático na Universidade de Teoria e Metodologia da História na Faculdade de Humanidade e Ciências de Montevideu. Em 1959 publicou o livro “Teoria de la historia: introducción a los estudios históricos”. MURIÓ el historiador y sociólogo uruguayo Carlos Rama. In: *El País*. Publicado em 24 fev. 1982. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1982/02/24/cultura/383353207_850215.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

¹⁵¹ RAMA, Carlos Manuel. A experiência do Uruguai em matéria de Introdução ao Estudo da História. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 123-136.

¹⁵² RAMA, Carlos Manuel, op. cit., p. 130.

administradas por professores com experiência na área; (7) os catedráticos deveriam estar envolvidos com produção bibliográfica crescente.

Durante o debate, o professor descreveu o trabalho prático desempenhado pelos alunos em arquivos de Montevideu e como a preparação de aulas mais didáticas diminuía a dificuldade encontrada nas aulas teóricas no início do curso. Rama pontuou, além disso, a importância do estudo de sociologia nos primeiros anos da graduação.

Outra descrição sobre o ensino de Introdução aos Estudos Históricos foi apresentada por Katia M. de Queirós Mattoso¹⁵³ e Johildo Lopes de Athayde. Embora não tenham sido relatores de sessão do *Encontro*, a Comissão Organizadora achou pertinente que a experiência dos professores fosse publicada no Apêndice I.¹⁵⁴ Com o intuito de discutir os problemas do ensino de IEH na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Católica de Salvador, o relato de Katia Mattoso e Johildo Athayde é uma denúncia sobre a situação universitária brasileira da época. Nele os professores expõem a falta de bibliografia atualizada, inexistência de recursos direcionados às revistas especializadas, a escassez de material básico para o trabalho em sala de aula (papel, fichas, etc.) e a fragilidade no ensino secundário que formava alunos mal preparados para o ensino superior.

Mesmo frente à pouca estrutura das universidades brasileiras, Mattoso e Athayde resolveram desenvolver junto ao corpo discente um projeto de capacitação para o estudo da história. Para tanto, foi idealizado um curso de Introdução às Ciências Sociais no qual os estudantes eram instigados a entender a história como uma das diversas possibilidades de questionamento da realidade social. Nessa lógica, eles eram introduzidos ao exercício da leitura, da produção de textos, da pesquisa bibliográfica e do trabalho prático antes mesmo de ser ministrada IEH.

Na disciplina de Filosofia da História, ofertada no segundo ano, além dos estudos sobre o pensamento filosófico contemporâneo, havia uma etapa dedicada ao trabalho prático de coleta bibliográfica e documental para o estudo do tema da abolição da escravatura. Mesmo que esse projeto, e outros, fossem dificultados e até paralisados por conta da falta de recursos, Katia

¹⁵³ Katia M. de Queirós Mattoso (1931-2011) era formada em ciência política e especialista em história da Bahia e história da escravidão brasileira. Foi professora na Universidade Católica de Salvador e na Universidade Federal da Bahia. DOURADO, Flávia. Katia Mattoso, especialista na escravidão brasileira. In: *IEA-USP*. Publicado em 11 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/katia-mattoso-1932-2011-especialista-na-escravidao-brasileira>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

¹⁵⁴ MATTOSO, Katia; ATHAYDE, Johildo Lopes de. Problemas do Ensino de Introdução aos Estudos Históricos: Experiência de Salvador. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 297-305.

Mattoso e Johildo Athayde se mostravam esperançosos de que as demandas fossem supridas e os programas postos em prática. Apesar das dificuldades, a iniciativa despertava uma mudança na postura dos alunos que passaram a desenvolver trabalhos próprios e pesquisas com outros professores.

Bem como as experiências de Katia Mattoso e Johildo Athayde, também foi publicado no Apêndice I dos *Anais do Encontro* um relatório desenvolvido pela coordenação de História da USP com vistas à reforma universitária, tema caro aos professores e alunos que buscavam a modernização dos cursos naquele período. O documento apresentava críticas à estrutura dos cursos e propunha um novo currículo. O novo programa organizado pelo departamento da USP era dividido em três momentos: (1) Básico/fundamental; (2) Licenciatura/formação; e (3) Especialização/pós-graduação.

A primeira etapa, com duração de dois anos, promoveria a conscientização dos estudantes sobre os problemas básicos das ciências humanas, e seria designado como um currículo comum entre diversas áreas. Nessa formulação, cada departamento do Instituto de Ciências Humanas estabeleceria quais matérias seriam obrigatórias e, para o curso de história, foram definidas como indispensáveis as disciplinas de História Geral e do Brasil. A fase de Licenciatura, com extensão de também dois anos, objetivaria o ensino de didática, psicologia da educação, metodologia e técnicas de pesquisas. Não foram dados maiores detalhes sobre a fase de especialização.

Enfim, caminhando para o final do *Encontro*, a nona sessão de estudos encerrava e oficializava as sugestões e demandas do 1º EBIEH. Nos debates e mesas redondas, os participantes estabeleceram dez conclusões e seis moções para o evento.¹⁵⁵ Em relação à Introdução aos Estudos Históricos, foram seguidas, como dito anteriormente, as recomendações de Cecília Westphalen. De acordo com a ponderações da professora, a disciplina deveria ser guiada pelo método científico, também necessitaria promover a interdisciplinaridade e a aproximação com outras áreas das ciências humanas e sociais, assim como não poderia deixar de lado seu caráter eminentemente prático e relacionado à História do Brasil.

Em relação às questões mais pragmáticas, foi defendida a liberdade dos diferentes departamentos de montarem os currículos de acordo com as demandas locais, no entanto, era

¹⁵⁵ Conclusões do Encontro. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 219-221.

essencial para o professor que ministrasse a disciplina o conhecimento e/ou domínio sobre Teoria Crítica, Historiografia, Ciências Auxiliares, Filosofia da História e Técnicas de Pesquisa. O encontro de professores de Introdução aos Estudos Históricos deveria ser promovido periodicamente para aprofundar a relação entre os docentes e prover a troca de experiências. Objetivava-se que as interações entre os participantes propiciassem a formulação de um programa relativamente unitário entre as diferentes faculdades do país. Por fim, foi deliberado, com base no currículo mínimo de 1962, que todos os cursos de história adotassem no ano subsequente (1970) a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos.

É possível observarmos que no *1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História* há um grande ímpeto para a modernização dos cursos superiores, no qual o antigo sistema de cátedras era visto como empecilho para o avanço das pesquisas e para o enquadramento nos debates da historiografia internacional. As mudanças, no entanto, não estavam relacionadas apenas à necessidade de acompanhar os debates internacionais, mas vinham principalmente das transformações na concepção sobre o que era ciência, quais eram os limites da epistemologia da história e sob quais bases se formaria um bom historiador.

1.3.1 – Os programas de Introdução aos Estudos Históricos

José Honório Rodrigues aparece uma segunda vez nos anais do 1º EBIEH, agora em um artigo publicado no Apêndice II da produção.¹⁵⁶ Nele, o autor é ainda mais enfático em sua crítica às cátedras. Segundo Rodrigues, prevalecia uma absoluta dificuldade para a renovação curricular, pois os conselhos universitários e as universidades em si eram dominadas pelo tradicionalismo das cátedras. Mesmo que as disciplinas teóricas fossem idealizadas e discutidas, ainda que houvesse o interesse em implementá-las, o “panorama feudal” dominante impedia qualquer tentativa de renovação.¹⁵⁷

Honório Rodrigues era bastante elogioso às universidades de São Paulo, sobretudo a USP, por estarem na dianteira da implementação das disciplinas teóricas e metodológicas nos

¹⁵⁶ Esse mesmo texto foi publicado com um título bem parecido no apêndice da terceira edição de Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica. RODRIGUES, José Honório. Método, teoria, historiografia e pesquisa, disciplinas universitárias. In: _____. Teoria da História do Brasil. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

¹⁵⁷ RODRIGUES, José Honório. Método, Teoria, Historiografia e Pesquisa. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 231.

cursos. No entanto, se preocupava com o que seria um “colonialismo cultural”, pois o excesso de professores franceses acarretaria a formação de uma história dependente. Rodrigues acreditava que a metodologia possuía um imprescindível teor nacional e, portanto, deveria ser ensinada por especialistas nas fontes, na prática histórica e na historiografia brasileira. O risco estava em não produzirmos nossa própria história, mas consumirmos aquela produzida por outros.¹⁵⁸

O Rio de Janeiro, no entanto, apresentava situação ainda mais preocupante, pois o sistema educacional do estado impossibilitava que seus professores seguissem o movimento de implementação teórico-metodológica observado no território vizinho. Os cursos fluminenses, segundo Rodrigues, permaneciam engessados e dominados por “conservadores”. As cátedras da Faculdade Nacional de Filosofia vetaram qualquer autonomia e renovação, logo, não havia incentivo à pesquisa e ao ensino de metodologia e teoria.

O grande espaço cedido a Honório Rodrigues (foi palestrante na mesa de abertura e escreveu artigo considerado “merecedor de publicação” nos anais do evento) se deve mais ao seu grande prestígio, que por sua militância teórica estar em consonância com a comissão organizadora do evento. A história combativa adotada por Rodrigues já era amplamente difundida e foi pensada como ponto de cisão entre a antiga historiografia definida pelo autor como positivista, retrógrada e tradicionalista, e a historiografia científica, moderna, meritocrática e atrelada às reflexões teóricas e ao trabalho de pesquisa. José Honório se posicionava como defensor e representante dessa nova historiografia.

No entanto, mesmo com os esforços de José Honório Rodrigues em estimular o ensinamento teórico, o que se vê nos 29 programas de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História publicados nos anais do evento ainda é o predomínio dos assuntos metodológicos. Os conteúdos programáticos propostos pelos professores possuem, de certa forma, tópicos bem semelhantes, conforme pode ser visto no quadro 10. Observa-se, por exemplo, que predominavam os estudos metodológicos, as questões relacionadas às ciências auxiliares e daquilo que os professores nomeiam nos programas de “evolução da historiografia europeia”. De acordo com os programas, a metodologia trataria da classificação e do manejo das fontes, da coleta de dados, da classificação dos documentos e do trabalho em arquivos e bibliotecas. A presença quase majoritária desse tema demonstra a tendência na qual a disciplina de IEH abordaria prioritariamente o dado e o documento histórico.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 226.

Quadro 10

1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História: conteúdo dos programas

ASSUNTO	Nº	%
Conceituação / Definição de História	29	100%
Metodologia / Crítica Histórica	28	96%
Matérias / Ciências Auxiliares	22	76%
Síntese Histórica	21	72%
Evolução da História	20	69%
Divisões / Periodização / Cronologia na História	18	62%
Filosofia	13	45%
História e Ciência / Epistemologia	13	45%
Técnicas de Pesquisa	12	41%
Importância do Curso	11	38%
Conhecimento Histórico	8	27%
Geografia / Espaço Geográfico	7	24%
Historiografia Brasileira	7	24%
Teoria da História	7	24%
Tempo	6	21%
Historiografia	4	14%

Fonte: Anais do *Primeiro Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História*¹⁵⁹

Apenas quatro universidades brasileiras, todas do estado de São Paulo, dedicavam parte significativa do conteúdo programático à Teoria da História, ou seja, ao ensino de filosofia da história, da historicidade, do fim da história, do tempo, da historiografia, etc. Nas demais, o conteúdo aparecia tímido nos programas. O Estudo da Historiografia Brasileira, que se debruçaria sobre os principais historiadores nacionais e suas teorias, aparece em 24% dos currículos. No outros 69%, foi dada prioridade à compreensão da evolução histórica, no qual seriam estudados os principais intelectuais ocidentais, de Tucídides aos Annales.

De forma geral, os debates do *1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História* eram norteados pelas concepções sobre a escrita da história em voga no final da década

¹⁵⁹ Apêndice II. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970.

de 1960, principalmente aquelas inspiradas na historiografia francesa, marxista e alemã. A ênfase estava na apresentação de um novo curso de história, conectado ao debate internacional. Para tanto, era necessária uma ruptura com o que era identificado como a história “tradicional” e o estabelecimento de uma história “nova”, na qual a profissionalização ocupava uma posição crucial na introdução de uma história científica, racional e moderna. Nesse cenário, a elaboração de um currículo atualizado estava profundamente vinculada ao processo de invenção de uma nova “tradição” histórica.¹⁶⁰

Os historiadores envolvidos na organização do 1º EBIEH optaram por tornar a Introdução aos Estudos Históricos uma disciplina eminentemente prática. O projeto apresentado por Cecília Westphalen foi quase que em sua totalidade reproduzido nas conclusões do evento e saiu vencedor dos debates. De fato, ainda que outras propostas de currículo tenham sido expostas durante as mesas, não houve espaço para a disputa entre perspectivas divergentes. A intervenção de Maria Clara Rezende Constantino, por exemplo, que alertava sobre a falta de sentido em sobrepor o aspecto prático da profissão à reflexão filosófica, foi completamente ignorada. As conclusões do 1º EBIEH representaram uma escolha que acabou definindo a identidade do campo: a oposição entre metodologia e teoria. Essa tendência continuou em evidência em diversos manuais de introdução à história publicados no último século, como veremos no próximo capítulo.

¹⁶⁰ GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 14.

CAPÍTULO 2: O TERRITÓRIO EM EXPANSÃO

2.1 – O território consolidado

As análises históricas que abordam o crescimento da Teoria da História e História da Historiografia no Brasil apontam a fundação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) como um marco da consolidação do campo.¹⁶¹ Talvez por isso que a organização, fundada em 2009, se defina categoricamente como o “passo adiante no esforço de congregar os pesquisadores da área e de fortalecê-la no cenário intelectual nacional e internacional”.¹⁶² Atréados à SBTHH estão 26 núcleos de estudos e pesquisas (9 internacionais e 17 nacionais).¹⁶³ Em comum, esses núcleos compartilham o propósito de produzir reflexões e pesquisas teóricas.¹⁶⁴ Os debates, de forma geral, concentram-se na epistemologia histórica, na escrita da história, interdisciplinaridade, historiografia e história da ciência. Há ainda, entre os grupos brasileiros, o objetivo de minimizar o antigo problema de carência das disciplinas teóricas nos currículos.

Quadro 11

Grupos Brasileiros Associados à SBTHH

GRUPO	Universidade	Estado
Laboratório de Estudos em Teoria, Historicidade e Estética (LETHE)	UNIRIO	RJ
Grupo de Estudos Teoria da História	UFFS	SC
Teoria e História da Historiografia	UFCG	PB

¹⁶¹ ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica, Guimarães; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 196.

¹⁶² SOBRE a SBTHH. In: *Endereço Eletrônica da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/sobre/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

¹⁶³ NÚCLEOS de pesquisa. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/nucleos/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

¹⁶⁴ Novos afiliados, individuais ou coletivos, devem ser aprovados pela Diretoria da SBTHH em assembleia geral. In: *Endereço Eletrônica da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/estatuto/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

Laboratório de História das Ideias, Saberes e Historiografia (LHISH)	UFG	GO
Laboratório de Teoria e História Intelectual	PUC-Rio	RJ
Teoria, História e Historiografia	UFPR	PR
Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LABTEO)	USP	SP
Epistemologia e História Comparada das Ciências Humanas (Epistasthai)	UFF	RJ
Grupo de Estudos sobre Teoria e Filosofia da História (GTFH)	PUC-Goiás	GO
Grupo de Estudos em Teoria e História da Historiografia (Nemesis)	UFSC	SC
Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA)	UFRGS	RS
Laboratório de Estudos de Teoria e História da Historiografia (LETHIS)	UFES	ES
Núcleo de Teoria, História da Historiografia e Tempo Presente (Nutempo)	UFBA	BA
Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM)	UFOP	MG
Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Teoria da História (Niet)	UFMG	MG
Comunidade de Estudos de Teoria da História (Comum)	UERJ	RJ
Laboratório de Teoria e História da Historiografia (LTHH)	UFBA	BA

Fonte: Endereço eletrônico da SBTHH¹⁶⁵

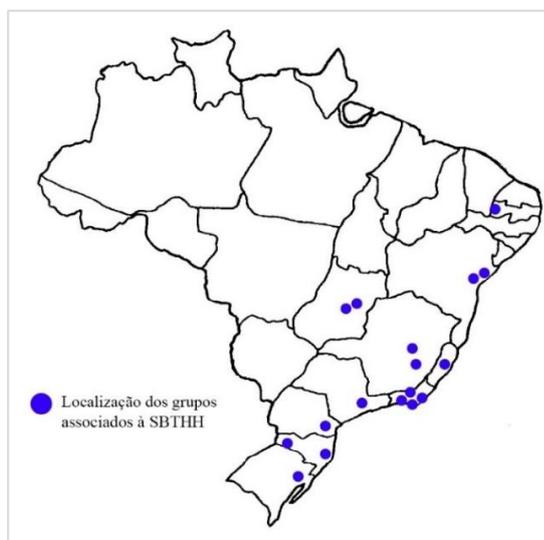
O SBTHH congrega grupos de pesquisa das regiões Nordeste (3), Centro-Oeste (2), Sul (4) e Sudeste (8). Ao compararmos esses números com aqueles referenciados nos anais do 1º EBIEH, percebemos a permanência de um espaço de concentração do debate. No evento estudado no último capítulo, apenas 5 dos 68 participantes não pertenciam às instituições do Sul-Sudeste do país. Mesmo se levarmos em conta a dificuldade de deslocamento para o encontro ocorrido na Região Serrana do Rio de Janeiro, é contraditório o desequilíbrio relativo à origem dos participantes de um encontro que tinha pretensão de definir um “pensamento

¹⁶⁵ NÚCLEOS de pesquisa. In: *Endereço Eletrônica da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: < <http://www.sbthh.org.br/pb/nucleos/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

nacional neste novo ramo do saber humano”.¹⁶⁶ A imagem a seguir (Imagem 1) ilustra a localização dos núcleos afiliados à SBTHH.

Imagem 1

Localização dos grupos associados à SBTHH



Fonte: Endereço eletrônico da SBTHH¹⁶⁷

O Rio de Janeiro reúne 4 dos 17 grupos de estudo associados à SBTHH. Entre eles está a COMUM – *Comunidade de Estudos de Teoria da História*, da UERJ, que hoje desempenha o papel de promover o ensino e a pesquisa teórica no Rio de Janeiro, ligando pesquisadores de laboratórios de todo o país.¹⁶⁸ A COMUM, fundada em 2016, agrega professores universitários, professores da rede escolar e graduandos que desenvolvam pesquisas nas áreas de teoria da história e temporalidades. Além dessa, os outros grupos fluminenses vinculados à SBTHH são o LETHE - *Laboratório de Estudos em Teoria, Historicidade e Estética* (UNIRIO); o *Laboratório de Teoria e Historiografia*, da PUC-RIO; e a Epistasthai - *Epistemologia e História Comparada das Ciências Humanas*, da UFF.¹⁶⁹

¹⁶⁶ ESPOSEL, J. P. P. Nota Prévia. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970. p. 3.

¹⁶⁷ NÚCLEOS de pesquisa. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/nucleos/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

¹⁶⁸ COMUM - Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ. In: *COMUM*. Disponível em: <<http://www.ppghistoria.uerj.br/laboratorios/comum.html/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

¹⁶⁹ NÚCLEOS de pesquisa. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/nucleos/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

O trabalho dos integrantes da SBTHH objetiva dar visibilidade internacional à historiografia brasileira, para que assim possamos superar o antigo hábito de importarmos indiscriminadamente modelos e agendas teóricas estrangeiras. Além do grande número de grupos e indivíduos afiliados, também estão vinculados à Associação o periódico brasileiro da área mais bem avaliado no Qualis Periódicos (A1), a Revista História da Historiografia (RHH), e o *Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia* (SNHH).¹⁷⁰

O SNHH teve sua primeira edição em 2007 e hoje mantém uma rede de comunicação entre pesquisadores latino-americanos e intelectuais europeus e norte-americanos. De modo geral, os eventos exclusivamente dedicados aos estudos de Teoria da História e História da Historiografia se multiplicaram nos últimos dez anos, dois deles têm sede no Rio de Janeiro. O *Encontro de Pesquisa em Teoria da História e História da Historiografia* (EPETH) é organizado pelo NEHM e polo COMUM desde 2017; e o *Encontro Fluminense de Teoria da História e Historiografia* (EFTH) é um evento organizando na UFRJ por pós-graduandos de universidades federais do estado que há três anos promove as pesquisas de estudantes de história em formação.

Gostaríamos de atentar para dois outros simpósios: o primeiro é o *Fórum de Teoria e História da Historiografia*, evento que percorre as universidades do nordeste desde 2016 para estimular a reflexão sobre Teoria e História da Historiografia em lugares onde os debates ainda são escassos. Em 2020, o Fórum foi digitalizado e contou com a participação de 58 professores de todo o Brasil em 14 encontros que se estenderam pelos últimos cinco meses do ano (agosto até dezembro de 2020).¹⁷¹

O segundo evento é o *Seminário Internacional História e Historiografia*, encontro também itinerante projetado para formar uma rede de comunicação e produção de conhecimento entre as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Suas edições que acontecem desde 2006 já passaram pelos estados do Ceará, Mato Grosso e Pernambuco. Com o intuito de renovar a historiografia dessas regiões, o evento objetiva estabelecer um diálogo entre os participantes e promover o debate sobre as tendências atuais do conhecimento histórico. O movimento iniciado por esses dois últimos simpósios é particularmente relevante porque contribuem para a difusão do debate sobre teoria e história da historiografia no Brasil.

¹⁷⁰ SOBRE a SBTHH. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/sobre/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

¹⁷¹ O evento foi transmitido pelo canal do YouTube do Fórum Teoria da História e História da Historiografia. In: *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC7GId0VAs7c_Kxww62yRxQ/videos>. Acesso em: 02 dez. 2020.

Outro acontecimento importantíssimo nesse sentido foi a retomada do GT de Teoria da História da ANPUH, originalmente fundado em 2003. A iniciativa de reinaugurar o grupo de trabalho partiu de um esforço coletivo de integrantes ligados às seções regionais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Mato Grosso do Sul. O grupo tem a proposta de se agregar aos esforços já existentes de fortalecimento e legitimação dos debates teóricos da história. Para além dos grupos de trabalho, das associações e dos eventos acadêmicos inaugurados nos últimos anos, a crescente expansão e consolidação do campo de teoria e história da historiografia já podia ser observada nos periódicos acadêmicos desde o início dos anos 2000.

2.2 – A historiografia em revista

Segundo Júlio Bentivoglio, as revistas acadêmicas popularizaram-se no decorrer do século 20, quando os extensos textos produzidos em muitos anos de trabalho deram lugar a artigos mais curtos, que supriam a demanda por informação cada vez mais pungente. As revistas representaram uma forma de escrever história mais moderna, sintética e objetiva, embasada em teorias e métodos. Hoje os periódicos são uma fonte essencial para entendermos as nuances da historiografia e do movimento das ideias, a comparação e quantificação de seu conteúdo nos permite constituir “um mapa instigante dos caminhos da historiografia na era contemporânea”.¹⁷²

A relevância alcançada pelas revistas especializadas em Teoria da História poderia, portanto, ser evocada para comprovar o crescimento da área. Além da já citada *História da Historiografia*, periódico fundado em 2008, dispomos da *Revista de Teoria da História*, criada no ano subsequente e vinculada à UFG, e da *Revista Expedições*, da UEG (A História da Historiografia e a Revista de Teoria da História estão ligadas à SBTHH).¹⁷³ Os três periódicos

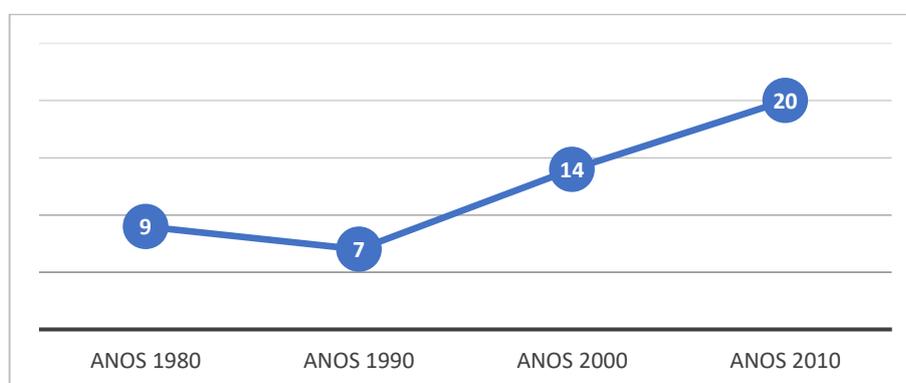
¹⁷² BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; Bentivoglio, Julio (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017. p. 8.

¹⁷³ O conteúdo das três revistas pode ser acessado através de seus endereços eletrônicos. In: *História da Historiografia*. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br>>; *Revista de Teoria da História*. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/index>>; *Revista Expedições*. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/index>.

têm o propósito de estabelecer um espaço de debate, divulgação de pesquisas sobre teoria, filosofia da história, metodologia, história intelectual, das ideias e dos conceitos.

A promoção dos debates teóricos, no entanto, não está limitada apenas às revistas especializadas da área. A multiplicação dos dossiês temáticos relacionados à teoria e história da historiografia pode ser observada desde os anos 2000 em diversos periódicos. Nos últimos vinte anos houve um aumento de mais de 100% no número dossiês, como podemos observar no Gráfico 4.

Gráfico 4
Dossiês Temáticos de Teoria e Historiografia



Fonte: Revistas de História¹⁷⁴

Pesquisar os periódicos acadêmicos nos permite, ainda, reconhecer as disputas que moldam o trabalho historiográfico. Através da identificação dos padrões de funcionamento dessas publicações, de seus critérios de aceitação e recusa de artigos, e da formação de sua comissão editorial podemos identificar os modos como a teoria da história e história da historiografia se estrutura como tema de pesquisa.¹⁷⁵ Os periódicos, ou melhor, a rede de

¹⁷⁴ Foram pesquisados 76 periódicos e encontrados dossiês temáticos relacionados à Teoria e História da Historiografia em 38 deles: Revista de Estudos Históricos (CPDOC), Varia História (UFMG), Revista Brasileira de História (Anpuh), Revista de História (USP), Tempos Históricos (Unioeste), Projeto História (PUC-SP), Locus (UFJF), Antíteses (UEL), APISIS (UFG), História Revista (UFG), História Questões & Debates, Dimensões, Clio (UFPE), Vozes, Pretérito e Devir (UESPI), Fronteiras, Escritas, Cadernos de História (PUC-Minas), Aedos (UFRGS), Faces da História (Unesp), Trilhas da História (UFMS), Temporalidades (UFMG), História (UNICAMP), Caminhos da História (Unimontes), Revista Escrita da História, Métis (UCS), Fato & Versões (UFMS), Revista Historiadora (FAPA), Politéia, História em Revista (UFpel), Canoas do Tempo (UFAM), Saeculum (UFPB).

¹⁷⁵ BENTIVOGLIO, Julio, op. cit., p. 7-30.

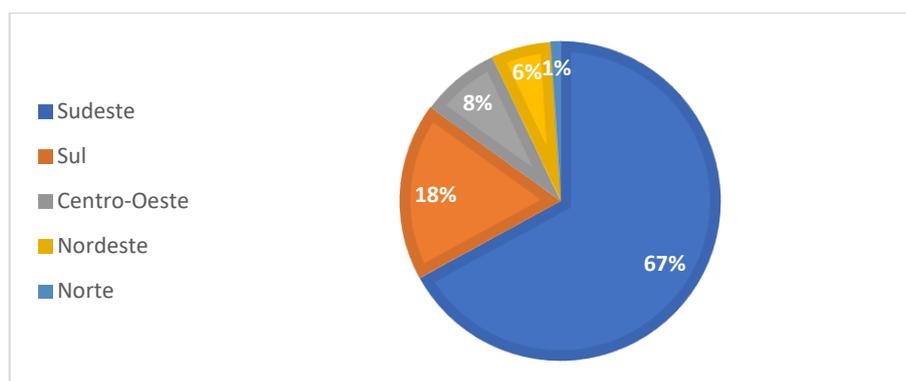
intelectuais que neles atuam, assumem o poder de vetar, permitir e hierarquizar determinadas formas do fazer histórico.

A metodologia de pesquisa em revistas acadêmicas sugerida por Julio Benvivoglio consiste na análise das sessões, finalidades, agendas, editores e do perfil dos colaboradores das publicações. Verificar os autores mais citados nos artigos, por exemplo, indicaria um consenso sobre as autoridades intelectuais que definiriam o periódico e o próprio campo de estudos. Se levarmos em conta a proposição metodológica de Benvivoglio, o artigo de Flávia Varella “Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia” não somente nos elucidaria sobre o perfil de autores e temas presentes na RHH, como inicialmente propõe a autora, mas também lançaria luz sobre o padrão de Teoria da História propagada através da maior revista da área.¹⁷⁶

O primeiro ponto a ser levantado sobre os índices encontrados por Varella é aquele que comprova a profunda concentração regional presente na revista. Entre os textos publicados nos primeiros dez anos do periódico acadêmico, 67% pertencem a intelectuais vinculados às instituições do Sudeste; 18% do Sul; 8% do Centro-oeste; 6% do Nordeste e 1% do Norte do Brasil, conforme o Gráfico 1.¹⁷⁷

Gráfico 1

Região de origem dos autores de artigos publicados na HH (2008 a 2018)



Fonte: Flávia Varella¹⁷⁸

¹⁷⁶ VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 2019-265, set./dez. 2018.

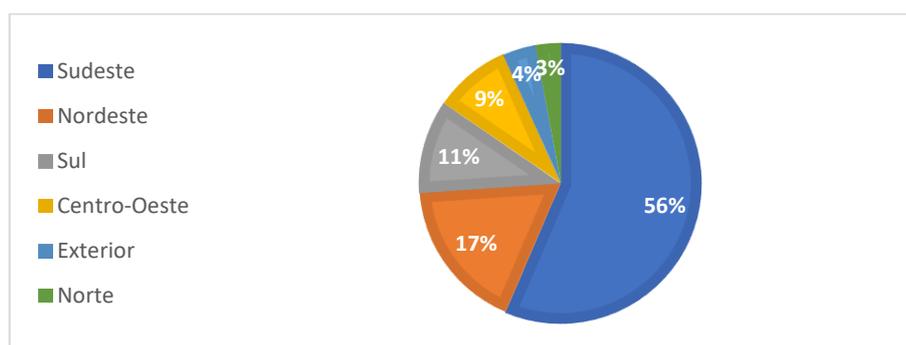
¹⁷⁷ VARELLA, Flávia Florentino, op. cit., p. 239-240.

¹⁷⁸ VARELLA, Flávia Florentino, op. cit., p. 239-240.

A concentração regional também pode ser observada na porcentagem de intelectuais que fazem parte do conselho executivo da revista, 75% deles são da região Sudeste.¹⁷⁹ Varella atenua a disparidade regional com a justificativa de que os percentuais encontrados por ela estariam em consonância com os dados levantados pela GEOCAPES. Segundo pesquisa feita pelo Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES em 2017, de um total de 2.084 professores universitários de história, 46% estão no Sudeste; 22% no Sul; 19% no Nordeste; 9% no Centro-oeste e 4% no Norte. Entre os 5298 alunos de pós-graduação, 54% estão no Sudeste; 21% no Sul; 14% no Nordeste; 8% no Centro-oeste; e 3% no Norte. Assim, a porcentagem de intelectuais que publicam e fazem parte do conselho executivo da RHH estaria de acordo com o mapeamento feito pela instituição.¹⁸⁰

No entanto, o índice de participação por região do país muda quando nos voltamos para os afiliados da SBTHH, embora permaneça o protagonismo do Sudeste, com 56% do total de afiliados, o Nordeste galga uma posição de destaque com 17,4% dos integrantes, seguido por 10,6% do Sul, 8,7% do Centro-oeste, 2,8% do Norte e 3,8% de instituições do exterior.¹⁸¹ Assim, o índice encontrado no site da SBTHH indica uma grande relevância numérica dos integrantes da região Nordeste que, por outro lado, não se reflete na quantidade de autores, temas e integrantes do conselho executivo da RHH.

Gráfico 2
Região de origem dos filiados à SBTHH



Fonte: Endereço Eletrônico SBTHH¹⁸²

¹⁷⁹ Ibidem, p. 226.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 240-241.

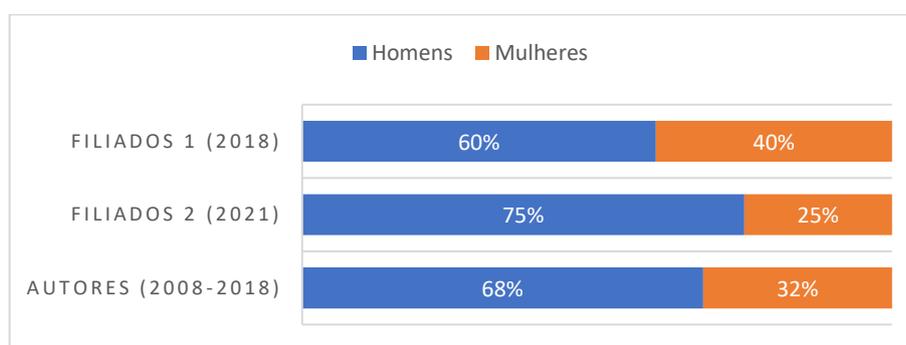
¹⁸¹ PESQUISADORES. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/pesquisadores/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

¹⁸² PESQUISADORES. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: <<http://www.sbthh.org.br/pb/pesquisadores/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Outra assimetria se evidencia na participação das mulheres na autoria dos artigos da revista e na SBTHH. Varella apontou que entre os pesquisadores filiados à Sociedade em 2018, 60% eram homens e 40% eram mulheres (Gráfico 3 – Filiados 1), o que indicaria, segundo a autora, equilíbrio entre os gêneros.¹⁸³ Fizemos em 2021 nova contagem a partir da lista de integrantes presente no endereço eletrônico da Sociedade e encontramos números que sugerem uma disparidade mais acentuada, 75% de associados do gênero masculino e 25% de gênero feminino (Gráfico 3 – Filiados 2). Em relação aos autores publicados na revista entre 2008 e 2018, Varella assinalou que 68% deles são homens e 32% são mulheres (Gráfico 3 – Autores).¹⁸⁴ Contudo, o percentual mais desigual apresentado por Varella aparece na contabilização do número de estudos sobre a trajetória intelectual de mulheres, são apenas nove artigos em dez anos de revista, o que equivale a 5% do total de análises dedicadas às contribuições de historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas.¹⁸⁵

Gráfico 3

Gênero dos autores de artigos da HH e dos filiados da SBTHH



Fonte: Flávia Varella¹⁸⁶

O problema da desigualdade de gênero no campo de Teoria da História e História Intelectual foi assunto do artigo “Sons do Silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia” de Maria da Glória de Oliveira. Nele, a autora produziu um levantamento similar ao de Flávia Varella, embora focado nas desigualdades de gênero na área.

¹⁸³ VARELLA, Flávia Florentino, op. cit., p. 229.

¹⁸⁴ PESQUISADORES. In: *Endereço Eletrônico da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*. Disponível em: < <http://www.sbthh.org.br/pb/pesquisadores/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

¹⁸⁵ Estas são as mulheres que foram tema de artigo na RHH nos primeiros dez anos da revista (2008-2018): Alice Piffe Canabrava, Cecília Westphalen, Dorothea Lange, Hannah Arendt, Laura de Mello e Souza, Maria de Fátima Bonifácio, Maria Yedda Linhares, Teresa Piossek Prebich, Wlamyra R. Alburquerque.

¹⁸⁶ VARELLA, Flávia Florentino, op. cit., p. 236.

Os percentuais encontrados pelas historiadoras são relativamente parecidos, no entanto, o tom presente no artigo de Maria da Glória é crítico ao fato da produção intelectual feminina ainda ser “o ‘outro’ silenciado pelos cânones e pela memória disciplinar”.¹⁸⁷ A consolidação do campo teórico nos últimos anos não representou uma mudança no padrão de silenciamento da contribuição de historiadoras.

Maria da Glória de Oliveira ultrapassa a tese de Certeau sobre o lugar institucional e propõe que o gênero também condiciona o arranjo dos padrões epistemológicos e disciplinares de um saber, pois “toda experiência histórica é perpassada por clivagens de gênero”.¹⁸⁸ Devemos questionar a pretensa neutralidade da historiografia para assim considerarmos os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe como definidores do lugar ocupado pelos autores na história. Assim, esses marcadores também funcionariam como um “aparato conceitual crítico dos fundamentos epistêmicos da disciplina e da própria escrita da história”.¹⁸⁹

Mesmo que tente de certa forma apaziguar as informações, o perfil geral traçado por Flavia Varella é sintomático do tipo de historiografia que ainda vigora no Brasil:

Observou-se que, no que tange à composição de seu Conselho Executivo, a maioria dos pesquisadores são homens (86%); brancos (72%); brasileiros (86%); lotados em instituições da região sudeste (75%). O perfil principal dos autores de artigos é de homens (68%); professores do ensino superior (55%); adjunto (41%); vinculados a instituições brasileiras (70%) situadas na região sudeste (67%). A maioria dos autores estudados nos artigos publicados na História da Historiografia são do sexo masculino (95%).¹⁹⁰

2.3 – O território delimitado

Os textos de apresentação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e do o GT de Teoria da História da ANPUH rememoram os esforços de José Honório Rodrigues e a inauguração das pós-graduações nos anos 1970-80 como marcos que iniciaram a aproximação dos historiadores brasileiros com a epistemologia e a historiografia. Decerto a

¹⁸⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 22, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. p. 108.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 111.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 117.

¹⁹⁰ VARELLA, Flávia Florentino, op. cit., p. 261.

institucionalização da pós-graduação foi crucial para desenvolvimento do campo, no entanto, o contexto universitário se tornou um espaço complexo e tensionado durante a ditadura civil-militar. O modelo impositivo de pós-graduação implementado pelos militares homogeneizava os programas e acabou por minguar as experiências plurais dos doutorados já existentes no país naquele período.¹⁹¹ Assim como nas graduações, o Conselho Federal de Educação foi o órgão responsável por organizar e objetivamente uniformizar os programas.

Não podemos falar sobre a história das pós-graduações sem mencionarmos novamente Francisco Falcon. O historiador é testemunha do percurso traçado pelos cursos de História no Rio de Janeiro no século passado. Segundo Falcon, o ano de 1964 foi um grande divisor de águas para a historiografia, pois o governo militar redefiniu os parâmetros educacionais do ensino superior.¹⁹² As tentativas de atualizar o currículo, modernizar os métodos de ensino, pesquisa e a bibliografia, reivindicação pleiteada por docentes e estudantes, foram ignorados pelo novo governo e em seu lugar foi estabelecida uma reforma conservadora e autoritária.¹⁹³

A inauguração do curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, em 1972, contudo, aconteceu de forma tranquila se comparada com o ambiente de tensão crescente no IFCS/UFRJ.¹⁹⁴ Tendo como áreas de concentração a história econômica e a história político-social, o mestrado da UFF foi pensado para abarcar estudos sobre metodologia e historiografia. Na capital fluminense, por outro lado, o ambiente de constante vigilância e insegurança prevaleceu, marcado pelo desaparecimento de alunos e perseguição de professores.¹⁹⁵ O programa de pós-graduação da UFRJ só foi iniciado em 1982, com o afrouxamento do regime.

Dado o contexto, Falcon defende que a periodização que define a fundação dos cursos de pós-graduação durante o governo militar como marco para o início efetivo da pesquisa em

¹⁹¹ FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 15-32, abr. 2013.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ Entre os anos de 1958 e 1963 existiu na FNFi uma revista discente chamada “Boletim de História”, em suas páginas os alunos e alunas da faculdade reivindicavam a atualização curricular, a modernização dos métodos docentes e atualização bibliográfica que incluísse autores nacionais e estrangeiros que tratassem das novas tendências historiográficas, principalmente aquelas vindas da França. In: FALCON, Francisco. O programa de pós-graduação do IFCS-UFRJ: um ensaio de história e memória. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012. p. 12.

¹⁹⁴ FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 15-32, abr. 2013. p. 22-24.

¹⁹⁵ FALCON, Francisco. O programa de pós-graduação do IFCS-UFRJ: um ensaio de história e memória. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012. p. 16-17.

história, chamada de “fase dos profissionais”¹⁹⁶ por alguns estudiosos, deve ser vista com olhar crítico.¹⁹⁷ Essa classificação acaba desconsiderando os esforços anteriores aos programas e esconde a realidade autoritária do momento, que inviabilizou a construção de modelos diversificados de pós-graduação.

Já a historiografia do período, segundo o autor, foi delineada pela presença dos marxistas e da “Nova História” dos Annales.¹⁹⁸ Eram tempos de predomínio da história econômica e social, da quantificação e seriação das fontes e da “moda” da história das mentalidades, considerada na época a forma mais “moderna” de se fazer história. Havia o interesse crescente pelos movimentos sociais, pela atuação do sujeito diante das grandes estruturas, pelo cotidiano, pela subjetividade, pelo imaginário e pelas relações de dominação no mundo.¹⁹⁹

Com a redemocratização nos anos 1980, a historiografia passa por uma grande mudança, a história das mentalidades é substituída pela história cultural e os sistemas explicativos globais dão lugar aos recortes mais curtos. Crescem os estudos sobre lugares institucionais, tempo, cultura histórica, conceitos e teoria da história.²⁰⁰ Ao chegar ao Brasil, esse movimento conhecido como giro linguístico trouxe consigo o retorno da narrativa, das análises biográficas e o declínio da quantificação e da história econômico-social.²⁰¹ O protagonismo da sociologia e da economia deu lugar à antropologia.²⁰²

¹⁹⁶ MARTINS, E. C. R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, n. 42, p. 197-217, 2011. p. 11.

¹⁹⁷ FALCON, F. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 15-32, abr. 2013. p. 17.

¹⁹⁸ FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁹⁹ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da História da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (coord.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016. p. 13.

²⁰⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a historiografia brasileira. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177, n. 472, p. 13-37, jul./set. 2016. p. 26.

²⁰¹ A expressão “giro linguístico” se originou no contexto da filosofia analítica anglo-saxônica e, de modo geral, sinalizou a centralidade da linguagem para os problemas filosóficos e para a compreensão do mundo. No campo da História, o giro linguístico esteve associado ao nome de Hayden White que, na obra *Metahistória* (1973), chamou a atenção para a dimensão literária do texto dos historiadores. Neste sentido, muitos autores consideram que o giro linguístico abalou o “realismo científico” e a “empíria ingênua” da história. CEZAR, Temístocles. *Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 440-461, abr. 2015; SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 377-395, abr. 2015.

²⁰² GUIMARÃES, Manoel Salgado. Repensando os Domínios de Clío: as angústias e ansiedades de uma disciplina. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 5, p. 5-20, mar. 1998. p. 14.

De acordo com Temístocles Cezar, o giro linguístico ocasionou verdadeiros “preconceitos acadêmicos” em terras brasileiras. Os historiadores marxistas, segundo ele, que possuíam o protagonismo historiográfico desde a ditadura, posicionaram-se contra a nova tendência, denunciando que a fragmentação e o relativismo trazidos pelo movimento colocariam em risco a cientificidade da história. O abandono dos grandes modelos explicativos acarretaria a irracionalidade epistemológica e a letargia política. Nessa perspectiva, a “nova história” era compreendida como “uma apologia aberta ao capitalismo”.²⁰³

Ciro Flamarion Cardoso²⁰⁴ surgiu, nesse período, como o grande opositor à nova perspectiva teórica. Na prática, toda produção não marxista era taxada de perigosa e subversiva. Michel Foucault foi considerado o “anticristo” que instauraria o apocalipse da pós-modernidade. No entanto, conforme afirma Temístocles Cezar, a análise de Cardoso não deixava clara qual exatamente era sua oposição teórica ao considerado pós-moderno, o entendimento sobre o que seria a irracionalidade, o ceticismo e a relatividade do movimento era mal explicada e pouco fundamentada.²⁰⁵ Hoje, tem-se a ideia de que a superficialidade do debate estava relacionada à falta de apego por parte dos historiadores brasileiros, marxistas ou não, ao embasamento conceitual, metodológico e teórico da história.²⁰⁶

A figura de Ciro Flamarion Cardoso é essencial para entendermos quais eram os limites estabelecidos para a historiografia brasileira. O historiador desempenhou papel fundamental na formulação dos cursos de história no Rio de Janeiro, seus livros apareciam nos currículos das universidades fluminenses e, no final dos anos 1990, junto com Margareth Rago e Elizabeth Cancelli, Cardoso ajudou a definir as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de História que substituiu o CM de 1962, já bastante obsoleto naquele período.

²⁰³ CEZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 440-461, abr. 2015. p. 448.

²⁰⁴ Ciro Flamarion Cardoso (1942 -2013) formou-se em História na UFRJ em 1965. Trabalhou como professor em diversas universidades da América Latina até integrar o corpo docente do mestrado da UFF, em 1979. É conhecido por sua pesquisa em História Antiga e por seu posicionamento marxista. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

²⁰⁵ CEZAR, Temístocles, op. cit., p. 448.

²⁰⁶ CEZAR, Temístocles, op. cit., p. 445.

2.4 – O manual para a consolidação de um campo de estudos

A institucionalização dos cursos de História tornou essencial a difusão de obras que informassem os problemas e as praxes do trabalho do historiador.²⁰⁷ Conhecidos como manuais de introdução ou obras de síntese, essas publicações estabeleciam as regras e tendências do campo e propagavam um modelo de cientificidade da história em voga entre marxistas e franceses naquele período. Os livros de introdução são testemunhas da historicidade da história disciplinar e a partir deles podemos entender a autoridade que figuras como José Honório Rodrigues, Jean Glénisson e Ciro Flamarion Cardoso exerceram sobre os cursos universitários.

Segundo Francisco Falcon, a incorporação de Cardoso ao corpo docente da UFF em 1979, “representou um sopro de novas questões, demanda de novos critérios, e, sobretudo, exigência de rigor teórico-metodológico para o curso”.²⁰⁸ Os dois manuais publicados pelo historiador nesse mesmo período (*Uma Introdução à História*²⁰⁹ e *Os Métodos da História*²¹⁰) fizeram, no entanto, com que seu prestígio ultrapassasse os muros da instituição e fosse sentido em outras universidades. Antes de adentrarmos efetivamente nas obras de Cardoso, achamos importante tratarmos de duas outras publicações.

Primeiramente, nos voltaremos mais uma vez para José Honório Rodrigues, o seu aclamado *Teoria da História do Brasil*²¹¹ (1949) foi amplamente utilizado como manual nas universidades entre os anos 1950-1960.²¹² O livro objetivava oferecer a professores e estudantes “uma introdução à história e à pesquisa histórica no Brasil [...] um guia, um roteiro de problemas, processos, crítica e teoria”.²¹³ Inspirado em obras já publicadas em outros países, *Teoria* funcionou como um modelo de curso de metodologia idealizado por Rodrigues, no qual os leitores/alunos seriam preparados para a pesquisa em História do Brasil.

²⁰⁷ FILHO, João Ernani. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 179-190, mai./ago. 2017. p. 180.

²⁰⁸ FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 15-32, abr. 2013. p. 27-28.

²⁰⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²¹¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

²¹² FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e História da Historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, problemas e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 153.

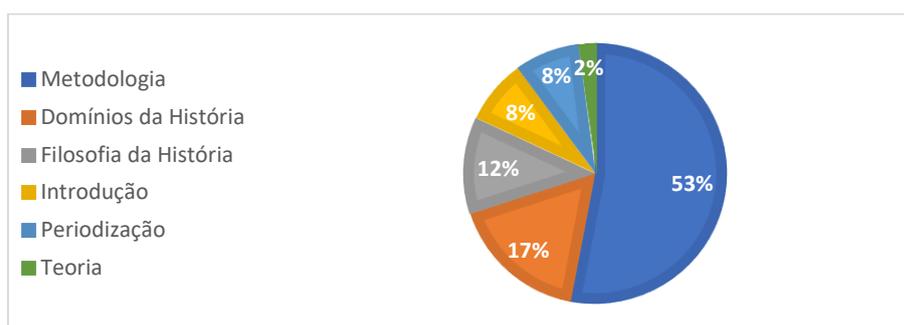
²¹³ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 18.

No prefácio da primeira edição do livro, José Honório Rodrigues relata que ter assistido aulas sobre Metodologia da História nos EUA o fez questionar a formação dos alunos em seu país. A partir da experiência no exterior, Rodrigues propôs um novo modelo de curso que abordasse as questões conceituais, técnicas e críticas da História. Esse era um esforço importantíssimo, pois o autor considerava que “a grande tarefa do ensino universitário da história [era] mostrar como se investiga, como se manejam as fontes, como se aplicam os métodos e a crítica, como se doutrina e interpreta o material colhido e criticado”.²¹⁴ O livro foi sua primeira tentativa de suprir as limitações de formação nas faculdades do Brasil.

Teoria da História foi projetada para ser uma obra de introdução metodológica que tratasse da pesquisa, do manejo das fontes, e da crítica e síntese histórica. Por isso, seu conteúdo é composto, majoritariamente, de assuntos relacionados à metodologia (53%); 8 de seus 15 capítulos apresentam ao leitor/aluno temas como a seleção e preparo de documentação histórica, a crítica de textos e edição de documentos históricos e o cuidado com a credibilidade das fontes. Também são tópicos do livro as disciplinas auxiliares, a periodização e domínios da história (História do Direito, História Diplomática, História da Imprensa, História etc.); além de dois capítulos iniciais que tratam das tarefas do historiador, do desenvolvimento da ideia de história e sua etimologia.

Gráfico 4

Conteúdos de *Teoria da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues



Fonte: Teoria da História do Brasil²¹⁵

Teoria e Filosofia da História aparecem em dois tópicos. No terceiro capítulo, chamado “Filosofia da História. O conhecimento Histórico”, Rodrigues aborda a questão da causalidade

²¹⁴ Ibidem, p. 14.

²¹⁵ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 7-8.

e da convicção histórica, de sua construção como campo científico e o historicismo. O capítulo foi organizado em torno de três filósofos/historiadores alemães: Wilhelm Dilthey, Heinrich Rickert e Wilhelm Windelband. Para o autor, esses intelectuais foram essenciais para a historiografia, pois romperam com a tradicional lógica aristotélica, que admitia como ciência apenas disciplinas que não trabalhassem com a particularidade dos fenômenos, o que permitiu a admissão da história como uma ciência social filosoficamente justificada.

Os alemães fundaram uma nova forma de investigação que não ignorava o particular e o individual, pois entenderam que a especificidade dos acontecimentos históricos está no suceder de realidades que nunca existiram e jamais se repetirão. Outro fator importante para o desenvolvimento da ciência histórica foi o questionamento da causalidade. O princípio da causalidade, próprio das ciências naturais – definido como um processo de dependência entre uma causa que determina um efeito – é anulado pela imprevisibilidade dos fatos históricos, impossíveis de serem submetidos a leis universais. A peculiaridade do trabalho do historiador está em selecionar “do fluxo dos acontecimentos aquilo que em maior ou menor escala é qualitativa e unicamente individual”, seu dever é compreender os acontecimentos, não prever a causalidade entre eles.²¹⁶ Ao fundarem uma nova metodologia de trabalho, Dilthey e Rickert deram ao campo uma autêntica compreensão filosófica, que abriu caminho para a elaboração de uma teoria da história.

No último capítulo da obra, “A compreensão e a síntese históricas”, Rodrigues extrapola a questão das fontes e volta-se para a relação entre fatos e teorias.²¹⁷ Segundo o autor, a obra de história não é formada, ou não deveria ser, apenas da objetividade dos acontecimentos, mas da interpretação da ação humana. A interpretação nos permitiria transitar entre o teórico e o prático, entre a fidelidade documental e as hipóteses teóricas. Nesses dois capítulos, Rodrigues questiona o hábito dos historiadores brasileiros de idealizarem os documentos e desprezarem a fundamentação filosófica. O viés defendido por Rodrigues, e que se tornaria sua marca registrada, considera que apenas a teoria permite a compreensão dos problemas e a descoberta das conexões entre os acontecimentos históricos. Apenas um conjunto teórico apurado possibilita uma interpretação aproximada da experiência real.²¹⁸

No entanto, apesar de reiterar o vínculo entre teoria e prática, o autor admite que o direcionamento do seu manual é “clássico”, portanto, voltado à crítica histórica, não às questões

²¹⁶ Ibidem, p. 122.

²¹⁷ RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 641-656.

²¹⁸ Ibidem, p. 652.

filosóficas e de historiografia. No prefácio da segunda edição do livro, Rodrigues apresenta duas diferentes definições de teoria da história. A primeira como “a parte introdutória da filosofia”; a segunda como o âmbito da história que trata dos conceitos que precedem, guiam e acompanham a técnica da pesquisa e o processo de crítica, ou seja, a parte introdutória do trabalho metodológico.²¹⁹ Essa última delimitação guia os preceitos do livro.

O segundo manual que gostaríamos de abordar é *Iniciação aos Estudos Históricos* (1961), escrito por Jean Glénisson²²⁰, Pedro Moacyr Campos²²¹ e Emília Viotti da Costa²²². Originada de artigos publicados na *Revista de História* da USP, a obra foi utilizada como bibliografia básica nas aulas de Teoria e Metodologia da História nas universidades brasileiras.²²³ Logo em sua introdução, Glénisson esclarece que o direcionamento do livro passa longe da reflexão teórica, seu objetivo é iniciar o leitor/estudante “na concepção contemporânea de história, de encorajá-lo a praticar aquilo que Marc Bloch chamava com tão belo nome: o ofício; o ofício de historiador”.²²⁴ A teoria poderia fazer parte desse ofício, porém somente se fosse fundamentada na prática histórica, pois a metodologia precederia qualquer reflexão teórica.

De certa forma, a organização de *Iniciação* assemelha-se com a obra de José Honório Rodrigues. A primeira parte, dedicada às noções gerais, engloba a definição de história, a periodização e as ciências auxiliares. A segunda parte, mais extensa, aborda a questão do documento e das críticas interna e externa, do fato e da interpretação histórica. Outro tópico igualmente relevante do livro é dedicado à “evolução da nossa disciplina” até “o triunfo do método crítico”. “O esboço da Historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”, apêndice

²¹⁹ *Ibidem*, p. 15-16.

²²⁰ Jean Glénisson (1921-2010) foi um historiador, arquivista e paleógrafo francês. Por dois anos foi professor na Universidade de São Paulo, sua experiência no cargo o inspirou a escrever, em conjunto com dois colegas, *Iniciação aos Estudos Históricos* (1961).

²²¹ Pedro Moacyr Campos foi livre-docente e assistente da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Universidade de São Paulo, após a reforma universitária tornou-se professor titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade.

²²² Emília Viotti da Costa (1928-2017) é graduada e doutora em História pela Universidade de São Paulo, onde também atuou como professora por um curto período (1964-1969). Emília Viotti foi sumariamente aposentada e presa durante a ditadura civil-militar brasileira por ser opositora ao regime. Em 1973 saiu do país e tornou-se professora de América Latina na Universidade de Yale, permaneceu no cargo até 1999.

²²³ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca, op. cit., p. 153.

²²⁴ GLÉNISSON, J.; CAMPOS, P. M.; COSTA, E. V. da. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1961. p. 5.

escrito por Pedro Moacyr Campos, é uma narrativa linear, quase teleológica, sobre o pensamento histórico brasileiro, do nativismo à inserção na civilização ocidental.²²⁵

Para Moacyr Campos, a vinda dos grandes mestres franceses para as faculdades brasileiras estabeleceu um novo marco para a modernização nos cursos de História e conectou a historiografia brasileira ao mundo ocidental racionalizado. Essa opinião favorável a um corpo docente formado por estrangeiros é oposta àquela de José Honório Rodrigues, defensor de que as disciplinas de História do Brasil e Metodologia fossem ministradas apenas por professores brasileiros. Jean Glénisson, por sua vez, julgava que os estudantes do “Novo Mundo” necessitavam de técnicas próprias que melhor se ajustassem à sua realidade e fontes, no entanto, também acreditava ser imprescindível oferecer aos seus leitores/alunos o exemplo dos historiadores do “além Atlântico”. A experiência historiográfica do “Velho Continente” teria muito a oferecer ao Brasil.

Há, ainda, um capítulo dedicado à “Orientação Bibliográfica”, que sugeria aos estudantes do primeiro ano obras de “linguagem acessível” que abordassem o método e a história da historiografia. Esse tópico é importante para entendermos o direcionamento historiográfico do manual de *Iniciação aos Estudos Históricos*. Os primeiros autores indicados foram José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil* (1949) e José van den Besselar, *Introdução aos Estudos Históricos* (1956). Seguidos desses dois textos em língua portuguesa, Glénisson recomenda outras 8 publicações alemãs, inglesas e francesas, clássicos do final do século XIX e a primeira metade do século XX. Aparecem nessa lista, Marc Bloch, Langlois e Seignobos, Henri-Marrou, Gustav Droysen e outros.

O tema História da Historiografia foi apresentado em duas seções, a primeira com obras apartadas das questões filosóficas, e a segunda com textos que apresentavam a história através de suas diferentes concepções filosóficas. Também foram recomendados manuais de história franceses, que mesmo idealizados para os alunos daquele país, poderiam ser de grande proveito para os brasileiros.²²⁶ Assim, a orientação bibliográfica de Glénisson sugeria majoritariamente

²²⁵ CAMPOS, P. M. O esboço da Historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, J.; CAMPOS, P. M.; COSTA, E. V. da. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1961. p. 250-293.

²²⁶ São recomendados na lista, os brasileiros: José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil* (1949) e José van den Besselar, *Introdução aos Estudos Históricos* (1958). Os alemães: J.G. Droysen, *Grundriss der Historik* (1868); E. Bernhein, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (1889); W. Bauer, *Einführung in das Studium der Geschichte* (1921). Textos em língua inglesa: Frederick John Teggart, *Prolegomena to history: the relation of history to literature, philosophy, and science* (1916) e *Theory of History* (1925); G. J. Renier, *History is purpose and method* (1950). Os clássicos franceses: Marc Bloch, *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien* (1949); Henri-Iréné Marrou, *De la connaissance historique* (1954) e *Le monde em devenir* (1959); Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos* (tradução para o português de 1946).

textos estrangeiros focalizados no ensinamento nas técnicas do trabalho historiográfico. Ao listar entre os títulos dois manuais brasileiros, o primeiro efetivamente escrito por um nativo e outro formulado por um estrangeiro enquanto lecionava aqui (José Honório Rodrigues e José van den Basselar), o autor os equipara aos livros europeus e estabelece que este era o modelo de moderna historiografia a ser adotado no Brasil. É interessante observar que o manual de Basselar, assim como *Iniciação aos Estudos Históricos*, foi organizado a partir de artigos previamente publicados na *Revista de História* da USP.

Finalmente, retornaremos a Ciro Flamarion Cardoso. Frequentemente reconhecido por seu trabalho sobre a antiguidade, o historiador também produziu manuais introdutórios que tiveram grande receptividade na formação dos estudantes de História no Rio de Janeiro. O primeiro deles foi *Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social* (1979). A publicação, escrita em conjunto com Héctor Pérez Brignoli²²⁷, tinha a ambição de suprir a ausência de um manual que apresentasse as técnicas atualizadas do trabalho historiográfico aos alunos das faculdades brasileiras.²²⁸

O livro aborda as questões da evolução da ciência histórica, da história quantitativa, econômica, das estruturas, do marxismo, da história demográfica, social e das mentalidades. Suas páginas lembram uma apostila de matemática, repletas de números, gráficos e equações e, segundo Cardoso, esse arranjo serviria para auxiliar o historiador com a análise de registros paróquias, com a econometria, com as fontes coloniais, flutuações econômicas, estatística e com o método comparativo. Os gráficos e as contas tornariam a história mais precisa, portanto, científica. *Métodos da História* extraiu o que era considerado mais moderno da escola francesa e dos marxistas, o método quantitativo.

Ciro Flamarion acreditava que o aprendizado do método possibilitaria que “a visão positivista e anacrônica da história” fosse finalmente ultrapassada.²²⁹ O conteúdo

O tema História da Historiografia foi separado em dois tipos de obras, a primeira com aquelas apartadas das questões filosóficas: James Thompson, *A history of historical writing* (1942); Ed Fueter, *Geschichte der neueren historiographie* (1911). E aquelas que apresentavam a história através de duas diferentes concepções filosóficas: Benedetto Croce, *Teoria e storia della storiografia* (1917); R. G. Collingwood, *The idea of History* (1951); e José van den Basselar, *As interpretações da história através dos séculos* (1958). Também foram sugeridos três guias práticos franceses: Paul Petit, *Guide de l'étudiant en histoire ancienne* (1959); Louis Halphen, *Initiation aux études d'histoire du moyen âge* (1952); Camille Bloch e Pierre Renouvin, *Guide de l'étudiant en histoire moderne et contemporaine*. GLÉNISSON, J.; CAMPOS, P. M.; COSTA, E. V. da. Op. cit., p. 361-365.

²²⁷ Héctor Pérez Brignoli (1945-?) é sociólogo e historiador argentino, especializado em história econômica. Pesquisador de História da América Latina, Brignoli foi professor na Universidade da Costa Rica.

²²⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²²⁹ *Ibidem*, p. 15.

disponibilizado no livro permitiria aos leitores/alunos delinear uma autêntica reflexão teórica, que aqui adquire um sentido bem prático: o conhecimento necessário para manusear os instrumentos fundamentais do ofício e compreender o método e a crítica. Assim, Cardoso combatia não somente o positivismo, mas a corrente de ensino que considerava a metodologia um aparato erudito filosófico, que confundia metodologia com teoria ou filosofia da história:

contra uma história inspirada pela ideologia do ‘progresso’, e cujas hipóteses estavam no campo da filosofia da história, a tendência atual da disciplina é para uma distinção analítica de níveis de estudo, no interior dos quais busca-se delimitar a problemática, o que torna possível sua abertura a técnicas e métodos elaborados por outras ciências.²³⁰

No entanto, Cardoso não acreditava que a historiografia brasileira precisasse ser servil, não deveríamos empregar técnicas e escrever a história baseada em critérios elaborados por regiões “mais adiantadas”, mas aprender a rejeitar falsos problemas, a adaptar ou recusar técnicas, e a estabelecermos uma problemática pertinente a nossa realidade e as nossas fontes. Assim como Honório Rodrigues, temia o perigo de importar acriticamente metodologia e conceitos estrangeiros, o que impossibilitaria a existência de teorias que melhor se adaptassem à realidade latino-americana.²³¹

Percorridos dois anos da publicação de *Métodos da História*, foi lançada pela coleção “Primeiros Voos”, da Editora Brasiliense, *Uma Introdução à História* (1981).²³² Nesse segundo manual, Cardoso defendia a ideia de cientificidade da história, opondo-se àqueles que, como Paul Veyne, duvidariam do caráter científico do campo. O autor argumentava que a história estava passando por um processo de aperfeiçoamento metodológico, que inevitavelmente a promoveria à cientificidade. No entanto, um dos maiores obstáculos para esse crescente apuramento técnico estava na preocupação com a análise dos processos particulares. Ciro Flamarion Cardoso pertencia à corrente historiográfica marxista que já havia abandonado os fatos singulares em favor das estruturas globais, das totalidades complexas, passíveis de regularidades e determinações.

Cardoso também apresenta, em *Uma Introdução à História*, um tópico dedicado às recomendações bibliográficas. A lista, “baseada em critérios pessoais”, deixava de fora livros famosos daquele período, os quais a “utilidade ou representatividade [o autor] não [estava]

²³⁰ Ibidem, p. 44.

²³¹ Ibidem, p. 66.

²³² CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

seguro”. As obras conscientemente excluídas são: *Como se Escreve a História* (1971) de Paul Veyne e a trilogia de Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: Novos Problemas*, *História: Novos Objetos* e *História: Novas Abordagens*. Jacques Le Goff aparece na lista de recomendações na autoria de outros livros, seguido de Fernand Braudel, Carlos Rama, Pierre Villar, e historiadores que tratam do conflito de classes, história econômica e a sociologia das ciências.

Os dois manuais de Cardoso seguiam linhas editoriais um pouco distintas, o primeiro estava preocupado em apresentar aos estudantes as modernas técnicas de pesquisa em História e o segundo em oferecer um conteúdo propedêutico. Contudo, é certo afirmarmos que *Métodos da História e Uma Introdução à História* “não [são] um livro de teoria ou filosofia da história”, caso os alunos quisessem aprender sobre o assunto deveriam procurar outras fontes.²³³ Afinal, para o autor, um dos grandes méritos da inserção da História no grupo das ciências sociais foi a renúncia de seu passado filosófico, literário e positivista.

Outro manual lançado pela Editoria Brasiliense foi *O que é História*, de Vavy Pacheco Borges.²³⁴ A obra fez parte da coleção Primeiros Passos e, assim como outras da série, tinha pretensões menos acadêmicas. O objetivo era levar o público “a refletir sobre as formas de vida e de organização social em todos os tempos e espaços, procurando compreender e explicar suas causas e implicações”.²³⁵ O livro de bolso apresentava temas bem parecidos com os manuais já examinados aqui, embora com linguagem mais acessível. A autora teve o cuidado de assimilar o ponto de vista de diversos textos acadêmicos para oferecer uma discussão facilitada para o leitor. Foram abordados em seus tópicos a evolução da historiografia, o que é o conhecimento histórico, seus objetos de análise e o tempo, o trabalho com os documentos, a periodização e a crítica histórica.

Vavy Borges tem um posicionamento contraditório em relação ao lugar da historiografia brasileira no mundo. Inicialmente, a autora defende um ideal equivalente a Moacyr Campos, em que o Brasil seria um país muito jovem e herdeiro direto da civilização europeia, de onde vieram as nossas “instituições, técnicas, valores [...] a eles deve a América Latina o fato de ‘ter entrado na história’, e toda a nossa formação histórica está ligada, desde o início de nosso

²³³ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez, op. cit., p. 41.

²³⁴ Vavy Pacheco Borges foi professora de História da Idade Média da UNICAMP, pesquisava história política republicana e tinha um grande interesse por ensino e divulgação da história. BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

²³⁵ BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

período colonial, à metrópole portuguesa que nos coloniza”.²³⁶ No entanto, no mesmo texto, Borges questiona a perspectiva teórica que coloca a Europa como modelo de desenvolvimento e alerta sobre os perigos de confundirmos processo histórico com progresso. O historiador brasileiro, segundo ela, deveria produzir uma História dentro de sua própria realidade.

No decorrer do livro, a autora novamente coloca a historiografia brasileira como inferior àquela produzida pelos europeus. Ao mesmo tempo em que defende que superemos o antigo hábito de contarmos unicamente a história do “homem branco”, apenas deveríamos fazê-lo para alcançarmos a mesma cientificidade produzida por nossos velhos colonizadores. Há, nessa lógica, um padrão de qualidade historiográfica a ser seguido, o padrão europeu. Segundo Borges, a História ensinada no Brasil nos anos 1970-1980 era parecida com a já suplantada história política europeia do século XIX, oficial, conservadora e teleológica, ultrapassá-la era o nosso próximo passo a caminho da modernidade:

Nas universidades há toda uma produção que procura rever esses mitos. Certamente não vejo o percurso da produção brasileira como uma mera decorrência, um reflexo das formas de se produzir história europeia; mas esse percurso e o nosso apresentam muita semelhança, em razão de nossos laços culturais e de contatos universitários.²³⁷

Em suas indicações de leitura, Vavy Borges sugere aos leitores obras clássicas da historiografia: Marc Bloch, *Introdução à História*; Edward H. Carr, *O que é História* (1973); Jacques Le Goff, *História e Memória* (1984); Jean Glénisson, *Iniciação aos Estudos Históricos* (1979); Ciro Flamrion e Hector Brignoli, *Os métodos da História* (1979); Trilogia do Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976); Edward Thompson, *A Miséria da Teoria* (1981); François Furet, *A Oficina da História* (1985); e François Dosse, *História em Migalhas* (1992).

Podemos observar duas principais características compartilhadas pelos manuais de introdução aqui analisados, a primeira é a predileção pela metodologia. Historiadores brasileiros alinhados à perspectiva marxista ou da história social francesa, defendiam que a pesquisa, fundamentada nas novas técnicas e desempenhada dentro dos arquivos, era essencial para o desenvolvimento de uma historiografia científica e moderna. O único que propunha uma visão diferente era José Honório Rodrigues. Em maior consonância com os historiadores

²³⁶ Ibidem, p. 71.

²³⁷ BORGES, Vavy Pacheco, op. cit., p. 78.

alemães, Rodrigues acreditava que os alunos também deveriam desenvolver reflexões sobre teoria e filosofia da história.

O trabalho em arquivos era tão importante que os próprios autores dos manuais acreditavam que um tratado de metodologia jamais substituiria a prática de pesquisa.²³⁸ Os guias teriam a função de acelerar o aprendizado, no entanto, sozinhos, seriam sempre insuficientes. A mudança rumo à história científica deveria acontecer primeiro dentro das faculdades, com a modernização das bibliografias, dos debates e investimento em pesquisas acadêmicas. A crítica à estrutura universitária daquele período é o segundo ponto em comum que perpassa todos esses manuais.

As obras introdutórias analisadas neste capítulo foram amplamente utilizadas nos cursos de história durante o século passado, suas edições foram reeditadas e reimpressas diversas vezes e delinearam a fixação das disciplinas introdutórias nas décadas de 1960-1970. O modelo de historiografia propagado por esses livros tinha uma função clara, promover o ensinamento do método da história. Não nos espanta, portanto, que o texto presente na contracapa de *Uma Introdução à História*, de Ciro Flamarion Cardoso, defina bem qual era o ideal em voga no período:

A história 'nova', com o seu caráter de História-problema, com o seu enfoque globalizante ou estrutural, com sua ênfase no coletivo, no social, convém muito mais à elaboração de pesquisas históricas e a um ensino de História que possam representar uma contribuição válida dos historiadores brasileiros ao necessário esforço de superação da situação vigente, do que a velha História narrativa, patriótica, enaltecadora de falsos heróis e criadora de mitos que cumprem exatamente uma função preservadora das estruturas em vigor, através dos mecanismos de hegemonia ideológica.

Assim, não foi a separação entre os cursos de história e geografia, a instauração do currículo mínimo, ou a inauguração dos programas de pós-graduação que desenvolveram a disciplina de Teoria da História. Durante todo o século passado afastada dos manuais e dos currículos, era vista como um apêndice facultativo que poderia ou não ser ensinado nas graduações. Hoje, com a multiplicação de artigos, grupos de trabalho, eventos e fundação de uma associação nacional de pesquisadores especialistas, precisamos nos perguntar quais mudanças do novo milênio possibilitaram a consolidação da pesquisa e do ensino de Teoria da

²³⁸ Ibidem, 365.

História nas universidades brasileiras. A disciplina aparece obrigatoriamente nos programas?
Sobre qual base teórica são fundamentados os cursos?

CAPÍTULO 3: O TERRITÓRIO DOS ESPECIALISTAS

Durante o século XX, não existia no Brasil uma disciplina exclusivamente dedicada ao ensino da teoria. As questões teóricas ficavam restritas à matéria de *Introdução aos Estudos da História*. Essa limitação impossibilitava que os estudantes adquirissem o instrumental necessário para “produzir conhecimento histórico e analisar o conhecimento produzido”.²³⁹ Apenas no final do século alguns pontos de inflexão permitiram a lenta modificação desse cenário, o primeiro que gostaríamos de abordar é o giro linguístico e a “crise” da história.

Cada cultura histórica sofreu diferentes impactos do giro linguístico.²⁴⁰ No Brasil, seus efeitos foram sentidos no fim da ditadura civil-militar na década de 1980 e geraram “uma espécie quase paranoide de demarcação de fronteiras entre o que podia e o que não podia ser aceito como história ou dito sobre ela”.²⁴¹ Os historiadores preocupavam-se em preservar a identidade disciplinar do campo que, diferentemente das outras áreas das ciências humanas, foi construído baseado na autoridade conferida aos documentos em contraposição aos componentes teóricos.²⁴² Os acadêmicos denunciavam os perigos da fragmentação, do relativismo e do irracionalismo trazidos pelo movimento. O pânico instaurado durante a “crise da história” fez com que questionamentos complexos fossem simplificados e antecipadamente deslegitimados.

Segundo Arthur Avila, nos debates desse período, o cânone da disciplina foi utilizado como barreira teórica que dificultara a abertura para novos conhecimentos, considerados anti-históricos.²⁴³ Historiadores brasileiros protegeram-se das “ameaças” através da reafirmação e preservação de seu território. O resultado foi o “retorno à segurança” do cânone, movimento que definiu o currículo nos anos seguintes. O apego à “tradição” impossibilitou que fossem

²³⁹ Introdução. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000. p. 11

²⁴⁰ CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e a indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 440-461, abr. 2015. p. 441.

²⁴¹ AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a História? In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 21.

²⁴² TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 186-205, mai./ago. 2018. p. 195.

²⁴³ AVILA, Arthur Lima de, op. cit., p. 42.

reconhecidas outras possibilidades de escrita da história e representação do passado.²⁴⁴ Entretanto, mesmo com toda a desconfiança e oposição, o giro linguístico funcionou como uma brecha para as mudanças porvir e foi responsável por causar uma mudança no *ethos* do historiador, antes à procura da verdade, dos fatos e das estruturas, agora absorto em uma contínua problematização sobre o próprio campo de conhecimento.²⁴⁵

No final dos anos 1990, alguns historiadores reuniram-se na UFRGS para debaterem a mudança no cenário teórico brasileiro.²⁴⁶ Para os organizadores do evento, as discussões sobre a crise da razão moderna fizeram com que os referenciais teóricos passassem a ser considerados essenciais para a produção do conhecimento histórico.²⁴⁷ Eles foram categóricos ao afirmarem que a historiografia brasileira era facilmente atraída por “modismos que não resistiam a uma crítica epistemológica mais rigorosa”, no entanto, o despontar da mudança podia ser observado na “originalidade” dos novos estudos e pesquisas que se contrapunham às abordagens metodológicas estritas.²⁴⁸

Carlos Fico, autor do capítulo “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990”, publicado na coletânea originada do evento, corrobora com a perspectiva dos organizadores e reconhece que a historiografia brasileira ao final dos anos 1990 distanciava-se do “anti-teoricismo” habitual e do “empirismo rústico” e aproximava-se da problematização conceitual. O período, contudo, não se caracterizou apenas pela valorização, mas também pelo refinamento do debate teórico e metodológico. Como observava Fico, naquele contexto, revistas acadêmicas e programas de pós-graduação passaram a aceitar estudos baseados em análises historiográficas em seus editoriais e linhas de pesquisa, enquanto autores de renome se dedicavam ao tema.²⁴⁹

Ainda segundo Fico, também foi decisivo nesse período o contato dos brasileiros com a produção histórica estrangeira proveniente de outras regiões além da França. O fortalecimento do mercado editorial aumentou o intercâmbio com a produção estadunidense e alemã, o que teria possibilitado respostas mais criativas aos impasses impostos pela “crise” da história. Os

²⁴⁴ AVILA, Arthur Lima de, op. cit., p. 42.

²⁴⁵ CEZAR, Temístocles, op. cit., p.453.

²⁴⁶ Introdução. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000

²⁴⁷ Ibidem, p. 11.

²⁴⁸ Ibidem, p. 11.

²⁴⁹ FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000. p. 27-40.

historiadores passaram a considerar autores que eram referência nos estudos teóricos como Edward Palmer Thompson, Roger Chartier, Michel Foucault, Robert Darnton, Walter Benjamin, Norbert Elias e Paul Ricoeur.

Outro fator importante para essa inflexão foram os estudos historiográficos desenvolvidos por Manoel Luiz Salgado Guimarães.²⁵⁰ O historiador fluminense enxergou na instabilidade da “crise” iniciada nos anos 1970 o ponto chave de (re)aproximação entre a história e teoria.²⁵¹ As novas possibilidades de reflexão trazidas pelo giro linguístico levaram ao fim de uma “idade da inocência” da historiografia e a posicionaram no centro nas interrogações sobre o trabalho do historiador.²⁵² Embora estimasse o pioneirismo de José Honório Rodrigues, Guimarães considerava que, até o advento do giro linguístico, o modelo de trabalho de análise historiográfica estaria mais preocupado em montar um “catálogo de autores e obras” do que desenvolver uma visão crítica sobre o campo.²⁵³

Não podemos, contudo, afirmar que o espaço galgado pela Teoria da História seja indubitável. Em texto publicado em 2018, Joan Scott, Ethan Kleinberg e Gary Wilder escrevem em defesa de uma teoria que ainda estaria “deslocada pelos impérios do empirismo”.²⁵⁴ No manifesto, os historiadores norte-americanos relatam que a história acadêmica não deixou para trás seus fundamentos do século XVIII que a conectam ao “fetichismo” pelo método. Segundo os autores, a formação acadêmica tecnocrática, presente nas universidades, que opõe reflexões teóricas e técnicas de trabalho, serve à história na medida em que essa ainda pretende alcançar o passado “real” e, com isso, tornar-se uma ciência pura. Poderíamos, com o passar dos anos, observar a multiplicação de temas de pesquisa, mas nunca o alargamento de métodos e teorias e, para que as fronteiras sejam devidamente delimitadas, aqueles que buscam novos territórios são punidos e excluídos pelo núcleo duro da disciplina. A própria postura anti-teórica

²⁵⁰ Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010) foi historiador e professor de Teoria da História na UFRJ e na UERJ. Concluiu doutorado na Universidade Livre de Berlim, no ano de 1987, com a tese “A escrita da história no século XIX. Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)”. É autor de inúmeros artigos, entre os quais “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional” (1988). Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manoel_Luiz_Salgado_Guimarães

²⁵¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 5, p. 5-20, mar. 1998. p. 5-7.

²⁵² *Ibidem*, p. 18.

²⁵³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005. p. 33-34.

²⁵⁴ SCOTT, Joan; KLEINBERG, Ethan; WILDER, Gary. Teses sobre Teoria e História. Tradução de Andre de Lemos Freixo e João Ohara. In: *Academia.edu*. Disponível em: <<https://www.academia.edu/36775977/>>. Acesso em: 29 mai. 2021.

contribuiria para a manutenção do *status quo* acadêmico da história e assim a teoria permanece como uma ferramenta pré-fabricada a ser aplicada aos dados coletados.

Para superar o problema, os autores não pretendem impor uma simples “teoria pela teoria”, mas propõem uma história crítica e teorizada que tira o conhecimento teórico do isolamento e o utiliza como uma prática mundana. Nesse sentido, a teoria não seria aplicada à história, como se fosse um movimento de fora para dentro, mas produziríamos uma história “teoricamente orientada”, portanto história e teoria estariam profundamente conectadas, uma dependente da outra. Apenas dessa forma, segundo eles, poderíamos suplantar o essencialismo disciplinar e o fetichismo metodológico. A história crítica teorizada pretende compreender o presente sem, no entanto, descartar outras possibilidades de mundo e de histórias possíveis. A real democratização dos currículos, com a inserção de novos tempos e narrativas só poderia acontecer a partir da “re-imaginação dos usos e aplicabilidades da teoria para a história” para que cursos teóricos e temáticos (como aqueles que tratam sobre gênero) deixem de ser apenas apêndices do modelo historiográfico hegemônico.

Por isso, para nós é crucial identificar qual teoria da história é ensinada nas graduações do Rio de Janeiro. Para tanto mapearemos o conteúdo programático das disciplinas e analisaremos o perfil dos autores incluídos nos programas pelos docentes. Gostaríamos de identificar se ainda aprendemos uma teoria como apêndice do método e presa aos fundamentos de uma disciplina congelada no século XVIII ou uma teoria que admite outros conhecimentos e formas de pensar a história. Esse questionamento, como afirma Arthur Avila, ainda que pareça óbvio, pode “desestabilizar as operações disciplinares de canonização, que tentam ocultar suas origens no chão mundano das disputas políticas inerentes à disciplina (sua historicidade) para se apresentarem como sendo o resultado ‘natural’ do seu desenvolvimento interno”.²⁵⁵ Afinal,

a disciplina é fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteão dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornam operativa e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis.²⁵⁶

Nossas principais fontes nesta etapa serão as ementas oficiais e os programas atuais de Introdução, Teoria da História, Historiografia dos cursos de história de seis universidades

²⁵⁵ AVILA, Arthur Lima de, op. cit., p. 39.

²⁵⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005. p. 32.

fluminenses: UFRRJ, UFF, PUC-RIO, UERJ, UNIRIO e UFRRJ. Enviamos um questionário (Apêndice A) para os docentes dessas instituições com o objetivo de identificar como organizam suas disciplinas.²⁵⁷ Com esse intuito, tentaremos entender a estrutura curricular, os temas e autores apresentados nas bibliografias. Também achamos importante considerar o perfil social do corpo docente e dos autores incluídos nas bibliografias básicas, abrangendo os marcadores de gênero, raça e territorialidade.

Aqui acreditamos ser útil, para evitarmos possíveis confusões, fazermos um breve esclarecimento sobre a diferença entre ementas oficiais e programas de curso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada em 1996, definiu que os estabelecimentos de ensino superior deveriam, tendo como base as normas comuns do sistema de ensino, elaborar e executar suas propostas pedagógicas através do Projeto Político do Curso (PPC). No documento, desenvolvido por um conselho formado por discentes e docentes, devem ser estabelecidos os currículos, as disciplinas, suas ementas e conteúdos programáticos de um curso.

Esclarecido o procedimento para a formulação do PPC e suas incumbências, é importante definirmos que a **ementa** oficial é um texto resumido, informativo e diretivo, no qual estão indicados os tópicos e temas a serem estudados em uma determinada disciplina. Seu conteúdo programático consiste no detalhamento e ordenamento das atividades e conhecimentos necessários para que os objetivos traçados para o curso em geral e para as disciplinas em particular sejam alcançados. As ementas são documentos que compõem os projetos pedagógicos dos cursos, formulados através de um processo institucional e burocrático e, portanto, tendem a sofrer pouca modificação. Assim, as ementas são um documento datado e nos servem mais para entendermos a base estrutural idealizada para determinado curso por professores e pela coordenação do que para identificarmos o que é efetivamente ensinado em sala de aula.

Os **programas**, por sua vez, são organizados pelos docentes responsáveis por ministrar uma disciplina. Embora estejam relacionados, e possivelmente limitados, pela ementa oficial definida no projeto pedagógico do curso, seus objetivos, metodologia, avaliações e bibliografias podem ser alterados. Todos os docentes contatados nesta pesquisa afirmaram ter autonomia

²⁵⁷ Neste capítulo fazemos uso de um segundo questionário aplicado em 2017 aos professores das mesmas instituições fluminenses. Quando referenciarmos esse documento, sinalizaremos no corpo do texto.

para formularem e atualizarem seus programas, adicionando autores e redefinindo temas, objetivos e propostas.

3.1 – A Teoria canônica

No Rio de Janeiro, alguns cursos de história passaram por recentes reformulações de seus PPC, o que interferiu diretamente no modo como as disciplinas teóricas são ofertadas. O caso da UFF/Niterói é bem elucidativo e demonstra a importância da adaptação das ementas às demandas atuais. Em 2016, ocorreu na Universidade Federal Fluminense, o *Seminário do Currículo*, evento promovido pela Coordenação de História com o propósito de reformar o Projeto Pedagógico do curso. Até aquele ano, ainda estava em vigor o programa de 1992, desenvolvido por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas com o objetivo de reafirmar o território da história diante da “crise”. Sua grade era estruturada a partir dos eixos cronológicos convencionais e de três temas: a história econômica-social; a história do poder e das ideias políticas; e a história cultural, das ideologias e das mentalidades.²⁵⁸ Ao final da graduação, o formando deveria saber correlacionar os fragmentos históricos numa síntese global.

As mudanças da historiografia brasileira na passagem do milênio, no entanto, tornaram o modelo obsoleto. A multiplicação das correntes historiográficas, das fontes e das modalidades comunicativas mudou o próprio conhecimento histórico e o antigo projeto, idealizado por Cardoso e Vainfas, foi associado a um saber hegemônico e eurocêntrico. A reformulação do currículo da UFF se justificou no fato das três antigas linhas temáticas que estruturavam o curso serem insuficientes para abarcar a pluralidade dos paradigmas teóricos e historiográficos contemporâneos. O novo projeto também foi uma resposta às novas demandas do corpo discente recém ampliado e diversificado a partir da democratização do acesso à universidade.

A modificação do programa foi um marco importante para a reafirmação da reflexão epistemológica no curso, pois foram adicionados ao currículo matérias direcionadas exclusivamente à Teoria da História (Tabela 13). Segundo Francine Iegelski²⁵⁹, professora

²⁵⁸ PROJETO Político Pedagógico de História da UFF In: *Reforma Curricular 2016-2018*. Disponível em: <<http://graduacaohistoria.sites.uff.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

²⁵⁹ Francine Iegelski é professora adjunta de Teoria da História da UFF, possui mestrado e doutorado na área, ambos na USP. É coordenadora do grupo pesquisa "Epistemologia e História Comparada das Ciências Humanas". É autora do livro "Astronomia das constelações humanas: reflexões sobre Claude Lévi-Strauss e a História". In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6048412383766213>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

efetiva da instituição, a estrutura educacional anterior à reforma era antiquada e não compreendia os debates atualizados da área teórica. A partir de 2018, houve o desmembramento de *Teoria, Metodologias e Historiografia* em duas novas disciplinas, *Teoria da História* e *Historiografia*. Também foi atualizada a ementa de *Introdução aos Estudos Históricos*, para que a matéria se adequasse às demandas do novo milênio.

Quadro 12

Disciplinas de Teoria da História e áreas afins da UFF

CURRÍCULO ANTIGO		CURRÍCULO NOVO	
Período	Disciplina	Período	Disciplina
1º	Introdução aos Estudos Históricos	1º	Introdução aos Estudos Históricos
2º	Teoria, Métodos e Historiografia	2º	Teoria da História
		3º	Historiografia

Fonte: Endereço Eletrônico do Instituto de História UFF²⁶⁰

A ementa reformulada de *Introdução aos Estudos Históricos* equilibra teoria e prática. Enquanto aborda a função do documento, os objetos e as técnicas de pesquisa, também trata da natureza e formação do conhecimento histórico. Os autores presentes na bibliografia básica são: Durval Muniz de Albuquerque Jr., *História: a arte de inventar o passado*; Marc Bloch, *Apologia da História (ou o ofício de historiador)*; Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Novos Domínios da História*; Norbert Elias, *Sobre o tempo*; Moses Finley, *Usos e Abusos da História*; Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas e sinais*; François Hartog, *A evidência da História: o que os historiadores veem e Regimes de historicidade: o presentismo e as experiências do tempo*; Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* e Jacques Le Goff, *Memória e História*.

A nova disciplina de *Teoria da História* é reafirmada como parte constitutiva da prática histórica. Com o objetivo de apresentar às alunas e alunos os fundamentos do conhecimento histórico, o curso recupera as raízes clássicas da historiografia e, a partir daí, os debates sobre as temporalidades, a relação objetividade-subjetividade e os paradigmas da História. Os autores que compõem sua lista bibliográfica são: Philippe Ariès, *O tempo da história*; Fernand Braudel,

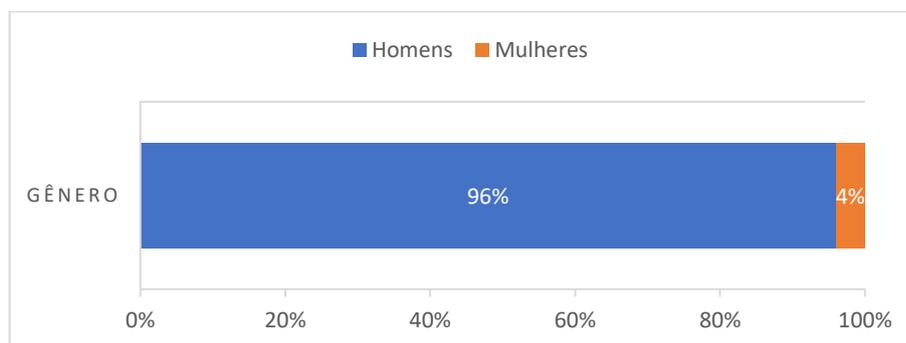
²⁶⁰ EMENTAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFF*. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/iht/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

Escritos sobre a história; Patrick Gardiner, *Teorias da história*; Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*”; François Hartog, *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*; Reinhart Koselleck, *Futuro passado*; Luiz Costa Lima *História. Ficção. Literatura*; Arnaldo Momigliano, *As raízes clássicas da historiografia moderna*; Maria Lúcia Pallares-Burke, *As muitas faces da história: nove entrevistas*; Jörn Rüsen, *Teoria da história. Uma teoria da história como ciência*; Marshall Sahlins, *Ilhas de história* e Marlon Salomon, *História, verdade e tempo*.

No documento recém organizado, *Historiografia* é concebida como área vinculada à *Teoria*. A disciplina é encarregada de promover o entendimento sobre os principais problemas, debates e metodologias da história. Durante o curso, seriam abordados a operação historiográfica, a construção da historiografia disciplinar e as diferentes formas de escrita da história. Esses temas seriam alicerçados nas seguintes obras: Peter Burke, *A escrita da história. Novas perspectivas*; Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da história. Ensaio de teoria e metodologia*; Manuel Maria Carrilho, *Epistemologia: posições e críticas*; Michel de Certeau, *A escrita da história*; Michel Foucault, *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*; Marcos Cezar de Freitas, *Historiografia brasileira em perspectiva*; François Hartog, *Evidência da história: o que os historiadores veem*; Reinhart Koselleck, *Estratos do tempo: estudos sobre a história* e Jörn Rüsen, *Teoria da história. Uma teoria da história como ciência*.

Nos chamou atenção o fato de François Hartog aparecer repetidas vezes na lista bibliográfica da UFF, nenhuma outra universidade pesquisada nesta dissertação concede tanto espaço ao autor, e perguntamo-nos se essa relação se daria por influência da professora Francine Iegelski que foi orientada pelo historiador francês durante o doutorado. Mesmo com o currículo recém formulado, as ementas do curso mantêm uma grande disparidade quanto ao gênero dos autores listados nas bibliografias (gráfico 7). Há, também, a predominância dos autores franceses, seguidos pelos brasileiros, franceses e alemães. A única autora nas referências bibliográficas é a brasileira Maria Lúcia Pallares-Burke.

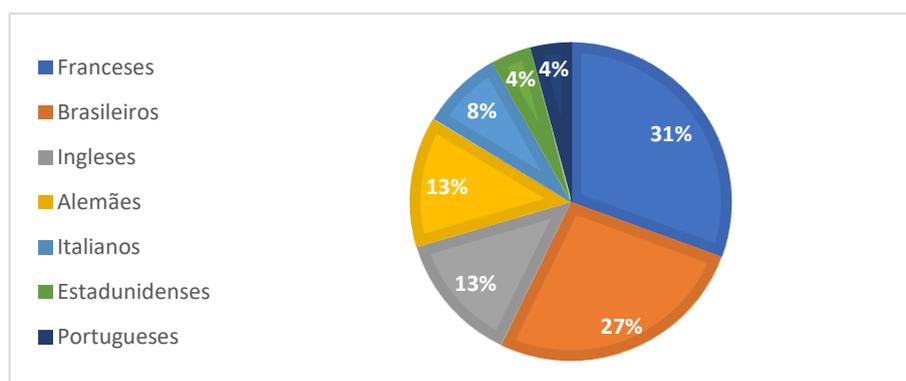
Gênero dos autores nas ementas da UFF



Fonte: Endereço Eletrônico do Instituto de História UFF²⁶¹

Gráfico 8

Nacionalidade dos autores nas ementas da UFF



Fonte: Endereço Eletrônico do Instituto de História UFF²⁶²

Se na UFF a preocupação em adicionar debates teóricos na formação docente ocorreu tardiamente, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi organizada a primeira disciplina de Teoria da História do Rio de Janeiro. Em 1943, Roberto Piragibe da Fonseca²⁶³ inaugurou o curso de *Propedêutica e Metodologia da História*, na PUC-Rio.²⁶⁴ Futuramente, após a reforma que desmembrou história e geografia nas Faculdades de Filosofia, a disciplina foi transformada na cadeira de *Teoria da História*. Segundo Piragibe da Fonseca, o

²⁶¹ EMENTAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFF*. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/iht/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

²⁶² EMENTAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFF*. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/iht/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

²⁶³ Roberto Piragibe da Fonseca (1903-1986) foi professor de *Propedêutica e Metodologia da História* e catedrático de *Teoria da História* na PUC-Rio.

²⁶⁴ FONSECA, Roberto Piragibe da. *Manual da Teoria da História: metafísica e lógica da História*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967. p. 09-12.

empreendimento da instituição católica foi o “pioneir[o] incontestável” no ensino dos problemas filosóficos e metodológicos no Brasil. A partir de suas aulas, obrigatórias aos alunos do terceiro ano de graduação, o professor escreveu o *Manual da Teoria da História: metafísica e lógica da História*.²⁶⁵

Da experiência de Piragibe da Fonseca até os anos 2000, foram diversos os currículos instaurados na universidade. Recentemente, o PPC da PUC-Rio passou por mais uma reformulação. Tendo um período de atualização e implementação mais longo que o da UFF (2013-2017), o novo programa foi idealizado em função das exigências estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, dos novos desafios impostos aos alunos e da expressiva renovação do quadro de professores dos anos anteriores. A proposta foi resultado de um longo processo de discussões internas, em um momento de autocrítica e de “reafirmção dos princípios da pluralidade de ideias, da publicidade dos interesses e do respeito às diferenças”.²⁶⁶ Um dos principais pontos do Projeto Pedagógico é o incentivo à reflexividade e autonomia intelectual das alunas e alunos.

A PUC-Rio possui três disciplinas voltadas à reflexão teórica, são elas Introdução à História, Teoria da História I e Teoria da História II (Tabela 14).

Quadro 13

Disciplinas de Teoria da História e áreas afins da PUC-Rio

Período	Disciplina
1º	Introdução à História
2º	Teoria da História I
3º	Teoria da História II

Fonte: Endereço Eletrônico do Departamento de História PUC-Rio²⁶⁷

²⁶⁵ O manual de Roberto Piragibe da Fonseca é importante para o contexto estudado nesta dissertação, no entanto, não tivemos acesso ao livro em tempo de incluí-lo no trabalho. Para suprir essa lacuna, recomendamos o artigo de Itamar Freitas. FREITAS, Itamar. Objetividade Histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Piragibe da Fonseca (1903-1986). *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 273-295, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/63979/36016>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

²⁶⁶ PROJETO Pedagógico do Curso – PPC. In: *Departamento de História da Puc-Rio*. Disponível em: <<http://www.his.puc-rio.br/graduacao/sobre-o-curso/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

²⁶⁷ SOBRE o curso. In: *Departamento de História da PUC-Rio*. Disponível em: <<http://www.his.puc-rio.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

A disciplina de *Introdução à História*, segundo a ementa, deve oferecer às alunas e alunos uma introdução crítica às diversas abordagens metodológicas, temáticas e conceituais da História. Também devem ser abordados os objetos, a escrita e os problemas da história, a atividade do historiador e seus campos de estudos. A bibliografia contém os seguintes autores e obras: Roger Chartier, *A história ou a leitura do tempo*; Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos conceitos históricos*; François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiência no tempo*; Giulio Carlo Argan, *História da arte como história da cidade*; Robert Darnton, *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*; W. G. Sebald, *Guerra Aérea e Literatura*.

Teoria da História I faz um apanhado cronológico da emergência do moderno conceito de História, da herança das filosofias clássicas até a razão iluminista. Os autores e textos básicos são: Ernst Cassirer, *Filosofia do Iluminismo*; Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos conceitos históricos*; Arnaldo Momigliano, *Raízes clássicas da historiografia moderna*. Em sequência, *Teoria da História II* se ocuparia das correntes historiográficas do século XIX, as permanências e transformações das filosofias da história até a formação do historicismo e do método crítico. A lista de autores e obras é composta por Jacob Burckhardt, *Reflexões sobre a história*; Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã* e Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*.

A breve lista bibliográfica da PUC-Rio é formada exclusivamente por autores do sexo masculino e europeus (a exceção é Robert Darnton, autor, porém estadunidense). Henrique Estrada²⁶⁸, professor de Teoria da História da instituição, afirmou em questionário aplicado no ano de 2017, que os autores das ementas ali estão por exigência do MEC. Mesmo que o órgão estabeleça parâmetros para a organização e funcionamento dos cursos superiores que têm impacto na formulação das ementas, acreditamos que os conteúdos programáticos podem ser questionados e atualizados. Ainda segundo Estrada, a característica do ementário da PUC-Rio estaria na ênfase da historicidade das disciplinas. A análise dos fundamentos disciplinares e a própria historicidade da Teoria da História seriam essenciais às alunas e alunos da graduação, pois o corpo discente deveria aprender a desconfiar dos cânones bibliográficos, que segundo

²⁶⁸ Henrique Estrada Rodrigues é professor de Teoria da História da PUC-Rio. Possui mestrado e doutorado em Filosofia pela USP. Tem trabalhado nas áreas de História e de Literatura, com ênfase em Teorias da História, Historiografia Brasileira e História e Poesia. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0735137446842082>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ele, seriam estratégias para afirmações disciplinares e para a “legitimação da autoridade de professores universitários”.

Em 2010, o curso de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro passou por uma grande reestruturação. Anteriormente integrado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS), o departamento foi transportado em uma nova e independente unidade acadêmica, o Instituto de História (IH) da UFRJ. Em folder distribuído naquele período, com o intuito de explicar e justificar tamanha modificação, foi estabelecido que uma das metas para o novo IH, junto ao aumento de oferta de vagas e da criação de novas frentes de estudos, era a “redução das disciplinas teóricas obrigatórias no bacharelado”.²⁶⁹ Não é de se espantar que o Projeto Pedagógico da UFRJ permaneceu com uma clara ênfase ao método.

O currículo da instituição inicialmente parece ter uma estrutura diversa para o bacharelado e para a licenciatura, no entanto essa diferença só diz respeito à nomenclatura, pois seu conteúdo é basicamente igual e apresenta um direcionamento claro ao ensino das técnicas da história (Tabela 12). As disciplinas de *Metodologia da História I e II*, que aparecem na grade de bacharelado, equivalem à matéria de *Introdução aos Estudos Históricos*, da licenciatura. Também são equivalentes à disciplina de *Teoria e Investigação Histórica e Metodologia de Pesquisa em História*. A única variante do currículo é *Teoria da História* que aparece apenas na grade do curso de licenciatura no sexto período.

Quadro 14

Disciplinas de Teoria da História e áreas afins da UFRJ

BACHARELADO		LICENCIATURA	
Período	Disciplina	Período	Disciplina
1º	Metodologia da História I	1º	Introdução aos Estudos Históricos
ND	Metodologia da História II	ND	Metodologias de Pesquisa em História
6º	Teoria e Investigação Histórica	6º	Teoria da História

Fonte: Endereço Eletrônico do Instituto de História UFRJ²⁷⁰

²⁶⁹ PLANO de desenvolvimento institucional – PDI (2017-2021). In: *Instituto de História UFRJ*. Disponível em: <https://xn--histrhia-o0a.ufrj.br/images/documentos/01_Plano_de_Desenvolvimento_Institucional-31-08-17.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021. p. 14.

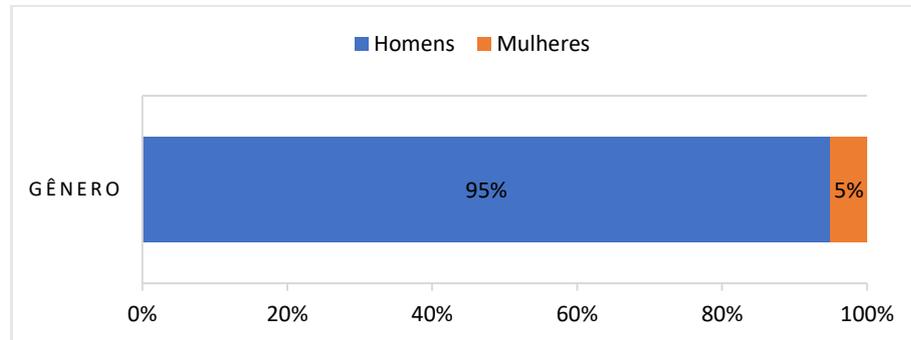
²⁷⁰ EMENTAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFRJ*. Disponível em: <<https://xn--histrhia-o0a.ufrj.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

A base da ementa de *Metodologia da História I* da UFRJ evidencia o conhecimento histórico científico através dos tópicos tempo, espaço, memória, fato e escrita da história; e introduz os alunos às técnicas de pesquisa e às matrizes da historiografia contemporânea. Como sugestão de bibliografia, aparecem Marc Bloch, *Introdução à História*; Jean Boutier e Dominique Julia, *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*; François Furet, *A Oficina da História*; Keith Jenkins, *A História repensada* e Sandra Jatahy Pesavento, *Fronteiras do Milênio*.

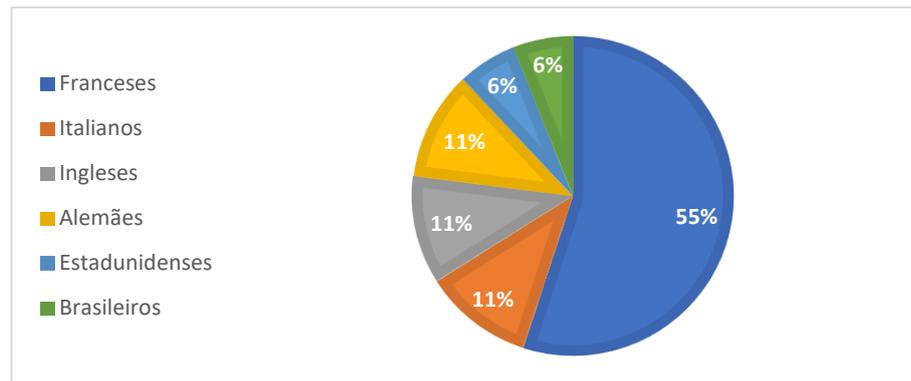
O conteúdo de *Metodologia I* e *Introdução aos Estudos Históricos* é bastante semelhante. Na ementa de *Introdução* aparecem como tema os conceitos da história, sua formação e apresentação das matrizes da historiografia dos séculos XIX e XX. À disciplina são acrescentados, além dos títulos de *Metodologia I*, os textos: Reinhart Koselleck, *Futuro Passado*; Jacques Le Goff, *História e Memória*; Antoine Prost, *Doze lições sobre a História* e Jacques Revel, *A invenção da sociedade*.

Teoria e Investigação Histórica e Metodologias de Pesquisa em História abordam as técnicas de elaboração do projeto de pesquisa e construção do discurso histórico. A lista de leituras apresenta aos alunos são: Peter Burke, *A Escola dos Annales*; Michel de Certeau, *A escrita da história*; Roger Chartier, *A história cultural*; Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais* e Jacques Revel, *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. No currículo da UFRJ, a disciplina efetivamente dedicada à epistemologia é *Teoria da História* (ofertada apenas às alunas e alunos de licenciatura), que aborda a construção do objeto histórico, da narrativa, da historicidade e do tempo, seu conteúdo programático é formado pelas obras: Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*; Fernand Braudel, *Escritos sobre a história*; Jürgen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*; Arnaldo Momigliano, *Ensayos de presenteísmo: a antiga y moderna* e, mais uma vez, Jacques Revel, *A invenção da sociedade*.

A partir desses dados, identificamos o perfil dos autores presentes nas ementas do curso de História da UFRJ: 95% dos autores são homens; 55% deles são franceses, seguidos de 11% de italianos, ingleses e alemães. No fim da lista, estão os estadunidenses e os brasileiros, cada um com 6% (Gráficos 5 e 6). A única autora presente na lista é a brasileira Sandra Jatahy Pesavento.

Gráfico 5**Gênero dos autores nas ementas da UFRJ**

Fonte: Endereço Eletrônico do Instituto de História UFRJ²⁷¹

Gráfico 6**Nacionalidade dos autores nas ementas da UFRJ**

Fonte: Endereço Eletrônico do Instituto de História UFRJ²⁷²

Na contramão dos outros cursos de história aqui pesquisados, a graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro oferece, ao todo, seis matérias obrigatórias dedicadas à teoria, historiografia e metodologia (Tabela 15). A UERJ/Maracanã, de longe, é a instituição fluminense com o maior número de disciplinas teóricas. A quantidade e distribuição das disciplinas na grade do curso poderia agradar a maioria dos professores e professoras da área.

²⁷¹ EMENTAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFRJ*. Disponível em: <<https://xn--histria-00a.ufrj.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

²⁷² EMENTAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFRJ*. Disponível em: <<https://xn--histria-00a.ufrj.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

Quadro 15

Disciplinas de Teoria da História e áreas afins da UERJ

Período	Disciplina
1º	Introdução aos Estudos Históricos I
2º	Introdução aos Estudos Históricos II
4º	Teoria da História
5º	Historiografia I
6º	Historiografia II
7º	Pesquisa Histórica

Fonte: Endereço Eletrônico do Departamento de Orientação Pedagógica UERJ²⁷³

O ementário do curso é curto e apresenta uma pequena lista bibliográfica. A particularidade da grade da UERJ é a existência de duas matérias introdutórias e duas voltadas para a historiografia. Seguindo a mesma linha já observada para as disciplinas propedêuticas, *Introdução aos Estudos Históricos I* apresenta os conceitos básicos da história, como historicismo, ideologia, presentismo, historicidade, temporalidade. O conhecimento histórico é abordado a partir da formação do historiador profissional no século XIX e de suas questões teórico-metodológicas primordiais: fato e documento, sincronia e diacronia, objetividade e subjetividade, conjuntura e estrutura. A lista de autores e obras para o assunto contém: Marc Bloch, *Apologia da História ou o ofício do historiador*; Fernand Braudel, *Escritos sobre a História*; Edward Carr, *Que é história?*; Keith Jenkins, *A história repensada*; Adam Schaff, *História e verdade*.

Introdução aos Estudos Históricos II segue a cronologia iniciada por *Introdução I*, assim, se antes foi apresentado o desenvolvimento da história científica, aqui são abordadas as primeiras gerações do movimento dos Annales, dando especial atenção para Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. A partir desses autores, são abordados: a longa duração, a história das mentalidades e a crítica da Nouvelle Histoire. Por conta desse viés, a bibliografia da disciplina integra apenas obras da historiografia dos Annales ou daquelas que discutem o tema: José D'Assunção Barros, *O Campo da História*; Peter Burke, *A Escola dos Annales: A*

²⁷³ EMENTÁRIO de História da UERJ. In: *Departamento de Orientação Pedagógica UERJ*. Disponível em: <http://www.ementario.uerj.br/cursos/historia_licenciatura.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

Revolução Francesa da Historiografia; François Dosse, *A história em migalhas: dos Annales à nova História*; Lucien Febvre, *Combates pela história* e Jacques Le Goff, *A nova história*.

Em *Teoria da História*, são apresentadas as especificidades da história em relação às outras ciências sociais, a historiografia iluminista e do romantismo, o marxismo e as relações entre história e ciências naturais e história e ciências sociais. A lista de textos engloba: Richard J. Evans, *Em defesa da história*; Patrick Gardiner, *Teorias da História*; José Carlos Reis *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*; Jörn Rüsen, *Razão histórica* e Daniel de Sousa, *Teoria da história e conhecimento histórico*. Segundo Géssica Góes Guimarães Gaio²⁷⁴, professora de Teoria da História da UERJ, há um acordo entre os docentes para que a disciplina de *Teoria* não avance sobre questões do século XX, que são priorizadas em *Historiografia I*.

Essa delimitação se dá, pois em *Historiografia I* são analisados as posições teóricas, métodos e esquemas explicativos de diferentes escolas: o estruturalismo, a escola dos Annales e a Nouvelle Histoire, o marxismo, o retorno da narrativa e a renovação do campo da história política, cultural. Também são abordados o conceito de historiografia e sua constituição como disciplina. A bibliografia é formada por: Guy Bourdè e Hervé Martin, *As escolas históricas*; Peter Burke, *A escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da historiografia*; Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da história*; Michel de Certeau, *A escrita da história*; Jean Chesneaux, *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre história e historiadores*; François Dosse, *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*; Marc Ferro, *A história vigiada* e Philippe Tétart, *Pequena história dos historiadores*.

Em *Historiografia II*, são priorizados os historiadores brasileiros, é a única disciplina voltada unicamente ao tema entre as graduações pesquisadas. O modelo do curso cataloga diferentes intelectuais para representar as fases da escrita histórica brasileira, começando por Francisco Adolfo de Varnhagen, símbolo do IHGB, e pela historiografia moderna de Capistrano de Abreu. Cronologicamente, o “divisor de águas” que jogou o Instituto na obsolescência aparece na produção de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. Nelson

²⁷⁴ Géssica Góes Guimarães Gaio possui mestrado e doutorado pela PUC-Rio nas áreas de Teoria da História, História da Historiografia e História Intelectual. Atualmente desenvolve a pesquisa "Modernização e experiência de tempo no Brasil de JK". Pesquisadora do NUBHES (Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades), onde desenvolve a pesquisa "Teoria de gênero e ideologia de gênero: por uma prática educativa democrática". Géssica Gaio tem desenvolvido estudos sobre as epistemologias feministas e os debates de gênero na sociedade brasileira contemporânea. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1763431207940049>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

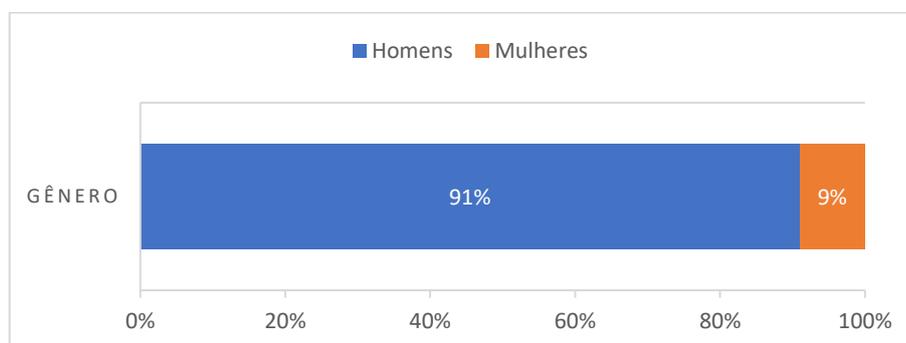
Werneck Sodré com o nome da História Nova do Brasil. E, finalmente, o curso é finalizado com a historiografia universitária. Os textos são: J. Jobson Arruda e J. Manuel Tengarrinha, *Historiografia luso-brasileira contemporânea*; Maria Helena Rolim Capelato, *Produção Histórica no Brasil*; Francisco Falcon, *A identidade do historiador*; Marcos Cezar de Freitas, *Historiografia brasileira em perspectiva*; Lucia Maria P. Guimarães, *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*; Manoel Luíz Salgado Guimarães, *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*; José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*; José Honório Rodrigues, *História e historiadores do Brasil e Teoria da história do Brasil (Introdução metodológica)*.

Por último, *Pesquisa Histórica* orienta alunas e alunos nas etapas de elaboração do projeto de pesquisa e da monografia: escolha do tema, levantamento de fontes e tratamento teórico-metodológico, leitura e organização da bibliografia, proposição de objetivos e hipóteses. Também são analisados os problemas teóricos na produção do conhecimento histórico. A bibliografia de *Pesquisa Histórica* contém: Marc Bloch, *Apologia da História ou o ofício do historiador*; Jean Boutier e Dominique Julia, *Passados recompostos: campos e canteiros da História*; Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da história*; Michel de Certeau, *A escrita da história*; Umberto Eco, *Como se faz uma tese*; Claudio Cezar Henriques e Darcília Marindir P. Simões, *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*.

Nas ementas da UERJ, os autores brasileiros aparecem em igual número aos franceses, no entanto, isso não se deve à descentralização teórica do curso, mas à bibliografia de *Historiografia II* que, como dito, é composta apenas de intelectuais do Brasil (Gráficos 9 e 10).²⁷⁵ Outra disparidade que se impõe neste curso, como em todos os outros, é a ausência de historiadoras. Na UERJ, apenas duas autoras são listadas nas ementas: Maria Helena Rolim Capelato e Lucia Maria P. Guimarães. Para Gêssica Gaio, professora de Teoria e Filosofia da História da instituição, a crítica ao conhecimento eurocêntrico e androcêntrico deveria ser parte imprescindível das aulas de Teoria e Historiografia, junto a outros assuntos mais convencionais, como temporalidade, memória e narrativa.

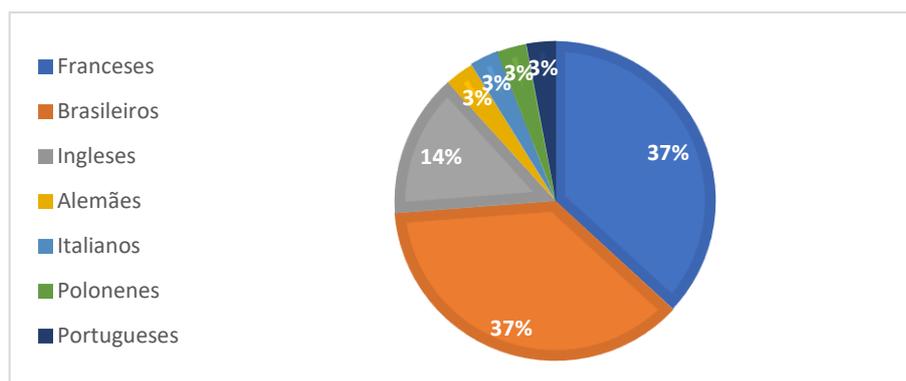
²⁷⁵ A questão do eurocentrismo no currículo de História da UERJ já foi assunto de outra dissertação. Ver: PIMENTEL, Fernando Guimarães. *Política curricular no curso de História da UERJ/Maracanã: processos de mudança e embates na comunidade universitária*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 154 p., 2016.

Gráfico 9
Gênero dos autores nas ementas da UERJ



Fonte: Endereço Eletrônico do Departamento de Orientação Pedagógica UERJ²⁷⁶

Gráfico 10
Nacionalidade dos autores nas ementas da UERJ



Fonte: Endereço Eletrônico do Departamento de Orientação Pedagógica UERJ²⁷⁷

Em 2009, nove anos após a sua inauguração, o curso de história da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro modificou pela primeira vez seu PPC. No entanto, as alterações do documento em nada mudaram as disciplinas teóricas da instituição, permanecendo o conteúdo formulado na inauguração do curso. Presente em uma de suas cinco linhas curriculares, Teoria e Metodologia, genericamente abrangeria o conteúdo básico para a formação do profissional de história, definido no documento como a epistemologia e as técnicas de trabalho da área.

²⁷⁶ EMENTÁRIO de História da UERJ. In: *Departamento de Orientação Pedagógica UERJ*. Disponível em: <http://www.ementario.uerj.br/cursos/historia_licenciatura.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

²⁷⁷ EMENTÁRIO de História da UERJ. In: *Departamento de Orientação Pedagógica UERJ*. Disponível em: <http://www.ementario.uerj.br/cursos/historia_licenciatura.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

A graduação da UNIRIO conta com duas disciplinas teóricas e uma metodológica em seu currículo (Tabela 16).

Quadro 16
Disciplinas de Teoria da História e áreas afins da UNIRIO

Período	Disciplina
1º	Teoria da História
3º	Historiografia Contemporânea
4º	Metodologia da História

Fonte: Endereço da Escola de História UNIRIO²⁷⁸

No ementário, *Teoria da História* trata da cientificidade e dos fundamentos, noções e conceitos básicos da teoria e da prática historiográfica. *Historiografia Contemporânea* aborda as gerações da Escola dos Annales, os paradigmas epistemológicos do final do século XX e as tradições historiográficas da contemporaneidade. Por último, *Metodologia da História* informa sobre as principais fases do trabalho histórico: a crítica e a síntese, as noções da metodologia científica e os novos objetos da história.

No questionário aplicado em 2017, Rodrigo Turin²⁷⁹ e Pedro Caldas²⁸⁰, professores da UNIRIO, lamentaram a insuficiência de disciplinas voltadas ao debate teórico. A valorização do campo no país, observada por eles, deveria ser traduzida em uma reforma curricular na instituição. Quatro anos depois, a grade do curso permanece a mesma, assim Teoria e Historiografia ocupam uma “posição secundária” na formação do corpo discente.

Os ajustes mais recentes ao PPC do curso de licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica, datam de 2013, no entanto, as modificações estabelecidas no documento não representaram adições ou modificações nas disciplinas teóricas e metodológicas do curso. A grade curricular da UFRRJ/Seropédica conta

²⁷⁸ GRADUAÇÃO em História UNIRIO. In: *Escola de História UNIRIO*. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/graduacao>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

²⁷⁹ Rodrigo Turin possui mestrado na área de Teoria e História da Historiografia pela UFRGS e doutorado pela UFRJ. Atualmente pesquisa a influência da aceleração temporal no ensino universitário e escolar das Humanidades. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5721938287561420>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

²⁸⁰ Pedro Spínola Pereira Caldas é mestre e doutor pela PUC-Rio nas áreas de Teoria e Filosofia da História. Atualmente pesquisa a concepção de história e de escrita da história a partir de textos dos sobreviventes do Holocausto. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9438485840508275>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

com duas disciplinas teóricas e, diferentemente das outras universidades pesquisadas, teoria é ministrada junto à metodologia (Tabela 17). Para os professores da instituição, no entanto, elas não são suficientes e acabam limitando a reflexão epistemológica ao primeiro ano do curso, quando alunas e alunos ainda não iniciaram suas pesquisas.

Quadro 17

Disciplinas de Teoria da História e áreas afins da UFRRJ

Período	Disciplina
1º	Teoria e Metodologia da História I
2º	Teoria e Metodologia da História II

Fonte: Endereço da Coordenação de História da UFRRJ²⁸¹

A ementa de *Teoria e Metodologia da História I* está atrelada às historiografias do século XX. O conteúdo programático indicado relaciona-se à Escola dos Annales, ao Marxismo e às temáticas que envolvem essas duas escolas histórias: economia, sociedade, demografia, cultura e mentalidades (Nova História). A bibliografia básica é bastante convencional: Marc Bloch, *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*; Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da História*; Michel de Certeau, *A escrita da História*; Jacques Le Goff, *Memória e História*; Fernand Braudel, *Escritos sobre a história*; Peter Burke, *A escrita da História e Escola dos Annales*; Ciro Flamarion Cardoso e Hector Brignoli, *Os métodos da história*; Josep Fontana, *História*; Margareth de Almeida Gonçalves, *Engajamento social e estudos da cultura*; Lynn Hunt, *A Nova História Cultural*; Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política e A ideologia alemã*; Antoine Prost, *Doze lições sobre a história*.

Teoria e Metodologia da História II apresenta um conteúdo extenso e esquemático que abrange a historiografia da Antiguidade até o século XX. O curso é iniciado com a história *magistra vitae* e a história poética, que teriam vigorado até o século XVIII. No período seguinte, há a história positivista, marcada pela descrição dos fatos, pela pretensão científica e pela narrativa, biografias e política; nesse momento também é apresentado o historicismo e o início da história como interpretação dos fatos. Ao final do XIX, desponta o materialismo histórico e a análise teoricamente elaborada pelas relações e mudanças sociais. O século XX é marcado

²⁸¹ CURSO de História. In: *Coordenação de História da UFRRJ*. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/grad/historia/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

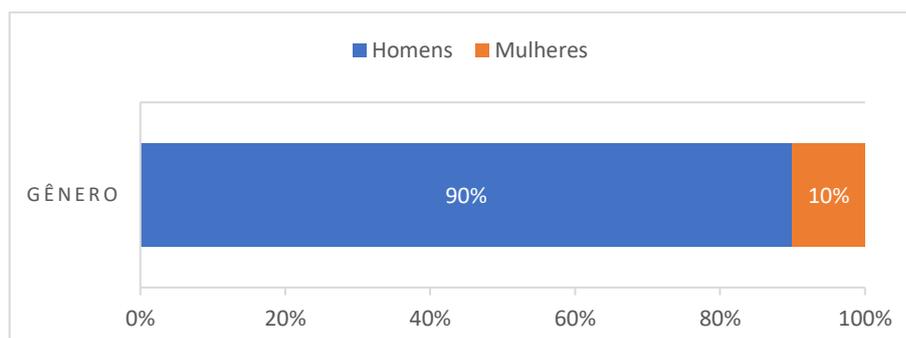
pela “revolução” dos Annales e sua história problema. A primeira parte do curso é finalizada com a última geração dos franceses e a renovação da disciplina representada pelos novos diálogos estabelecidos com a antropologia, linguística e psicanálise, além da história das mentalidades e da volta da narrativa, da biografia e da política.

A segunda parte do curso abarca o questionamento da cientificidade histórica, fase representada pelos historiadores Paul Ricoeur, Lawrence Stone e Hayden White. Também aparece nessa parte da disciplina o questionamento da narrativa, evidenciado pela nova história cultural e pela micro-história. Ao final, são citados a operação historiográfica de Michel de Certeau, o problema das generalizações e a história do tempo presente. Para abordar essa extensa gama de assuntos, foram escolhidos para compor a bibliografia: Lynn Hunt, *A nova história cultural*; Reinhart Koselleck, *Futuro Passado*; Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas e sinais*. A bibliografia complementar tem os nomes: Roger Chartier, *A beira da falésia*; Carlos Ginzburg, *Relações de Força e O queijo e os vermes*; Jacques Le Goff, *A História Nova*; René Remond, *Por uma história política*; Jörn Rüsen, *História Viva*; Paul Veyne, *Como se escreve história* e Hayden White, *Meta-história*.

Seguindo o padrão observado nas outras instituições, no ementário das disciplinas teóricas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, há uma grande disparidade de gênero (Gráfico 11). Há apenas duas historiadoras na bibliografia das ementas e uma delas, Margareth de Almeida Gonçalves, é professora da instituição e foi uma das fundadoras do curso (a segunda autora presente no documento é Lynn Hunt). Outra semelhança entre a UFRRJ e as demais faculdades fluminenses é a predominância da historiografia francesa (Gráfico 12). Aqui eles são 40%, seguidos por brasileiros e alemães, ambos com 15% do total de autores presentes na ementa.

Gráfico 11

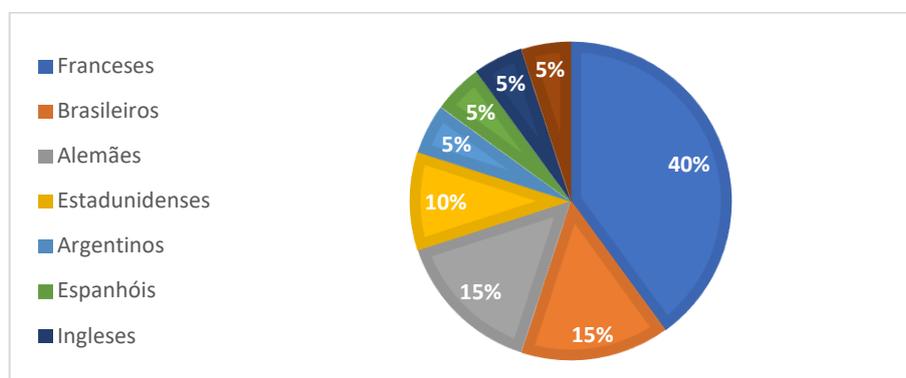
Gênero dos autores nas ementas da UFRRJ



Fonte: Endereço da Coordenação de História da UFRRJ

Gráfico 12

Nacionalidade dos autores nas ementas da UFRRJ



Fonte: Endereço da Coordenação de História da UFRRJ²⁸²

É importante reforçarmos que as ementas que compõem os PPCs são documentos datados, usá-las nesta pesquisa foi um exercício para entendermos o ordenamento dos Projetos Pedagógicos de cada curso em dado contexto, ou seja, qual o espaço concedido para os debates epistemológicos e qual conhecimento teórico foi considerado indispensável na formulação desses currículos. A partir daí pudemos observar alguns padrões na organização dos programas de Teoria. Usualmente iniciados pelos “pais fundadores”, os conteúdos programáticos seguem uma narrativa teleológica que acompanha o desenvolvimento da história científica, na qual são abordados o positivismo e o historicismo, a “revolução” do movimento dos Annales, a historiografia marxista e, finalmente, a crise da razão histórica. Os tópicos, para além dessa história da historiografia “mundial”, giram em torno dos debates sobre o tempo e espaço, memória, fato/documento e objetividade histórica.

Além da semelhança entre os temas abordados, os cursos também compartilham de bibliografias básicas compostas por autores cujo perfil concentra os mesmos marcadores de gênero, raça e origem. Nas ementas das universidades do Rio de Janeiro, 72% dos autores são europeus ou estadunidenses e 90% deles são homens, apenas sete historiadoras foram referenciadas. Mesmo sendo documentos que não espelham fielmente o dia a dia das aulas, os índices encontrados nas ementas são alarmantes.

O artigo “Os sons do silêncio” de Maria da Glória de Oliveira discorre sobre esse processo de silenciamento da produção intelectual feminina pelo cânone e memória disciplinar

²⁸² CURSO de História. In: *Coordenação de História da UFRRJ*. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/grad/historia/>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

da história.²⁸³ Acreditamos, no entanto, que mais que a produção feminina, o cânone presente nas ementas pesquisadas neste capítulo produz múltiplos silêncios, que abrangem os marcadores de gênero, raça e territorialidade. A consolidação do campo teórico nos últimos anos não representou uma mudança significativa nesse padrão. Maria da Glória é, mais uma vez, precisa ao definir cânone como “uma grande narrativa sobre o campo disciplinar que consiste na seleção de eventos, personagens, ideias, valores, autores e obras e que funciona como relato identitário e fundacional”,²⁸⁴ sua construção não é um processo natural ou imparcial e está diretamente ligada ao estabelecimento da identidade e dos territórios de uma disciplina. Nas ementas, portanto, a Teoria da História é delimitada como uma disciplina eurocêntrica e androcêntrica.

3.2 – As teorias em movimento

Nesta parte da pesquisa, nos dedicaremos efetivamente aos programas organizados por professoras e professores de Teoria e História da Historiografia. O nosso objetivo, assim como na análise das ementas oficiais, será mapear os autores, temas e conteúdos escolhidos para compor as aulas das disciplinas em questão. O material utilizado aqui foi disponibilizado pelos docentes, que também responderam a algumas perguntas (Apêndice A) que nos ajudaram a guiar a pesquisa. Utilizamos dois questionários, o primeiro enviado em 2017 e o segundo em 2020. Ao todo, foram contatados onze docentes: Eduardo Cardoso (PUC-Rio), Fábio Henrique Lopes (UFRRJ), Francine Iegelski (UFF-Niterói), Gêssica Guimarães (UERJ/Maracanã), Henrique Estrada (PUC-Rio), Isadora Maleval (UFF/Campos), João Ohara (UFRJ), Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ), Pedro Caldas (UNIRIO), Rebeca Teixeira Gontijo (UFRRJ) e Rodrigo Turin (UNIRIO). Reforçamos, todos os docentes afirmaram ter autonomia para formularem e atualizarem seus programas.

²⁸³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 22, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. p. 108.

²⁸⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 22, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. p. 108.

Isadora Tavares Maleval²⁸⁵, professora da UFF de Campos dos Goytacazes, respondeu ao nosso questionário e nos expôs uma realidade distinta daquela do curso do campus de Niterói. Na cidade do norte fluminense, o currículo não foi modificado, permanecem apenas *Introdução aos Estudos Históricos* e *Teoria, Métodos e Historiografia* como disciplinas obrigatórias na grade. Essa ausência dos debates teóricos é a maior insatisfação de Maleval sobre o curso. Infelizmente, devido à diferença entre o currículo da UFF/Campos e da UFF/Niterói, não pudemos usar os arquivos disponibilizados pela professora nesta análise, em substituição utilizaremos os programas referentes ao primeiro semestre de 2020 de outros três docentes disponíveis no site da Universidade Federal Fluminense.²⁸⁶

Lembramos que o currículo teórico da UFF/Niterói é composto pelas matérias: *Introdução aos Estudos Históricos*, *Teoria da História e Historiografia*. O programa de *Introdução aos Estudos Históricos*, organizado por Giselle Venancio²⁸⁷ parte da obra de Marc Bloch, *Apologia da História ou o ofício do Historiador*, para apresentar a natureza do conhecimento histórico. A disciplina aborda o documento, o testemunho, a diversidade de fontes e a análise documental. Além de Bloch, foram escolhidos por Venancio os seguintes autores e obras para compor suas aulas: Arlette Farge, *O sabor do arquivo*; Jo Guldi e David Armitage, *Manifesto pela História*; Bruno Latour, *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*; Antoine Prost, *Doze lições sobre a História*; Marlon Salomon, *Saber dos arquivos*.

A *Teoria da História*, ministrada por Gizlene Neder,²⁸⁸ segue de perto a linha proposta pela ementa oficial do curso. São temas da disciplina: as raízes clássicas da historiografia, os limites do conhecimento histórico, os paradigmas teóricos e os debates historiográficos atuais. O curso é dividido em duas unidades, a primeira aborda o iluminismo e a formação do campo e a segunda trata do cientificismo, do historicismo e do relativismo. A bibliografia escolhida

²⁸⁵ Isadora Tavares Maleval é professora de Teoria da História na UFF de Campos. Possui mestrado em História do Brasil República e doutorado na área de historiografia, ambos pela UERJ. Lidera o Laboratório de História Regional e Patrimônio (LAHIRP), em que desenvolve pesquisa sobre identidade regional, patrimônio e memória de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5004479701596418>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

²⁸⁶ PROGRAMAS das disciplinas de graduação. In: *Instituto de História da UFF*. Disponível em: <<http://graduacaohistoria.sites.uff.br/programa-de-disciplinas-2020-1/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

²⁸⁷ Giselle Venancio fez mestrado na UFF na área de História do Brasil e doutorado na UFRJ em historiografia. Atualmente pesquisa as circulações intelectuais entre as Américas e Europa, em particular os intercâmbios entre Brasil e França, no contexto da Guerra Fria e a traduções de autores brasileiros na Europa e Estados Unidos no século passado. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4284493226597009>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

²⁸⁸ Gizlene Neder tem mestrado em Ciência Política pela IUPERJ e doutorado em História pela USP na área de criminalidade e mercado de trabalho. Atualmente pesquisa direito e criminalização no século XX. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7931858122399331>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

pela professora é extensa: Louis Althusser, *Sobre o trabalho teórico*; Marc Bloch, *Introdução à História*; Peter Burke, *Escola dos Annales*; Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder, *Emoção e Política, (a) aventura e imaginação sociológica para o século XXI*; Peter Gay, *O Estilo na História*; Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*; Lucien Goldman, *Epistemologia e Filosofia Política*; François Hartog, *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*; Eric Hobsbawm, *Sobre História*; Reinhart Koselleck, *Futuro passado*; Jacques Le Goff, *A Nova História*; Michel Löwy, *Ideologias e Ciência Social*; Robert Mandrou, *História e Historicidade*; Karl Marx, *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*; Carl Schorske, *Pensando com a História*; Gizlene Neder, *Marx e a História: a prática do método*.

A disciplina de *Historiografia*, ministrada por Guilherme Pereira das Neves,²⁸⁹ tem um viés convencional e teleológico. O curso é iniciado na Antiguidade e Idade Média; passa pela construção da razão histórica a partir da Revolução Francesa e termina no processo de profissionalização do século XX com as correntes do historicismo, do marxismo e do grupo dos Annales. Para fechar o curso, são apresentadas as tendências atuais do campo. Sua lista bibliográfica contém: Philippe Ariès, *O tempo da história*; Peter Burke, *A Revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales*; John Burrow, *Uma história das histórias: de Heródoto e Tucídides ao século XX*; R. G. Collingwood, *A ideia de história*; François Furet, *A oficina da história*; Anthony Grafton, *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*; Ivan Jablonka, *O tesouro dos Ephrussi: literatura e história conectada* e Maria Lúcia Pallares-Burke, *As muitas faces da história: nove entrevistas*.

Os três programas apresentados aqui seguiram uma linha bastante convencional para o ensino de Teoria da História e Historiografia. É importante salientar que, diferentemente do padrão que tem se estabelecido nas universidades brasileiras, o professor Guilherme Neves e a professora Gizlene Neder não têm formação (pós-graduação), nem desenvolvem pesquisas nas áreas de Teoria ou História da Historiografia, os dois são especialistas em História do Brasil.

Das três disciplinas teóricas ofertadas na PUC-Rio (*Introdução à História e Teoria da História I e II*), tivemos acesso ao programa de *Teoria da História II*, ministrada pelo professor Eduardo Cardoso²⁹⁰ no segundo semestre de 2018. Semelhante à proposta da ementa, o curso,

²⁸⁹ Guilherme Pereira das Neves possui mestrado e doutorado na área de História do Brasil. Atualmente estuda História da Política e da Linguagem no Brasil Império e no mundo Luso-brasileiro. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/3813231916661819>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

²⁹⁰ Eduardo Wright Cardoso é professor de Teoria da História da PUC-Rio. Possui mestrado pela UFOP e doutorado pela PUC-Rio na área de historiografia e História Intelectual. Atualmente, Cardoso desenvolve pesquisas especificamente sobre a importância de recursos visuais nas produções historiográfica e literária

dividido em quatro unidades temáticas, procura identificar e debater as correntes historiográficas vigentes no século XIX. Primeiramente, são abordadas a permanência e a transformação das filosofias da história, seus pressupostos e limites. Em seguida, o foco recai sobre o historicismo e o método crítico. Depois, na terceira unidade, busca-se refletir sobre os debates políticos, a formação cultural e a vida social como problema da história. E, finalmente, na última parte, são apresentadas as críticas à prática historiográfica, as limitações e os excessos da historicização da vida e da conduta humana.

A lista bibliográfica majoritariamente alemã de Cardoso é formada por: Hannah Arendt, *O conceito de História. Antigo e Moderno*; Reinhart Koselleck, *A configuração do moderno conceito de História*; Immanuel Kant, *Começo conjectural da história humana*; Johann Herder, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*; Friedrich Schelling, *É possível uma Filosofia da História*; Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do partido comunista*; Wilhelm von Humboldt, *Sobre a tarefa do Historiador*; Leopold von Ranke, *O conceito de história universal*; Johann Gustav Droysen, *Arte e método*; Jules Michelet, *A Edgar Quinet*; Karl Friederich Phillipe von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*; Jakob Burckhardt, *História da Cultura grega: Introdução*; F. Nietzsche, *II Consideração intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida* e Ernst Troeltsch, *A crise atual da História*.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o professor João Ohara²⁹¹ organiza programas de *Teoria da História*, *Introdução aos Estudos Históricos* e *Metodologias de Pesquisa em História* que diferem bastante das ementas oficiais do curso que, como já foi dito, possuem uma ênfase em metodologia. A disciplina de *Teoria da História*, idealizada por Ohara, discute os problemas epistemológicos fundamentais do campo, como a natureza do conhecimento, suas possibilidades e limites. São três os eixos de trabalho: (1) a definição de Teoria da História; (2) a imaginação histórica e representação do passado; (3) o passado prático, a memória e historiografia. Sua bibliografia conta com quatro textos de Hayden White, *O fardo da História*; *O texto histórico com artefato literário*; *El valor de la narrativa en la*

oitocentistas. Além disso, procura abordar as relações entre História e Retórica a partir de uma perspectiva de longa duração. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4079956200701552>>. Acesso em: 18 mar. 2021

²⁹¹ João Rodolfo Munhoz Ohara é professor adjunto da UFRJ. Ohara possui mestrado e doutorado na área de Teoria da História. Desenvolve pesquisas nas áreas de Teoria e Filosofia da História e História da Historiografia, com ênfase em ética e epistemologia da história e história da historiografia brasileira recente. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0117886346206028>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

representación de la realidad e *O Passado Prático*. Além desses, há ainda outro artigo dedicado ao autor, escrito por Verónica Tozzi, *Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura*.

As outras obras que compõem a bibliografia são: Zoltán Boldizsár Simon, *Do Theorists of History Have a Theory of History?*; David Carr, *A Narrativa e o Mundo Real: um argumento a favor da continuidade*; María Inés La Greca, *Entre la ironía y el romance: pasado, presente y futuro de la filosofía de la historia narrativista*; Arthur Lima Avila *Indisciplinando a Historiografía: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica*; Beatriz Sarlo, *A Retórica Testemunhal*; Temístocles César, *Tempo Presente e Usos do Passado*; Caroline Silveira Bauer e Fernando Nicolazzi, *O Historiador e o Falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea*.

Em *Introdução aos Estudos Históricos*, Ohara apresenta aos alunos e alunas os conceitos que estruturam a prática disciplinar, das transformações do estudo do passado até a formação do conceito moderno de História. As obras usadas para seguir esse percurso são: Herman Paul, *What is the Past?*; Michel de Certeau, *A Operação Historiográfica*; François Hartog, *Evidência da História: o que os historiadores veem e Crer em História*; Hayden White, *O Fardo da História*; Valdei Lopes de Araujo, *Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX brasileiro*; Reinhart Koselleck, *Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*; Michel Foucault, *Nietzsche, a Genealogia e a História*. Mesmo que a ementa da disciplina apresente um viés mais metodológico, o programa de Ohara aborda as mudanças no conceito de história.

Também em *Metodologias de Pesquisa em História*, o professor apresenta discussões epistemológicas. O intuito primeiro da disciplina é funcionar como uma oficina de confecção dos projetos de pesquisa, no entanto, os fundamentos teóricos não ficam de fora. A bibliografia escolhida trata da produção da história, da objetividade, do arquivo e seus limites, do tempo, dos desafios à historiografia profissional, das ciências sociais, política e do testemunho histórico. Os autores escolhidos para tratar sobre esses tópicos são: Michel de Certeau, *A Operação Historiográfica*; Lorraine Daston, *Historicidade e Objetividade*; Arlette Farge, *Do acontecimento*; Michel Foucault, *A Vida dos Homens Infames*; Temístocles Cezar, *Tempo Presente e Usos do Passado*; François Hartog, *A ascensão das dúvidas*; Pierre Bourdieu, *Porque devem as ciências sociais ser tomadas como objecto?*; Reinhart Koselleck, *Sobre a indigência teórica da ciência histórica*; Enzo Traverso, *Introducción: Escribir la historia en el cambio de siglo*; Beatriz Sarlo, *A retórica testemunhal*; Bonnie G. Smith, *Gender and the*

Practices of Scientific History: the seminar and archival research in the Nineteenth Century e Maria da Glória de Oliveira, *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*.

No questionário, Ohara declarou ser essencial aos alunos e alunas da graduação terem conhecimento sobre os fundamentos históricos e filosóficos da ideia de história “enquanto um estudo metódico do passado de origem europeia e ligada a uma visão eurocêntrica do mundo”. Ao final das perguntas, João Ohara admitiu que seu curso ainda está muito centrado na perspectiva europeia da história, mesmo que não caminhe por um viés que advoga pela cientificidade absoluta do campo, ainda assim, seu conteúdo permanece no “politicamente convencional” ao apresentar uma perspectiva limitada de gênero e raça permeada pela hierarquia norte-sul. O professor atribui esse direcionamento restrito ao eurocentrismo de sua formação e interesses de pesquisa, no entanto, Ohara pretende adicionar novos debates ao programa conforme tomar conhecimento sobre eles.

No currículo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro são oferecidas três disciplinas relacionados à epistemologia e técnicas de trabalho da história: *Teoria da História*, *Historiografia Contemporânea* e *Metodologia da História*. No questionário aplicado em 2017, Rodrigo Turin e Pedro Caldas, professores da UNIRIO, foram indagados sobre o conteúdo que consideram essencial nas disciplinas teóricas. Turin manteve os mesmos tópicos em 2017 e 2020: temporalidade, história da disciplina e ética do ofício. Caldas apresentou assuntos bem diversos, no primeiro questionário afirmou serem cruciais os temas, memória, crises históricas, filosofia, subjetividade/objetividade, narrativa; já em 2020, apresentou os tópicos tempo, método, narrativa e identidade. Quanto aos autores que seriam obrigatórios na bibliografia, Rodrigo Turin elencou Reinhart Koselleck, François Hartog, Michel de Certeau, Jörn Rüsen e Hayden White; e Pedro Caldas listou Karl Marx, Max Weber, Michel Foucault, Jörn Rüsen e Hayden White. No momento em que foram novamente questionados, os professores afirmaram que não deve existir uma lista ideal de autores e obras para o ensino teórico e metodológico.

O programa de *Historiografia Contemporânea* (2016), de Pedro Caldas, revela uma perspectiva bem usual de conteúdos. Caldas montou seu curso a partir de três palavras-chave: reconstrução, construção e desconstrução. O professor inicia a disciplina pela Filosofia da História e o Historicismo do século XIX (reconstrução); passa pela relação do campo com as Ciências Sociais no XX e a Escola dos Annales (construção); e termina com a relação entre

História e narrativa e os limites da representação (desconstrução).²⁹² A bibliografia de *Historiografia Contemporânea* compreende os textos de: Alan Munslow, *O passado em um presente em transformação*; Immanuel Kant, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*; Leopold von Ranke, *O conceito de História Universal*; Friedrich Nietzsche, *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*; Claude Lévi-Strauss, *História e etnologia*; Jacques Revel, *Microanálise e construção do social*; Roland Barthes, *A escrita da História*; Hayden White, *Enredo e verdade na escrita da história*; Estevão de Rezende Martins, *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*; Maurício Parada, *Os historiadores clássicos da História: de Tocqueville a Thompson*; Jörn Rüsen, *História viva*.

Outra disciplina ministrada por Pedro Caldas, *Teoria da História* (2020), aborda as diferentes conexões estabelecidas entre afeto e passado, ciência e passado, estética e passado, moral e passado. A lista de textos engloba: Jörn Rüsen, *Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica*; Svetlana Aleksievitch, *Entrevista da autora consigo mesma sobre a história omitida e sobre por que Tchernóbil desafia a nossa visão de mundo*; José Ortega y Gasset, *Estrutura da vida, substância da história*; Robert Gellately, *Apoiando Hitler: Consentimento e coerção na Alemanha nazista*; Ian Kershaw, *Hitler: um perfil do poder*; Antoine Prost, *As questões do historiador*; Robert Rosenstone, *Drama Comercial*; Antoine Prost, *Criação de enredos e narratividade*; Caroline Bauer, *Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar*; Antoine Prost, *Verdade e função social da história*; François Hartog, *Evidência da História*; Jurandir Malerba, *Lições de História*.

A disciplina de *Historiografia Contemporânea* (2017), ministrada por Rodrigo Turin, oferece às alunas e alunos uma reflexão sobre a história da historiografia contemporânea a partir das dimensões éticas do discurso historiográfico, das figurações do historiador, assim como das diversas formas de usos do passado. O professor parte do presente, daquilo que chama “(des)figuração da função do historiador”, para retornar ao período de elaboração da consciência histórica e do sentido da história nos séculos XIX-XX, da reelaboração do tempo

²⁹² Na introdução de Ciro Flamarion Cardoso para a edição de 2012 de sua obra *Novos domínios da História*, essas mesmas três divisões básicas para a epistemologia da história aparecem: “reconstrucionismo” para representar as concepções “empiristas” do século XIX; o “construcionismo” que define o marxismo, weberianismo e os Annales; e o “desconstrutivismo” para exemplificar autores com Hayden White e Paul Veyne.

no pós-guerra, da virada linguística e, finalmente, da multiplicação do discurso histórico contemporâneo.

A extensa lista bibliográfica organizada por Turin para tratar desses tópicos compreende: John Coetzee, *Salir de la censura*; Henrique Estrada Rodrigues, *Escola sem partido: escola do nosso tempo*; Antoon Baets, *Uma teoria do abuso da história*; Paul Herman, *Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods*; Immanuel Kant, *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*; Johann G. Herder, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*; Friedrich Nietzsche, *Da utilidade e desvantagem da História para a vida*; Max Weber, *A ciência como vocação*; Georg Lukács, *A mudança de função do materialismo histórico*; Lucien Febvre, *Face ao vento*; Fernand Braudel, *História e ciências sociais: a longa duração*; Reinhart Koselleck, *A história social moderna e os tempos históricos*; Jürgen Kocka, *Tendências e controvérsias recentes na ciência histórica da República Federal Alemã*; Keith Jenkins, *O que é História?*; Frank R. Ankersmit, *Experiência histórica: para além da virada linguística*; Andreas Huyssen, *Resistência à memória*; Paul Ricoeur, *O perdão difícil*; Mateus Pereira, *Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*; Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi, *O historiador e o falsário*; Jurandir Malerba, *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?*; Serge Noiret, *História Pública Digital*; Maria Inés Mudrovcic, *Crisis del futuro: política y tempo*.

O outro programa organizado por Turin referente à *Teoria da História* (2017) é incomum se comparado com os cursos de outros professores de instituições fluminenses. A disciplina aborda o ensino universitário de história, as experiências do tempo, os diferentes discursos históricos, as representações do passado, o testemunho, a memória e as políticas do tempo. Os textos escolhidos por Rodrigo Turin também são diversos: Martha Nussbaum, *Educação para o lucro, educação para liberdade*; Marcelo Gantus Jasmin, *O futuro não é mais o que era*; Svetlana Aleksievitch, *Entrevista da autora consigo mesma sobre a história omitida e sobre por que Tchernóbil desafia a nossa visão de mundo*; François Hartog, *Primeiras figuras do historiador na Grécia*; Ailton Krenak, *O eterno retorno de encontro*; Manoel Salgado Guimarães, *Usos da história: refletindo sobre a identidade e sentindo*; Keith Jenkins, *O que é história*; Antoine Prost, *As questões do historiador*; François Hartog, *A testemunha e o historiador*; Arthur Lima de Avila, *Povoando o passado com fantasmas* e Anita Lucchesi, *Por um debate sobre história e historiografia digital*.

Diferentemente das outras instituições pesquisadas, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) oferta as disciplinas de Teoria junto com Metodologia da História, *Teoria e Metodologia I e II* aparecem logo nos dois primeiros semestres da graduação. Para tentar suprir o que consideram uma insuficiência curricular, os programas organizados pelas professoras e professor são, no entanto, distintos das ementas oficiais. A *Teoria da História I* (2021) de Rebeca Gontijo²⁹³, combina história da historiografia e epistemologia para promover uma reflexão sobre os fundamentos do conhecimento e escrita da história e do lugar das Humanidades na atualidade. A primeira parte de seu curso aborda a história, historiografia e historicidade, tempo, conceitos, a contribuição dos Annales e usos do passado através dos seguintes textos: Martha Nussbaum, *Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades*; Benito Schmidt, *O historiador entre o 'ofício' e a 'profissão': desafios Contemporâneos*; Sonia Menezes, *Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade*; José D'Assunção Barros, *Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo*; Tereza Kirschner, *A reflexão conceitual na prática historiográfica*; José D'Assunção Barros, *Tempo histórico: horizontes e conceitos*; Reinhart Koselleck, *Os tempos da historiografia*.

A segunda unidade de *Teoria I* apresenta as fontes do historiador, dos arquivos à WEB; são abordados os documentos escritos, as fontes iconográficas, orais e o futuro da pesquisa histórica. A lista de textos da disciplina é composta por: Henri Rousso, *O arquivo ou o indício de uma falta*; Sabina Loriga, *O eu do historiador*; Silvia Hunold Lara, *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*; Alessandro Portelli, *O que faz a história oral diferente*; Pierre Sorlin, *Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história*; Anita Lucchesi, *Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem parapeiros no território incógnito da Web*.

Teoria da História II, ministrada pela professora Rebeca Gontijo, também tem o objetivo de promover uma reflexão sobre os fundamentos do conhecimento e da escrita histórica, no entanto, este curso tem o foco no tempo, abordando os temas como aceleração do tempo, o tempo e o outro, o tempo histórico, tempo memória e narrativa, etc. Os textos escolhidos para abordar esse tema central para o historiador são: Milton Santos, *A aceleração*

²⁹³ Rebeca Gontijo é professora de Teoria e Metodologia da História na UFRRJ, possui mestrado e doutorado na área de História da Historiografia pela UFF. No presente momento, Gontijo pesquisa sobre a história e seus usos na atualidade, procurando observar múltiplas vozes e lugares onde ela é mobilizada com fins didáticos e sócio-políticos; e o processo de disciplinarização da História (1930-1970). In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0522023633864556>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

contemporânea: tempo mundo e espaço mundo; Anna Elizabeth Balocco, Os sentidos do tempo: análise crítica de um arquivo do contemporâneo; Jack Goody, Quem roubou o quê? Tempo e espaço; Shuichi Kato, A cultura do “agora = aqui”; Ailton Krenak, Antes, o mundo não existia e Ideias para adiar o fim do mundo; Catherine Darbo-Peschanski, Os tempos da história; José D’Assunção Barros, Tempo histórico: horizontes e conceitos e Os tempos da História: do tempo mítico aos tempos da historiografia; Reinhart Koselleck, Os tempos da historiografia; Berber Bevernage, A difícil tarefa de pensar o irrevogável. Por que é tão difícil entender o passado assombroso; François Hartog, Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo; Rodrigo Turin, Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal.

A disciplina de *Teoria e Metodologia da História I* (2021) de Maria da Glória Oliveira²⁹⁴ introduz às alunas e alunos os conceitos, noções e pressupostos que fundamentam a elaboração do conhecimento histórico, dando ênfase aos debates contemporâneos sobre a crítica das epistemologias pós-coloniais e dos feminismos subalternos. Os textos escolhidos pela professora são: Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*; Achille Mbembe, *A saída da democracia*; Sônia Meneses, *Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade*; Walter Benjamin, *Sobre o conceito de História*; Donna Haraway, *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*; Ana Carolina Barbosa Pereira, *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História*; Lélia González, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*.

Teoria e Metodologia da História II (2021), ministrada por Maria da Glória de Oliveira, apresentava o mesmo viés crítico das epistemologias pós-coloniais e dos feminismos subalternos. O curso é dividido em três unidades, a primeira põe em questão o eurocentrismo, a segunda a branquidade e a masculinidades como marcadores históricos e, a última, aborda os usos do passado, negacionismos e reparação histórica. A bibliografia selecionada por Oliveira abarca os seguintes textos: Jack Goody, *Quem roubou o quê?*; Daniel Woolf, *Uma história global da História*; Sanjay Seth, *Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?*; Frantz Fanon, *Pele*

²⁹⁴ Maria da Glória de Oliveira possui mestrado pela UFRGS e doutorado pela UFRJ, ambos na área de História da Historiografia e Teoria da História. Atualmente, Oliveira desenvolve pesquisa sobre as relações entre indivíduo, biografia histórica e experiência do tempo no mundo luso-brasileiro. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0283240106549824>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

negra, máscaras brancas; Anne McClintock, *Introdução. Pós-colonialismo e o anjo do progresso*; Lélia González, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*; Patricia Hill Collins, *Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão*; Claudia Rankine, *Eu queria saber o que os homens brancos pensavam de seu privilégio. Então perguntei*; Liv Sovik, *Branquidade e racialização: qual é o lugar da educação?*; Sônia Meneses, *Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade* e Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas, *Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores*.

Em maior consonância com a ementa, *Teoria e Metodologia da História I* (2018) de Fábio Henrique Lopes²⁹⁵ apresenta uma unidade de introdução, outra dedicada às fontes, documentos e problemas históricos e uma última parte para a historiografia. Sua bibliografia contém: Keith Jenkins, *O que é a História?*; Marc Bloch, *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*; Fábio Henrique Lopes, *Reflexões sobre a operação historiográfica*; Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch, *Documento e História. A memória evanescente*; Antoine Prost, *As questões do historiador*; Philippe Artières, *Arquivar a própria vida*; Jeanne Marie Gagnebin, *O início da História e as Lágrimas de Tucídides*; Antonio Paulo Benatti, *História, Ciência, Escritura e Política*; Sérgio da Mata, *Leopold von Ranke (1795-1886)*.

3.3 – Teoria para quem?

Na apresentação do livro *Os teóricos da História têm uma Teoria da História*, do húngaro Zoltán Simon, Arthur Avila discorre sobre a imperativa necessidade de (re)politização da teoria da história a partir da descentralização da produção do conhecimento e da admissão das múltiplas concepções de tempo.²⁹⁶ Sem desconsiderar a pertinência da obra de Simon, o autor brasileiro se pergunta qual o sentido de mantermos uma definição universalmente válida

²⁹⁵ Fábio Henrique Lopes é mestre e doutor pela UNICAMP nas áreas de Teoria e Filosofia da História. Atualmente pesquisa as disputas das diferentes masculinidades homossexuais afeminadas no Rio de Janeiro (1970-1980). Fábio Lopes atua, principalmente, nos seguintes temas: Relações de Gênero, Masculinidades e Teorias Queer; Disciplinamento, Biopolítica e Controles Sociais; Violências e Vulnerabilidade; Processos de Subjetivação, Subjetividades e Escritas de Si. In: *Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1193368748768771>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

²⁹⁶ AVILA, Arthur de Lima. Apresentação. In: SIMON, Zoltán Boldizsár. *Os teóricos da história têm uma teoria da história?* Reflexões sobre uma não-disciplina. Vitória: Editora Mil Fontes, 2019.

para a história e conclui que como historiadores do sul global é crucial elaborarmos teorias relacionadas aos nossos problemas e em consonância com nossas possibilidades.

Baseados nas análises feitas neste capítulo pudemos constatar que os programas e bibliografias de Teoria da História das universidades do Rio de Janeiro estão estruturados a partir da epistemologia e da concepção de tempo ocidental. É importante termos em mente que os currículos não são documentos imparciais e se configuram como discursos que tendem a legitimar certos grupos e tendências em desfavor de outros. Assim ele é concebido a partir de exclusões e permissões de acordo com interesses específicos, logo deve ser analisado criticamente.

No século passado, era crucial para parte dos historiadores brasileiros defenderem seu território dos perigos do “irracionalismo anticientificismo”, hoje podemos perceber que os programas de Teoria da História integram concepções anteriormente antagônicas. Em um mesmo programa coexistem os “pais fundares” e aqueles antes considerados “inimigos” do campo, como Hayden White e Michel Foucault. Embora esse maniqueísmo tenha sido deixado de lado devido à aproximação dos brasileiros com a historiografia alemã e estadunidense e o aprimoramento do campo, o caráter eurocêntrico e androcêntrico de nossos currículos de Teoria sobreviveu à “crise” sem grandes sobressaltos.

No final dos anos 1990, Carlos Fico comemorava o distanciamento da historiografia brasileira do “anti-teoricismo”, porém permanecemos com o hábito de consumir e basear nossa concepção de história a partir de referenciais teóricos europeus e norte-americanos em uma relação de “dependência acadêmica”, como observa Ana Carolina Pereira.²⁹⁷ Somos instruídos por instituições e reproduzimos agendas de pesquisa norte-globais e adequamos suas demandas à nossa realidade. Em decorrência dessa relação desigual, os conteúdos programáticos das disciplinas teóricas são delimitados a partir de bibliografias compostas por intelectuais que possuem os mesmos marcadores de origem, de raça e de gênero. Como foi destacado acima, nas ementas das universidades do Rio de Janeiro, 72% dos autores são de origem europeia ou estadunidense.

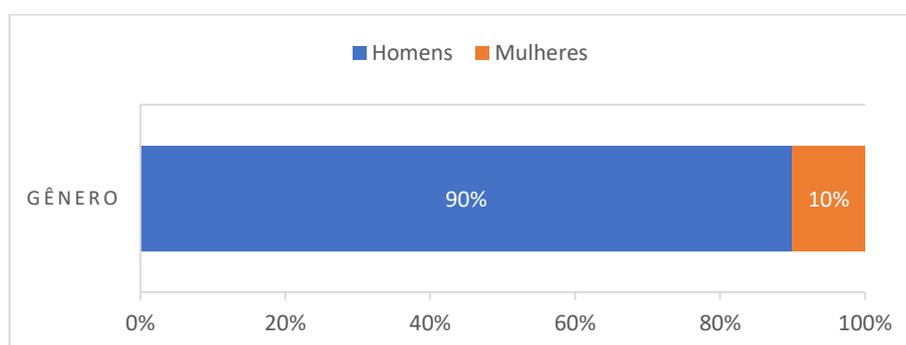
Outra característica das ementas, o androcentrismo pode ser observado quando os nomes de Reinhart Koselleck (7), Peter Burke (6), Carlo Ginzburg (6), Ciro Flamarion Cardoso (6), Marc Bloch (5), Michel de Certeau (5), François Hartog (5) e Jacques Le Goff (5) aparecem

²⁹⁷ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr./jun. 2018. p. 96.

diversas vezes nas ementas e Lynn Hunt (2) é a única mulher incluída mais de um vez nos documentos. O índice de gênero é bastante desigual, 90% dos autores escolhidos para compor a bibliografia básica das ementas é do sexo masculino, apenas sete historiadoras foram citadas.²⁹⁸ A disparidade de gênero observada em todas as ementas e programas de Teoria da História, Historiografia e Metodologia das universidades do Rio de Janeiro pode estar relacionada ao fato de que “em suas diferentes abordagens, a história intelectual não fala sobre o gênero ou, pelo menos, não reconhece a relevância ou utilidade desta categoria como vetor de análise para operar com suas agendas de pesquisa específicas.”²⁹⁹ Segundo Maria da Glória de Oliveira, as mulheres foram incluídas como objeto de estudo da história, porém o conceito de gênero não é utilizada para repensar os pressupostos epistêmicos universais que definem o campo. A categoria é “domesticada” e permanece “inofensiva e esvaziada de sua potência crítica mais radical” como um mero acessório opcional aos estudos históricos.³⁰⁰

Gráfico 13

Gênero dos autores nas ementas



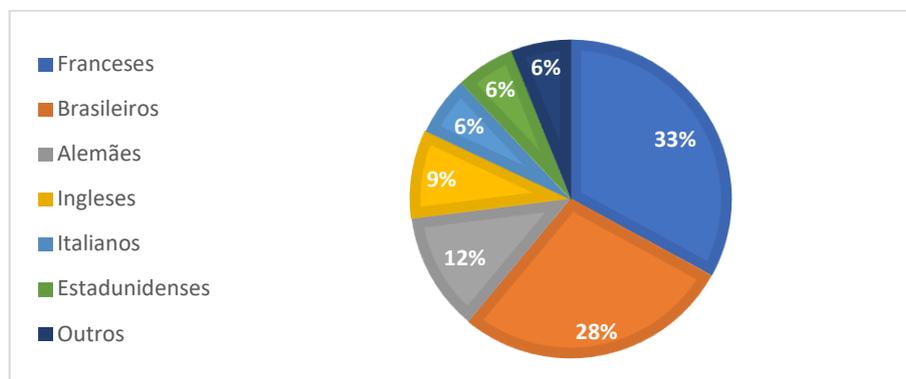
²⁹⁸ Foram citadas nas ementas de Teoria, Historiografia e Metodologia da História das universidades do Rio de Janeiro: Lynn Hunt, Sandra Jatahy Pesavento, Maria Lúcia Pallares-Burke, Darcília Marindir P. Simões, Lucia Maria P. Guimarães, Maria Helena Rolim Capelato e Margareth de Almeida Gonçalves.

²⁹⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 55.

³⁰⁰ Ibidem, p. 58.

Gráfico 14

Nacionalidade dos autores nas ementas



Há, ainda, outro indicador que demonstra a concentração regional da produção do conhecimento histórico. Entre os autores brasileiros listados nas bibliografias apenas um historiador não faz parte das instituições do sudeste-sul, o professor Durval Muniz de Albuquerque Jr. (UFPE/UFRN).

Os programas organizados pelas professoras e professores de Teoria da História apresentam índices menos desiguais, porém ainda inquietantes. A presença de mulheres nas bibliografias sobe para 25%, no entanto, o perfil dos autores mais citados permanece inalterado, são sempre homens, brancos e europeus: François Hartog (7), Reinhart Koselleck (7), Antoine Prost (5) e Hayden White (6). O brasileiro com maior presença nas listas é José d'Assunção Barros, com quatro aparições. Aqui também há uma concentração regional quanto à produção do conhecimento teórico no Brasil, apenas três autores brasileiros citados nos programas não estão associados a instituição do sudeste-sul do país, Arthur Assis (UnB), Marlon Salomon (UFG) e Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA).

Os programas de Rebeca Gontijo, Maria da Glória de Oliveira e Rodrigo Turin são os únicos que integram, em sua bibliografia autores não brancos, entre eles, a socióloga negra estadunidense Patricia Hill Collins, o indiano Sayjay Seth, o literato japonês Shuichi Kato, o francês da Martinica Frantz Fanon, o camaronês Achille Mbembe, a poeta jamaicana Claudia Rankine, o geógrafo Milton Santos, o indígena brasileiro Ailton Krenak e a filósofa, historiadora, antropóloga e precursora do movimento negro brasileiro Lélia González. É importante observar que o marcador de raça também apresenta um índice bastante desigual entre os docentes entrevistados, pois das onze professoras e professores de Teoria que responderam ao questionário usado neste capítulo apenas um não se autodeclarou branco, João Ohara (amarelo).

Gráfico 15
Gênero dos autores nos programas de disciplinas

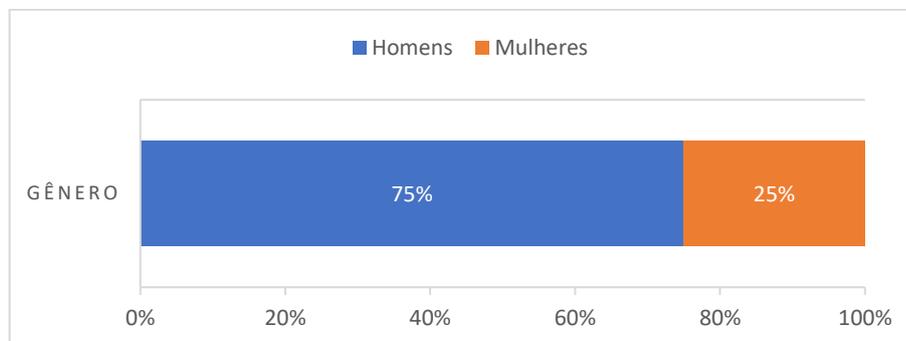
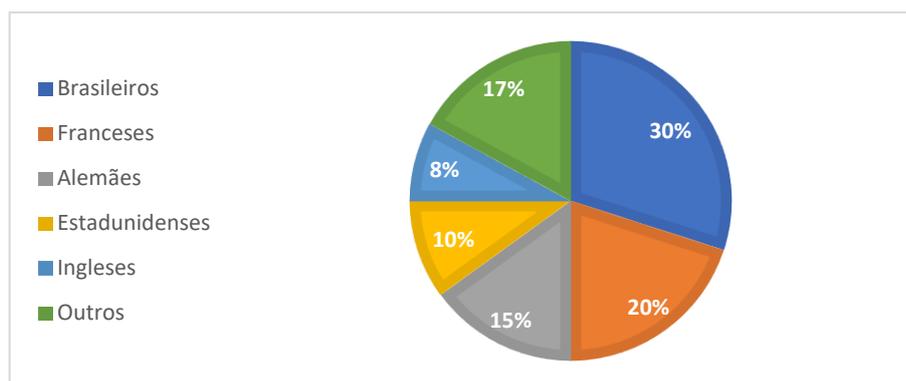


Gráfico 16
Nacionalidade dos autores nos programas de disciplinas,



No artigo “O professor universitário de história é um professor?”, Mara Rodrigues e Benito Schmidt se perguntam se os docentes não contribuiriam para o fortalecimento do modelo hegemônico de ensino de história. Acreditamos que os índices encontrados nesta pesquisa podem responder à pergunta, pois mesmo que não tenham inventado o padrão intelectual vigente nas universidades, as professoras e professores acabam o legitimando e perpetuando. Entretanto, não podemos defini-los como os únicos responsáveis pela disparidade curricular, pois, como afirma Ana Carolina Pereira, existem “critérios silenciosos” que impossibilitam possíveis questionamentos sobre o cânone. Esses critérios “definem a distribuição de recursos para pesquisa, o credenciamento/descredenciamento em programas de pós-graduação, o

prestígio/desprestígio de pesquisadores(as) e revistas acadêmicas”, ou seja, impossibilitam o trabalho acadêmico daqueles que não se limitam à historiografia canônica.³⁰¹

Atualmente podemos observar um crescente descontentamento entre estudantes e docentes sobre a forma como estão estruturados os cursos de história em geral e as disciplinas teóricas em particular.³⁰² Há uma reivindicação para que questões como raça, gênero e a diversidade de saberes sejam contemplados nos currículos. Segundo Valdeci Araujo, essa nova “onda democratizante” precisa ser respondida em frentes diversas para que todos efetivamente tenham o “direito à História”. O objetivo deste capítulo não foi propor um modelo ideal de ensino, mas identificar os padrões dos cursos teóricos da história já sabidamente eurocêntricos e androcêntricos, porém ainda considerados “neutros” por conta de seu ainda ambicionado viés “científico”.

³⁰¹ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa, op. cit., p. 91.

³⁰² Muitos professores brasileiros de Teoria, Metodologia e História da Historiografia já demonstraram seu descontentamento quanto ao eurocentrismo e androcentrismo de nossos currículos teóricos. Ver: ARAUJO, Valdeci. Apontamentos acerca de um programa para o ensino de Teoria da História de uma perspectiva subalterna. In: *Academia.edu*. Disponível em: <<https://www.academia.edu/37233352>>. Acesso em: 21 mai. 2021.; ARAUJO, Valdeci. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.; BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História In: *Café História*. Publicado em 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.; OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 22, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.; PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr./jun. 2018.; RODRIGUES, Mara; SCHMIDT, Benito. O professor universitário de história é um professor? Reflexões sobre a docência de teoria e metodologia da história e historiografia no ensino superior. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 169-178, mai./ago. 2017.; SANTOS, Pedro Afonso; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, jan./abr. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da graduação, percebi que existia entre colegas um grande incômodo sobre a disciplina de Teoria e Metodologia da História. Como aluna do curso de história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nossa formação teórica esteve restrita ao primeiro ano de graduação, momento em que não entendíamos com propriedade o que significava ser historiador e qual a importância dessa disciplina para nossa formação profissional. Ao longo do curso, meu interesse pelo assunto se intensificou, assim, iniciei minha busca por livros e artigos que pudessem arrefecer o incômodo e, ao mesmo tempo, estimular a curiosidade sobre o tema, que crescia desde a entrada na universidade.

Durante a elaboração da monografia, com essas questões em mente, resolvi pesquisar o ensino de Teoria e Metodologia na minha universidade, dando destaque para a impressão dos colegas, seus incômodos e críticas à disciplina. Os resultados alcançados nessa pesquisa foram surpreendentes.³⁰³ Pude observar que, assim como eu, os alunos de história da UFRRJ reconheciam a importância da teoria, embora não conseguissem entender ou se conectar ao conteúdo proposto. Dentre as sugestões formuladas pelas alunas e alunos, estava o aumento de créditos dedicados à teoria, a diversificação dos assuntos e uso de autores que melhor se conectassem com suas realidades.

Para entendermos essas reivindicações, é importante situarmos a UFRRJ no cenário socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro. A universidade é composta, conforme última pesquisa realizada pela Fonaprace/Andifes em 2018, de maioria de estudantes preta ou parda, proveniente de escola pública e de baixa renda.³⁰⁴ A “Rural” recebe majoritariamente alunas e alunos de áreas de menor poder aquisitivo da região metropolitana do Rio de Janeiro, a Zona Oeste da capital e os municípios da baixada fluminense.

Entre o fim da graduação e a formulação do projeto de mestrado, percebi que meu incômodo sobre a disciplina também estava associado ao conteúdo universalista presente em

³⁰³ SANTANA, Carolini. O Ensino de Teoria da História nas Universidades Fluminenses. Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2017. Monografia de conclusão de curso.

³⁰⁴ CARNEIRO, Michele. Maioria de estudantes é preta ou parda, vem de escola pública e tem renda baixa. In: *Portal UFRRJ*. Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/maioria-de-estudantes-e-preta-ou-parda-vem-de-escola-publica-e-tem-renda-baixa/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

seus programas de curso. Quanto mais me aproximava de sua bibliografia canônica, mais parecia que a academia não poderia ser um espaço para mim. Ao ingressar no programa de pós-graduação da UFRRJ, decidi retroceder para entender como os conteúdos de Teoria da História foram implementados nos cursos de graduação no Rio de Janeiro. Assim, ao longo deste trabalho, me perguntei como foram elaboradas as disciplinas de Introdução, Teoria da História e Historiografia. No intento de responder a essa pergunta, foram selecionados os anais do 1º Encontro Brasileiro Sobre Introdução ao Estudo da História, cinco manuais propedêuticos e os currículos de Teoria da História de seis universidades fluminenses.

É importante salientar que este foi um estudo que teve como foco os cursos de história do Rio de Janeiro, os limites de tempo e recurso impostos a uma pesquisa de mestrado não nos permitiram ir além desse recorte localizado. Não tomamos a realidade fluminense como parâmetro para a produção da historiografia acadêmica ou para a construção da memória disciplinar nacional. Mesmo que os dois primeiros capítulos tenham um recorte mais abrangente, esta é uma dissertação focada no cenário dos cursos teóricos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Achamos crucial reforçar essa perspectiva para não cairmos no perigo do “sudestecentrismo” que torna a região sudeste, principalmente o eixo Rio-São Paulo, o parâmetro para a realidade nacional.

Ao nos voltarmos para os anos 1960, momento em que o ensinamento teórico estava limitado a uma indefinida “Introdução ao Ensino da História”, os debates entre os docentes no 1º EBIEH tentaram estabelecer os parâmetros que norteariam a disciplina. O evento pretendia criar um novo e moderno currículo de história baseado nas técnicas de pesquisa que habilitassem os estudantes ao trabalho nos arquivos. Os professores presentes tornaram *Introdução* uma disciplina voltada para a instrumentalização metodológica e outras propostas de currículo que alertavam sobre a falta de sentido em sobrepor o aspecto prático da profissão à reflexão teórico-filosófica foram ignorados em sua totalidade. Assim, o Encontro foi um marco que reforçou a oposição entre metodologia e teoria, essa tendência perdurou em diversos manuais de introdução à história, publicados no século XX.

O papel dos manuais, amplamente utilizados nos cursos durante o século passado, foi de propagar um padrão de ensino propedêutico e promover o ensino do método. O modelo, bem representado nas obras de Ciro Flamarion Cardoso, era aquele de enfoque globalizante e estrutural, desenvolvido pela historiografia marxista brasileira e inspirada no movimento dos *Annales*. Sem maiores questionamentos epistemológicos, os manuais preservaram e defendiam

um território bem demarcado da história e a teoria permaneceu como um apêndice facultativo que poderia ou não ser ensinado aos estudantes.

No final dos anos 1990, após a “crise” desencadeada pelo giro linguístico, uma mudança nesse cenário já podia ser observada. Os cursos mais qualificados eram aqueles que ofereciam às alunas e alunos o instrumental teórico e metodológico que os instruísse para a produção e análise do conhecimento histórico. Mesmo combatida, a “crise” proporcionou uma reaproximação da história e da epistemologia e foi decisiva para a renovação dos estudos de história da historiografia que, no Brasil, teve um dos seus momentos importantes com o trabalho de Manoel Luiz Salgado Guimarães.

No entanto, não podemos negar que a postura anti-teórica permanece intrínseca ao “ofício”, principalmente por estar ligada às pretensões de muitos historiadores de encontrar a “realidade” do passado, na sua persistente busca por uma ciência pura. Acredito, contudo, que a teoria – quando efetivamente associada à história – suplantaria esse essencialismo disciplinar, o fetichismo metodológico e agregaria outras possibilidades de pensamento histórico. A diversificação dos currículos ocorreria a partir de uma “re-imaginação” dos usos da teoria para a história, como afirma Joan Scott.

Assim, outro problema se impôs durante a pesquisa: a desequilíbrio no perfil dos autores que compõem a bibliografia básica de nossos currículos. Uma assimetria semelhante é evidente até mesmo quando consideramos a baixa quantidade de artigos assinados por mulheres no periódico mais importante da área, a *Revista História da Historiografia*. Os dados sobre bibliografia e temas, encontrados nas ementas e programas das universidades fluminenses apontam para um campo estruturado sobre bases eurocêntricas (com predomínio de referências a autores franceses) e androcêntricas.

Encontramos uma Teoria da História marcada por múltiplos silêncios, o primeiro sobre uma produção que deixa à margem intelectuais de “outras” raças, gêneros e territorialidades. Felizmente, quanto a esse problema, já despontam variados movimentos que questionam o modelo hegemônico. Esperamos que, a partir deles, tenhamos uma universidade efetivamente democrática e inclusiva para os diversos sujeitos hoje presentes no espaço acadêmico.

Um segundo silêncio se impõe sobre as disputas que marcam a construção de uma disciplina acadêmica. Um conhecimento, quando estabelecido, tende a negar o percurso que o levou à vitória, como afirma Manoel Luiz Salgado Guimarães. Esta negação faz com que todo o complexo processo de embates e escolhas pareça natural. Dar a ver essas disputas e pluralizar o conhecimento, para nós, é tarefa de uma história crítica e teorizada. E essa é uma

reivindicação, como também foram as demandas nos anos 1960 pela modernização dos currículos relatadas por José Honório Rodrigues, uma luta que parte da inquietação de alunas e alunos em busca de uma universidade transformada e transformadora.

FONTES

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 27 dez. 1961.

BRASIL. Parecer nº 377, de 14 de dezembro de 1962. Estabelece o currículo mínimo para os cursos superiores de História. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 21 dez. 1962.

1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, I, 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, II, 1962, Paraná. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1962.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, III, 1965, Franca. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1966.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, IV, 1967, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1969.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, V, 1969, Campinas. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1971.

MANUAIS

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GLÉNISSON, J.; CAMPOS, P. M.; COSTA, E. V. da. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1961.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei. Apontamentos acerca de um programa para o ensino de Teoria da História de uma perspectiva subalterna. In: *Academia.edu*. Disponível em: <<https://www.academia.edu/37233352>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica, Guimarães; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

AVILA, Arthur de Lima. Apresentação. In: SIMON, Zoltán Boldizsár. *Os teóricos da história têm uma teoria da história? Reflexões sobre uma não-disciplina*. Vitória: Editora Mil Fontes, 2019.

AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a História? In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BARROS, Carlos apud FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro: edição comemorativa 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História Vol. I: Princípios e conceitos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. In: *Café História*. Publicado em 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; Bentivoglio, Julio (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

BHABHA, Homi. Da mímica e do homem. A ambivalência do discurso colonial. In: _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CALDAS, Pedro. A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen. Fênix – *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 1-5, jan./mar. 2008.

CAMARGO JÚNIOR, M. C. V. Questões sobre a “profissionalização da história”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). *Historiografia e Escrita da História*, v. 8, n. 15, p. 70-87, ago. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CEZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 440-461, abr. 2015.

CONSTANTINO, Maria Clara T. Teoria da História ou Teorias da História... A propósito do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. *Revista de História da USP*, São Paulo, v. 24, n. 50, p. 417-422, abr./jun. 1962.

COSTA, Aryana Lima. O papel dos cursos de Graduação em História: uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. *Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 9-27, jan./jun. 2010.

DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da História: uma proposta de estudos*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ERNANI FILHO, João. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 179-190, mai./ago. 2017.

FALCON, Francisco. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro: edição comemorativa 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011.

FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 15-32, abr. 2013.

FALCON, Francisco. Memória e História. A fundação da Anpuh. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.

FALCON, Francisco. O programa de pós-graduação do IFCS-UFRJ: um ensaio de história e memória. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

FILHO, João Ernani. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 179-190, mai./ago. 2017.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e História da Historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, problemas e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da História da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (coord.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

FREIXO, Andre de Lemos. Corpo e alma: história e tradição no pensamento de José Honório Rodrigues. *RIHGB*, n. 461, p. 329-354, out./dez. 2013.

FREIXO, Andre de Lemos. Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 143-172, dez. 2011.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos (org.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Apresentação. *História e Historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 10-14, dez. 2013.

GOODSON, Ivor F. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos (org.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, nº. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 5, p. 5-20, mar. 1998.

GUTFREIND, Ieda. Ensino de Teoria e Metodologia nos cursos de História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

MACHADO, Daiane Vaiz. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2016.

MARTINS, E. C. R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, n. 42, p. 197-217, 2011.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961): currículo e formação de professores. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, n. 1, p. 286-304, jan./abr. 2017.

NASCIMENTO, Thiago. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 265-304, jul./dez. 2013.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 22, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a historiografia brasileira. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177, n. 472, p. 13-37, jul./set. 2016.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr./jun. 2018.

PEREIRA, Ludmila Gama. A construção do saber histórico e projeto social: Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA – ANPUH-Rio, 8., 2008, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.

PETERSEN, Sílvia Regina. Teoria e Metodologia da História: experiências no ensino de graduação. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

RODRIGUES, Mara. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 5, n. 11, p. 122-139, abr. 2013.

ROIZ, Diego da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCOTT, Joan; KLEINBERG, Ethan; WILDER, Gary. Teses sobre Teoria e História. Tradução de Andre de Lemos Freixo e João Ohara. In: *Academia.edu*. Disponível em: <<https://www.academia.edu/36775977/>>. Acesso em: 29 mai. 2021.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 186-205, mai./ago. 2018.

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 2019-265, set./dez. 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Nome: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Instituição: Clique ou toque aqui para inserir o texto.

1. Quantas disciplinas obrigatórias vinculadas à Teoria há no curso de História da sua instituição? Quantas dessas disciplinas você oferece por ano?

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

2. Quando essas disciplinas são oferecidas (em qual/quais períodos)? Você considera a quantidade adequada?

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

3. Você considera que há liberdade de montar um programa com autores e objetivos diferentes daqueles estipulados na ementa do curso da instituição onde leciona?

Sim

Não

4. Em caso positivo, você monta seu próprio programa?

Sim

Não

5. Com qual frequência seu programa é atualizado?

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

6. Você considera que existam conteúdos programáticos de Teoria da História que sejam imprescindíveis para o aluno conhecer antes de completar a graduação?

Sim

Não

7. Quais seriam eles?

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

8. Você acredita que existam autores relacionados à Teoria da História que não podem deixar de serem lidos pelo aluno na graduação? Quais seriam esses autores?

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Obs.: Lembre-se de anexar junto ao e-mail a ementa oficial do(s) curso(s) de Teoria da História da sua instituição e seus últimos programas.